

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

GABRIELA VILELA PALMEIRA FERREIRA

O LUGAR DO CIBERFEMINISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS DO BRASIL

Maceió
2021

GABRIELA VILELA PALMEIRA FERREIRA

O LUGAR DO CIBERFEMINISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS DO BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada por Gabriela Vilela Palmeira Ferreira ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) como exigência parcial à obtenção do título de Mestra em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart.

Maceió
2021

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

F3831	<p>Ferreira, Gabriela Vilela Palmeira. O lugar do ciberfeminismo nas ciências sociais do Brasil / Gabriela Vilela Palmeira Ferreira. – 2021. 165 f. : il. color.</p> <p>Orientador: Cristiano das Neves Bodart. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2021.</p> <p>Bibliografia: f. 161-165.</p> <p>1. Ciências sociais - Brasil. 2. Cibernética. 3. Feminismo. 4. Estado da arte. 5. Bibliometria. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 396:007(81)</p>
-------	---

GABRIELA VILELA PALMEIRA FERREIRA

O LUGAR DO CIBERFEMNISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS DO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Sociologia.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFAL
Presidente / Orientador

Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais –
PPGDire/UFT
Examinador Externo

Prof. Dr. Welkson Pires
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFAL
Examinador Interno

Ata nº 08 da Sessão da Defesa Pública Remota de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas.

Em **dezesseis de agosto de dois mil e vinte um**, às nove horas, através da conexão webconferência, <https://meet.google.com/frz-fnox-fyz>, constituiu-se de forma remota a banca examinadora da dissertação de mestrado do (a) aluno (a) **Gabriela Vilela Palmeira Ferreira**, intitulada **O Lugar do Ciberfeminismo nas Ciências Sociais do Brasil**. Vinculada à linha de pesquisa "CONFLITO, PODER E MEIO AMBIENTE".

A cerimônia de defesa pública, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia teve banca examinadora remota através da conexão webconferência composta por: **Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart -PPGS/UFAL- Orientador e Presidente, Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo- UFT como Membro Externo e o Prof. Dr. Welkson Pires - PPGS/UFAL como Membro Interno.**

Procedeu-se a arguição por meio de tecnologia a distância via webconferência, finda a qual os membros da banca emitiram parecer eletrônico, onde foi lido e decidido por unanimidade pela:

Aprovação (X); Aprovação com reformulações (); Reprovação ().

Comentários e Reformulações indicados pela Banca Examinadora:

O trabalho apresenta mérito para aprovação.

Foi apontado alguns pequenos ajustes para a sua versão final de depósito. Destacou-se que o trabalho tem qualidade para – se adaptado o seu formato – ser publicado em formato de livro.

Para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada digitalmente pelos membros da Banca Examinadora que participaram via webconferência, juntamente com os pareceres eletrônicos e por mim, Edna da Silva Gomes, Assistente em Administração do PPGS.

Maceió, 16 de agosto de 2021.

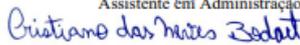
Assinaturas:

1.



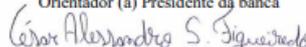
Assistente em Administração

2.



Orientador (a) Presidente da banca

3.



Examinador (a) Externo (a)

4.



Examinador (a) Interno (a)

5.



Aluno (a)



*Para Joaquim, que incansavelmente me pede um irmão.
Talvez, a Ciência seja a única irmã que você conheça.
À minha avó Genilda (in memorian), exemplo de mulher e ser humano.
À Amara Sales (in memorian), uma pessoa ímpar que passou por aqui
e me ensinou até o último momento.
Para xs que virão, como escreveria Tiago de Melo.*

AGRADECIMENTOS

Realizar uma pesquisa é uma tarefa árdua, principalmente em meio a pandemia da covid-19, sem bolsa e em plena precarização da ciência brasileira. Por isso, agradeço a toda rede de apoio e cuidado que se formou ao meu redor para que eu pudesse me dedicar ao mestrado. Em especial, agradeço ao PPGS-Ufal por ter acolhido tão bem meu filho em sala de aula, e ter apresentado a ele uma universidade pública, humanizada e receptiva às crianças.

É com imenso carinho que lembrarei sempre da professora Marina Félix de Melo por sua representatividade feminina e feminista em sala de aula: mãe do Pedro, mulher e profissional exemplar! Ter o Pedro em sala foi a maior experiência sobre como ser mãe no ambiente acadêmico. Gratidão ao professor João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima e a Edna da Silva Gomes pelas mãos estendidas sempre!

Agradeço a paciência do meu orientador, Cristiano das Neves Bodart, em prestar uma orientação dedicada e atenciosa, pautada na ética e compreensão. Camila (Camilinha) e Josielice (Josi), agradeço ao companheirismo e amizade! Gratidão por esse caminho trilhado no PPGS junto à vocês.

Sou grata às feministas que atravessaram minha vida com suas trajetórias, contradições e luta pelo direito das mulheres. Nessa seção de agradecimentos, também gostaria de expressar minha gratidão à Amara Sales por seu exemplo de vida e me inspirar com sua trajetória. Em especial, sou grata à minha família (mainha, painho, Yá, Léu, tia Magda e Allan) por ter estado ao meu lado nos momentos difíceis.

Em cada palavra, ideia, linha e parágrafo dessa dissertação há fragmentos de pessoas, sonhos, poesias, músicas e textos queridos que estão alinhavados à minha existência.

*Ideias que ganham vida e criam asas.
(El Efecto)*

RESUMO

Esta dissertação possui o intuito de compreender e mapear o conhecimento elaborado sobre o Ciberfeminismo no Brasil, e apresenta uma pesquisa do Estado da Arte na área das Ciências Sociais – Antropologia, Sociologia e Ciência Política. A questão central é analisar a presença/recepção do tema Ciberfeminismo em parte do campo acadêmico, buscando observar e quantificar as abordagens e os agentes responsáveis por disputar por espaços para esse tema no interior das Ciências Sociais, os percursos, interpretações, trabalhos realizados e perfis dos autores. Para tanto, se utiliza a uma perspectiva bourdesiana para perceber analisar se o tema do Ciberfeminismo possui posição de prestígio no campo científico/acadêmico das Ciências Sociais. Aplica-se também uma análise bibliométrica para esboçar uma avaliação sobre as agendas de pesquisa em torno da temática, e mensurar os índices de produção e disseminação desse conhecimento científico, objetivando descrever e avaliar a produção científica de (a) artigos publicados em revistas qualificadas, do campo das Ciências Sociais, no critério *Qualis-Periódicos* (2013-2016), como sendo de estratos superior (A1, A2 e B1), e em (b) teses e dissertações das Ciências Sociais.

Palavras-chave: Campo; Ciências Sociais; Ciberfeminismo; Estado da Arte; Bibliometria.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand and map the knowledge developed about Cyberfeminism in Brazil, and presents a research of the State of the Art in the area of Social Sciences - Anthropology, Sociology and Political Science. The central issue is to analyze the presence/reception of the theme Cyberfeminism in part of the academic field, seeking to observe and quantify the approaches and agents responsible for competing for spaces for this theme within the Social Sciences, the paths, interpretations, works carried out and profiles of the authors. For this, a Bourdesian perspective is used to understand if the theme of Cyberfeminism has a prestigious position in the scientific/academic field of Social Sciences. A bibliometric analysis is also applied to outline an assessment of the research agendas around the theme, and to measure the production and dissemination rates of this scientific knowledge, aiming at describing and evaluating the scientific production of (a) articles published in qualified journals in the Qualis-Periódicos criteria (2013-2016), as being from higher strata (A1, A2 and B1), and in (b) Social Sciences theses and dissertations.

Keywords: Cyberfeminism; State of art; Bibliometry; Social Sciences.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Imagem da seção ‘Busca Avançada’, do Banco Brasileiro de Teses e Dissertações, 2020.....	23
FIGURA 2 – Imagem da seção ‘Qualis Periódico’, da Plataforma Sucupira, site da Capes, 2021.....	24
FIGURA 3 – Imagem da ‘Busca Simples’ do Currículo <i>Lattes</i> , na Plataforma <i>Lattes</i> , 2020.....	24
FIGURA 4 – <i>Outdoor</i> e integrantes da VNS Matrix.....	47
FIGURA 5 – <i>Old Boys Network</i>	49
FIGURA 6 – Manifestação <i>Ni Una Menos</i> , Argentina.....	57

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Teses e dissertações sobre Ciberfeminismo encontrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.....	67
TABELA 2 –	Regionalização das dissertações e teses, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.....	73
TABELA 3 –	Volume de trabalhos produzidos sobre Ciberfeminismo, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.	85
TABELA 4 –	Conceitos mais frequentes nas dissertações e teses, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.....	98
TABELA 5 –	Autores referenciados seis vezes ou mais nas 13 dissertações e 05 teses, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.....	99
TABELA 6 –	Artigos sobre Ciberfeminismo encontrados nos sites de periódicos de estrato superior.....	101
TABELA 7 –	Quantidade de revistas de estrato superior com artigos sobre Ciberfeminismo, de acordo com buscas nos sites dos periódicos, 2021.....	101
TABELA 8 –	Periódicos de estrato superior, nas áreas das Ciências Sociais, com artigos sobre Ciberfeminismo, de acordo com buscas nos sites dos periódicos, 2021.....	102
TABELA 9 -	Volume de trabalhos produzidos sobre Ciberfeminismo, segundo informações nos <i>sites</i> dos periódicos, 2021.....	124
TABELA 10 –	Conceitos mais frequentes nos artigos dos periódicos de estrato superior, segundo informações no corpo do texto do artigo, 2021.....	139
TABELA 11 –	Autores referenciados seis vezes ou mais nos 47 artigos investigados.....	140

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	Descritores para busca de artigos, teses e dissertações sobre Ciberfeminismo, 2020.....	22
QUADRO 2 –	Variáveis observadas para identificar e coletar dados dos artigos, teses e dissertações sobre Ciberfeminismo, 2020.....	25
QUADRO 3 –	Quadro-síntese sobre os grupos ciberfeministas, 2020.....	64
QUADRO 4 –	Identificação das dissertações encontradas, nome e sexo dos autores e autoras, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.....	67
QUADRO 5 –	Identificação das teses encontradas, nome e sexo dos autores e autoras na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.....	68
QUADRO 6 –	Identificação das autoras das dissertações e as respectivas graduações na Plataforma <i>Lattes</i> , 2020.....	69
QUADRO 7 –	Identificação das autoras das teses e as respectivas graduações na Plataforma <i>Lattes</i> , 2020.....	70
QUADRO 8 –	Orientações das pesquisas em Ciberfeminismo, responsáveis pela produção de 50% do campo das Ciências Sociais, 2021.....	74
QUADRO 9 –	Perfil dos Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , informações retiradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e sites dos programas de pós-graduação citados, 2020.....	76
QUADRO 10 –	Unidades de Análise e foco dos artigos dos periódicos de estrato superior, segundo informações no corpo do texto do periódico, 2021.....	86
QUADRO 11 –	Problema de Pesquisa e Objetivo Geral das dissertações e teses, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.....	89
QUADRO 12 –	Identificação dos periódicos, com respectivos artigos, <i>Qualis</i> e	

	área, segundo informações coletadas na Plataforma Sucupira e sites dos periódicos, 2021.....	102
QUADRO 13 –	Identificação dos autores dos artigos encontrados nos periódicos, e as respectivas nacionalidades, na Plataforma <i>Lattes</i> e <i>sites</i> , 2021....	110
QUADRO 14 –	Regionalização dos periódicos de estrato superior, segundo informações contidas nos <i>sites</i> das revistas, 2021.....	117
QUADRO 15 –	Unidades de Análise e foco dos artigos dos periódicos de estrato superior, segundo informações no corpo do texto do periódico, 2021.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MdV	Marcha das Vadias
OBN	<i>Old Boys Network</i>
TIC's	Tecnologia de Informação e Comunicação
VNS <i>Matrix</i>	<i>VeNuS Matrix</i>
BDTD	Banco Brasileiro de Teses e Dissertações
PPG	Programa de Pós Graduação
IES	Instituto de Ensino Superior
SRS	Sites de Redes Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
CAPÍTULO II – As ciências sociais como campo social de disputas e as implicações sobre a agenda de pesquisa	28
CAPÍTULO III - Para situar o Ciberfeminismo	35
3.2 Ciberfeminismo: uma acepção em debate.....	35
3.3 Uma empiria necessária: experiências ciberfeministas.....	46
3.3.1 VNS Matrix.....	46
3.3.2 OBN.....	49
3.3.3 Ni Una Menos.....	55
CAPÍTULO IV– O Ciberfeminismo nas produções acadêmicas das Ciências Sociais no Brasil	66
4.1 O Ciberfeminismo nas de teses e dissertações de Ciências Sociais.....	66
4.1.1 Perfil dos pesquisadores.....	69
4.1.2 Os espaços de produção das pesquisas.....	73
4.1.3 O quê vem sendo produzido?.....	85
4.1.4 As principais referências especializadas que fundamentam as pesquisas.....	98
4.2 O Ciberfeminismo nos periódicos de estrato superior das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política).....	100
4.2.1 Perfil dos pesquisadores?.....	103
4.2.2 Os espaços de produção das pesquisas.....	118
4.2.3 O quê vem sendo publicado?.....	124
4.2.4 As principais referências especializadas que fundamentam os artigos.....	139
CAPÍTULO V – O Ciberfeminismo nas Ciências Sociais: considerações à luz da teoria dos Campos de Pierre Bourdieu	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162

INTRODUÇÃO

A dissertação nasceu como fruto da problematização do uso do Ciberfeminismo na academia. Em um primeiro momento esta autora percebeu que o termo era usado com bastante frequência para nomear algumas ações coletivas de movimentos feministas que utilizavam os sites de redes sociais. Em outras ocasiões notou como algumas abordagens em relação ao termo não aparecia de forma apropriada, correspondendo a um “apagamento” do Ciberfeminismo, não sendo sequer mencionado nas pesquisas. Às vezes, parecia que o Ciberfeminismo estava em um limbo acadêmico, dada a imprecisão do seu uso, em outras ocasiões tinha a impressão de que havia uma escassez de reflexão sobre o tema.

Então, essa pesquisa surge com a intenção de realizar uma análise em torno do termo. Por isso, a pesquisa tem por objetivo identificar e analisar o “lugar” do Ciberfeminismo nas pesquisas acadêmicas das Ciências Sociais no Brasil.

Para isso é realizado um Estado da Arte com o intuito de mapear o conhecimento elaborado sobre o tema, e analisar o “lugar” do tema em parte do campo científico brasileiro, mas especificamente, no interior de dois espaços de publicação científica das Ciências Sociais: os programas de pós-graduação stricto sensu e os periódicos qualificados pelo critério *Qualis-Capes* como estrato superior. A questão central é compreender se o tema do Ciberfeminismo possui, nos termos de Bourdieu (1997), posição de prestígio/distinção no campo científico.

No início dos anos 2000, Tatiana Wells contextualiza em artigo a situação do Ciberfeminismo e seu parco desenvolvimento prático e teórico, no contexto geopolítico latino e movimentos feministas. A autora avaliou – naquele cenário – que existia nos movimentos feministas

[...] uma longa tradição de atuação de organizações não-governamentais de mulheres e feministas nas áreas de meio-ambiente, saúde, direitos das mulheres e das crianças, assim como dos animais, e educação. Estas são as áreas consideradas críticas para a construção da autonomia da mulher. No entanto, ainda persiste um foco (míope) na sexualização e na vitimização das mulheres, ou seja, nos malefícios e consequências da dominação institucionalizada, que deve também co-existir com novas formas de como superar tais contextos. São pouquíssimas pesquisadoras e ativistas feministas que se dedicam, por exemplo, a temas como nanotecnologia, biotecnologia, transgenia etc, apesar de movimentos como o eco-feminismo, assim como a participação feminina é muito menor nas áreas consideradas “técnicas” como *Internet* e computação (WELLS, 2005, n.p.).

Para ela, o fato dos movimentos feministas não adentrarem na seara ‘tecnologia e gênero’ seria um problema já que,

[...] Segundo Haraway, as tecnologias de comunicação e a biotecnologia seriam as ferramentas cruciais para o redesenho dos corpos femininos durante a época do capitalismo avançado. Em um momento em que estas invadem todos os campos da vida: a gênese, a beleza, arte e trigo, popularizando seus discursos técnico-científicos, seus processos, objetos e sujeitos automatizados, criando novos espaços e instrumentos de dominação - é mais do que urgente que mais mulheres comecem a dominar esses campos estratégicos, não só refletindo e politizando essa rápida expansão, como também questionando-a, tirando-a do domínio exclusivo do privado e masculino, devolvendo as ciências às causas populares e transversais, que são também as femininas (WELLS, 2005, n.p.).

E de forma homônima ao título do artigo, ela pontuou que não houve o desenvolvimento do fenômeno – como na Europa – do Ciberfeminismo no contexto latino americano e brasileiro, afirmando que “[...] talvez o Ciberfeminismo nunca tenha chegado ao país” (WELLS, 2005, n.p.). A consideração de Wells (2005) diz respeito a ausência de debates ciberfeministas, a carência do uso das TIC’s (Tecnologias de Informação e Comunicação) e *internet* pelas populações locais.

Já Débora Albu no artigo intitulado “Ciberfeminismo no Brasil: construindo identidades dentro dos limites da rede” irá dizer que o

Ciberfeminismo é um conceito em disputa dentro da teoria feminista nas últimas duas décadas, tendo sido apresentado como uma filosofia (Paterson, 1992; Hawthorne e Klein, 1999), como uma conexão entre mulheres e o ciberespaço (Plant, 1996), como uma ferramenta de empoderamento (Millar, 1998; Lee, 2006; Harris, 2008; Martin e Valenti, 2012; Keller, 2012; Zeillinger, 2013; Keller, 2015), como um lugar de resistência (VNS Matrix, 1991; Daniells, 2009; Pierce, 2010), como um chamado para inclusão e solidariedade (Braidotti, 1996; Wilding, 1998; Thelandersson, 2014) e como uma utopia (Haraway, 1991). Todos esses diferentes significados e usos apontam para o Ciberfeminismo como um projeto múltiplo, ainda em construção tanto no nível teórico quanto prático (ALBU, 2017, p. 1).

A autora, por meio desse artigo, circunscreveu uma breve avaliação do debate sobre Ciberfeminismo, destacando o Ciberfeminismo como “[...] uma expressão do movimento feminista que se dá no espaço da sociedade civil” (ALBU, 2017, p. 1), e apontando, após doze anos da publicação do artigo de Tatiana Wells (2005), que “a literatura brasileira não explora o Ciberfeminismo de maneira tão abrangente” (ALBU, 2017, p. 4).

As considerações de Wells (2005) e Albu (2017) trazem reflexões importantes ao considerar a compreensão do fenômeno em solo latino-americano e brasileiro (WELLS, 2005), e, sobretudo, a carência de literatura brasileira específica em Ciberfeminismo (ALBU, 2017). Fatos que geram a oportunidade de pensar sobre a trajetória do fenômeno e do conceito

nas Ciências Sociais brasileira. Diante disso, ambos os artigos auxiliam a delinear a percepção em torno da produção acadêmica sobre Ciberfeminismo no Brasil.

Visando ampliar a análise da produção das pesquisas sobre Ciberfeminismo, anteriormente apontada como sendo escassa, tem-se aqui a pretensão de mapear a produção sobre Ciberfeminismo mais recente, mas não só. Se tem o intento de discutir se o tema vem ocupando espaços de maior prestígio social no campo das Ciências Sociais, análise que realizamos a partir de contributos da Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu. Acredita-se que tal esforço contribui para a elucidação de qual o seu lugar nas pesquisas das Ciências Sociais brasileiras, bem como identificar como o tema vem sendo abordado nesse campo.

Para perceber as circunstâncias – do fenômeno e do conceito – que envolvem o Ciberfeminismo, faz-se necessário entender, primeiro, que a apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) pelas feministas produziu um processo denominado 'Ciberfeminismo', que se apresenta com caráter polissêmico, atravessado pela história de apropriação e usos do mesmo. O prefixo 'ciber' deriva “[...] do grego kuber, ou seja, ciber – que quer dizer governar no sentido de ir ao leme ou orientar um barco[...]” (GOMES, 2015, p.49).

Mas é necessário pontuar que o uso de cyber e cyborg veio antes da vasta utilização do termo pela informática e teóricos que explicam a virtualidade. Anterior a este fato, foi registrado que o termo apareceu pela primeira vez em 1947, no livro *Cybernetics: or Control and Communications in the Animal and Machine*. Depois, por meio da literatura, popularizou-se a noção de cibernética, pela ideia de ciberespaço contida no livro *Neuromancer* (1984). Inicialmente, *Cyber* é utilizado apenas para uma compreensão cibernética, ligada à informática (GOMES, 2015).

A posteriori, a acepção ganha aporte epistemológico por meio das Ciências Sociais, como, por exemplo, a partir das contribuições de Pierre Lévy (1997), Manuel Castells (1999) e Donna Haraway (1985), e nas Ciências Sociais aplicadas, com Marshal McLuhan (1969) e André Lemos (2000).

Ao debruçar-se sobre a relação entre o ser humano e comunicação, McLuhan (1969) compreenderá os meios de comunicação como extensão do homem. Já sobre a comunicação no âmbito virtual, Lévy (2009) entenderá o ciberespaço como um local de comunicação permeado pela interrelação da conexão da rede mundial de computadores e memórias dos computadores.

Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida

em que transmitem informações. Consiste de uma realidade multidirecional, artificial ou virtual incorporada a uma rede global, sustentada por computadores que funcionam como meios de geração de acesso (LÉVY, 2009, p. 92).

Para Lemos, a cibercultura está imbuída de uma “[...] efervescência social (compartilhamento de emoções, de convivibilidade e de formação comunitária). A cibercultura é a socialidade como prática da tecnologia” (LEMOS, 2000, p. 96). Ainda sobre a influência da tecnologia na sociedade, o sociólogo Manuel Castells afirma que a internet, a rede mundial de computadores, “[...] constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p. 497).

Diversos olhares construíram perspectivas teóricas sobre a cibercultura articuladas à tecnologia, internet, ciberespaço e relações sociais, a exemplo da filósofa e bióloga Donna Haraway, pesquisadora da relação ciberespaço e feminismo. Ela foi pioneira em pensar a relação mulher e internet, tornando-se responsável em articular questões políticas de gênero ao desenvolvimento tecnológico e ciberespaço.

Em seu ‘Manifesto Ciborgue’, de 1985, Haraway (2000) apontou a transformação da humanidade em “organismos cibernéticos”, num híbrido homem/máquina, elaborando uma ontologia do ciborgue baseada na identidade ciborgue não binária. Ou seja, no ciberespaço a dicotomia homem *versus* mulher não irá, segundo ela, prevalecer. Apesar de sua obra (2000) não mencionar a palavra ‘Ciberfeminismo’, ela será responsável por impulsionar as primeiras discussões e experiências em torno do termo.

Embora tenha ganho popularidade nos últimos anos, devido às mobilizações feministas, o emprego de ‘Ciberfeminismo’ advém do início da década de 1990, mais especificamente a partir da atuação do coletivo VNS Matrix e da teórica feminista Sadie Plant. Atualmente, existe uma popular compreensão de que a acepção seria

a principal característica da chamada quarta onda feminista é a atuação nos meios de comunicação digitais — a importância das novas tecnologias de comunicação foi destacada por 13 trabalhos. Esses mencionavam como o mundo digital possibilitou um ativismo digital, chamado de ciberativismo— conceito estendido à mobilização feminista na internet, o Ciberfeminismo. Os blogs, redes sociais, sites, vídeos, enfim, todos os meios de comunicação via internet são um espaço de criação e divulgação de causas feministas com um alcance jamais pensado antes da ampliação do uso da internet (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 07).

Mesmo sendo observado por Perez e Ricoldi (2018) como um fenômeno de mobilização feminista, o Ciberfeminismo não se restringe apenas a esse enquadramento interpretativo. Transpassado por diversas teorias e *práxis*, o Ciberfeminismo ainda é uma questão que precisa ser investigada e mapeada, principalmente no que se refere a sua presença nas produções acadêmicas. Isso pode corroborar para entender como o campo científico brasileiro nas Ciências Sociais o recebe. Desta forma, faz-se necessário realizar uma pesquisa do Estado da Arte para elucidar o entendimento do campo acadêmico sobre o tema.

O Estado da Arte é uma pesquisa de caráter bibliográfico que possui “[...] o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento [...]” (FERREIRA, 2002, p. 258). Essa metodologia é empregada com o objetivo de fazer um levantamento sobre o que se conhece sobre determinado assunto a partir das pesquisas concretizadas. Assim, importa a este trabalho, mapear a pesquisa acadêmica brasileira sobre Ciberfeminismo no campo das Ciências Sociais. Portanto, a execução do Estado da Arte deve

[...] responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 258).

Nesse sentido, se estabelece uma pesquisa com caráter bibliográfico, sendo exploratória, descritiva e de cunho quantitativo-qualitativo, para identificar, quantificar e compreender a produção acadêmica.

Irá ser realizado também uma análise bibliométrica para esboçar uma avaliação das agendas de pesquisa sobre a temática, e mensurar os índices de produção e disseminação desse conhecimento científico. Por entender como fundamental para realizar o mapeamento das pesquisas sobre Ciberfeminismo, e seu “*status*” no campo acadêmico utiliza-se como recorte analítico, as teses e dissertações de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da área das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) e os artigos publicados em revistas brasileiras qualificadas pelo *Qualis-Periódicos* (quadriênio 2013-2016) de estrato superior nas áreas de Ciência Política e Antropologia (A1, A2, B1 e B2) e Sociologia (A1, A2, B1)¹. Os resultados poderão ser comparados a uma espécie de “termômetro”, por servir para mensurar o “lugar” e o “prestígio” do tema no interior das Ciências Sociais.

¹ Seguimos os critérios de definição de cada documento de avaliação das áreas da Capes. Como para a área de Sociologia apenas as classificações A1, A2 e B1 são tidas como superiores, limitamos nossa análise a esses estratos.

Para analisar o “lugar” e o “prestígio” do tema, utiliza-se as contribuições da Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu. Assim, tem-se as Ciências Sociais como um subcampo do campo científico. Grosso modo, o campo corresponde a um espaço simbólico, onde ocorre a relação entre os agentes, que estão constantemente em processo de disputa por reconhecimento e prestígio. Sob a ótica de Bourdieu (1997), a racionalização e autonomização do campo – que diz respeito ao seu processo de funcionamento interno – serão pontos chave para entender o microcosmo (campo) no macrocosmo (sociedade).

Dessa forma, Bourdieu desenvolve uma importante abordagem para a compreensão estrutural da relação sujeito-sociedade, e campo-sociedade. A partir da reflexão sobre as disputas que ocorrem no mundo social, é que emerge a noção de campo. Para o autor, pensar sobre campo está relacionado a entender que para

[...] compreender uma produção cultural (literatura, ciência, etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contendo-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. O que chamo de “erro de curto circuito”, erro que consiste em relacionar uma obra ou um poema simbolista com as greves de Fourmies ou as manifestações de Anzim, como fazem certos historiadores da arte ou da literatura. Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois pólos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, 1997, p. 20).

Então, sob a perspectiva de campo, esta pesquisa observa parte do campo das Ciências Sociais (ou subcampo científico)² e sua recepção em relação à produção acadêmica sobre Ciberfeminismo, analisando se a mesma possui prestígio social nesse campo/subcampo.

Numa perspectiva bourdesiana, no campo entendemos as produções acadêmicas como produtos dos agentes, sendo capitais simbólicos disputados. Já os pesquisadores equivalem aos agentes, que disputam no campo por capital simbólico e reconhecimento; os programas de pós-graduação, as editoras, os periódicos científicos, os eventos acadêmicos, e as universidades são as instâncias de onde os agentes legitimam as regras dos jogos e estabelecem quais são os capitais simbólicos valorizados no interior do campo científico.

Nesse sentido, para entender a posição de prestígio que as produções acadêmicas sobre Ciberfeminismo ocupam (ou não), torna-se importante o mapeamento das pesquisas publicadas em lugares de maior prestígio social. Assim, tomamos como *corpus* da pesquisa as

² A preocupação da pesquisa não estar em definir se estamos diante de um campo ou subcampo. O interesse está no conceito pela abertura analítica que ele nos apresenta.

teses e dissertações de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da área das Ciências Sociais e os artigos publicados em revistas brasileiras qualificadas pelo Qualis-Periódicos. Como se trata de um tema recente nas Ciências Sociais, optou-se pela não adoção de um recorte temporal, sendo necessária a análise de todas as teses, dissertações e revistas de estratos superiores disponibilizadas na *internet*.

O capital específico é concedido pelos dominantes quando os pesquisadores estão “dotados das disposições objetivamente exigidas pelo campo e de categorias de percepção e de apreciação específicas irreduzíveis às que são utilizadas na existência ordinária e capazes de impor uma medida específica do valor do artista e de seus produtos” (BOURDIEU, 1996, p.60), nesse caso, leia-se ‘do pesquisador e de suas produções acadêmicas’. Dessa forma, o capital específico representa o acúmulo de capitais e o reconhecimento alcançado pelos pesquisadores.

O capital simbólico possibilita a distinção no interior do campo. O campo, por sua vez, é o local empírico em que ocorrem os processos de disputa e legitimação de ideias (BOURDIEU, 1997), e onde há concessão por parte dos agentes dominantes, do prestígio e reconhecimento (ou não) do Ciberfeminismo no campo das Ciências Sociais. Isso significa que no campo acadêmico a “presença de um tema no interior de espaços prestigiados, como os periódicos de estratos superiores, é sinal de que esse possui distinção e, conseqüentemente, seus autores prestigiados” (BODART; TAVARES, 2019, p. 524).

Na busca por capitais simbólicos – como publicação em revista de estrato superior, diploma de mestre ou doutor–, valorizados no interior do campo científico, os agentes por participarem das “rotinas” do campo adquirem *habitus* específicos que orientam suas ações no interior do campo. O conceito de *habitus* diz respeito ao processo de socialização entre indivíduo, seus aspectos subjetivos e o mundo social. Trata-se de “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p.191). Ou seja, o *habitus* refere-se aos esquemas que fundamentam o inconsciente e o consciente do indivíduo, sendo sistematizado pelo mundo social, a vida material, a vida acadêmica, sistema econômico e cultural.

A escolha do tema e das fontes para a pesquisa – material bibliográfico – se deve pela percepção do fato de que o Ciberfeminismo, embora seja um fenômeno e termo muito difundido na atualidade, talvez, possa não gozar de notoriedade e prestígio no campo acadêmico das Ciências Sociais: essa é a hipótese que norteia o trabalho! Então, para testá-la é interessante pensar como o tema do Ciberfeminismo é recepcionado nas Ciências Sociais

(sobretudo em espaços de maior prestígio social), para, a partir disso, apreender elementos que possibilite pensar a posição da temática no campo acadêmico, mais especificamente nas Ciências Sociais brasileiras.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo delinea os procedimentos metodológicos da dissertação; o segundo, intitulado “As Ciências Sociais como campo social de disputa e as implicações sobre a agenda de pesquisa”, busca situar o campo acadêmico das Ciências Sociais, enquanto campo social de disputa, que formula e aplica sua agenda de pesquisa. Destaca-se como o Ciberfeminismo se encaixa nesse contexto; o terceiro capítulo, “Para situar o Ciberfeminismo”, faz uma revisão bibliográfica sobre o conceito de Ciberfeminismo, e destaca três experiências ciberfeministas para localizar o leitor sobre o campo prático da discussão; o quarto capítulo, intitulado “O lugar do Ciberfeminismo nas produções acadêmicas das Ciências Sociais no Brasil”, realiza o estado da arte, estudo com caráter bibliométrico nas teses, dissertações e artigos das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política); no quinto capítulo, analisa-se “O Ciberfeminismo nas Ciências Sociais: considerações à luz da teoria dos Campos de Pierre Bourdieu”; por fim, são apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO I

PROCEDIMENTOS E PERCURSOS METODOLÓGICOS

Referente ao procedimento metodológico, esse trabalho consiste em uma análise qualitativa-quantitativa de caráter bibliográfico, descritivo e analítico, o que é feito por meio da realização do Estado da Arte nos artigos publicados em periódicos de estrato superior (*Qualis-Periódicos*) nas áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política (quadriênio 2013-2016), teses e dissertações defendidas nos programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* de Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

Colocam-se como objetivos específicos para empreender essa tarefa: identificar a produção científica brasileira sobre Ciberfeminismo na área das Ciências Sociais. Para tanto, torna-se necessário (também) observar as diversas abordagens e percepções em torno do conceito, de modo a identificar de quais formas esse tema está presente nas teses, dissertações e nos artigos das Ciências Sociais, assim como entender se essa temática tem ocupado espaço de distinção social no campo acadêmico. Toma-se os periódicos classificados nos estratos superiores e os programas de pós-graduação como espaços de distinção social do campo acadêmico. Os artigos, teses e dissertações referem-se à produção intracampo e representam capitais de legitimação simbólica conferida pelo campo.

O aporte teórico adotado é a perspectiva bourdesiana de campo. Para as análises pretendidas utilizamos os seguintes conceitos e noções: *habitus*, campo acadêmico, capital simbólico, capital específico, prestígio e distinção.

Quanto à sua natureza, esta pesquisa consiste em uma pesquisa básica e exploratória. Em relação aos procedimentos escolhidos, enquadra-se como pesquisa documental, recorrendo ao levantamento de fontes diversificadas, como o currículo dos autores na Plataforma *Lattes*³, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁴, os periódicos classificados nos estratos superiores e os sites dos programas de pós-graduação. Trata-se, também, de uma pesquisa bibliográfica, já que procura “[...] referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta” (FONSECA, 2002, p. 32).

Elabora-se o Estado da Arte para gerar uma análise qualitativa e quantitativa dos estudos produzidos, permitindo realizar um trabalho voltado ao mapeamento da configuração da pesquisa sobre Ciberfeminismo nas Ciências Sociais brasileiras.

³ Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

⁴ Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual>

Utiliza-se o Estado da Arte pela sua

[...] finalidade de diagnosticar temas relevantes, emergentes e recorrentes, indicar os tipos de pesquisa, organizar as informações existentes bem como localizar as lacunas existentes. Um estado da arte pode constituir-se em levantamentos do que se conhece sobre determinada área, desenvolvimento de protótipos de análises de pesquisas, avaliação da situação da produção do conhecimento da área focalizada [...] (ROMANOWSKI, 2006, p.41).

Voltar o olhar – por meio da realização do Estado da Arte – para a pesquisa brasileira sobre o Ciberfeminismo na área das Ciências Sociais, significa observar a recepção do tema, extrair as percepções sobre o conceito e suas implicações acadêmicas, assim como compreender os perfis dos autores e os espaços de distinção social do campo em questão.

O Estado da Arte, como um tipo de pesquisa bibliométrica, é um caminho a ser percorrido, pois, permitirá a compreensão de como as produções científicas (artigos de estrato superior, teses e dissertações) das Ciências Sociais abordam/abordaram o Ciberfeminismo. Esse tipo de esforço torna possível obter uma visão sobre a produção, sua evolução, características e lacunas das pesquisas examinadas (ROMANOWSKI, 2006).

Se pontua que este trabalho se volta às pesquisas que versem sobre Ciberfeminismo, ou mobilizações feministas por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e internet, ou a utilização e apropriação das TIC's por feministas ou mulheres, já que esses assuntos podem circunscrever o fenômeno ciberfeminista.

A análise bibliométrica é realizada por meio da observação dos dados coletados nas teses e dissertações para inferir sobre a configuração da pesquisa brasileira em Ciberfeminismo nas Ciências Sociais e a posição de prestígio ou não no campo acadêmico. Assim, a “utilização de métodos quantitativos na busca por uma avaliação objetiva da produção científica é o ponto central da bibliometria” (ARAÚJO, 2006, p. 12), e auxilia a perceber a dinâmica do tema no campo científico.

A coleta de dados ocorreu por meios da busca por teses e dissertações no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; na Plataforma Lattes e nos sites das revistas acadêmicas, classificadas nos estratos superiores (A1, A2, B1, B2) nas áreas de Sociologia (A1, A2, B1), Ciência Política (A1, A2, B1, B2) e Antropologia (A1, A2, B1, B2) – escolhe-se o recorte A1, A2, B1 e B2 por serem esses a mais alta classificação no *Qualis-Capes*, em relação à produção intelectual no campo. O *Qualis* é um indicador de avaliação criado pela Capes em 1988, e se trata de um conjunto de procedimentos para avaliar os periódicos científicos no Brasil. Cada área de avaliação estabelece seus próprios critérios para classificar as revistas de estrato superior.

Na Plataforma *Lattes* foram coletados aspectos para compreender o perfil dos autores, como sexo, graduação, titulação, vínculo institucional e relação com movimentos feministas/ou vinculação com grupos de pesquisa na área de gênero. As publicações de Ciências Sociais também são examinadas para a coleta. Buscando observar a recepção do tema em outro espaço de prestígio social, averigua-se a presença do tema nas dissertações e teses, e volta-se para os programas de pós-graduação (no caso das dissertações e teses), visando observar o prestígio social desses e o lugar do tema em suas linhas de pesquisa.

Para realizar as buscas para coleta de dados (nas dissertações, teses e artigos) foram utilizados os seguintes descritores simples e compostos: “Ciberfeminismo”, “Ciberfeminismo no Brasil”, “feminismo”/“internet”, “feminismo”/“redes”, “pesquisa em Ciberfeminismo”, “feminismo digital”, “feminismo 2.0”, “mulheres”/“redes sociais”, “mobilização feminista”/“redes sociais”. Os mesmos foram digitados em letras minúsculas, sem aspas, sem ponto e vírgula, sem barra. Cada palavra ocupou um espaço na parte da busca avançada do site.

Os descritores abaixo foram selecionados por melhor se relacionarem ao tema Ciberfeminismo e, conseqüentemente, ao fenômeno. No Quadro 1 são apresentadas as variáveis e as justificativas para usá-las.

Quadro 1– Descritores para busca de artigos, teses e dissertações sobre Ciberfeminismo, 2020.

Descritor por busca	Justificativa para seleção do descritor
Ciberfeminismo	Usado para buscar trabalhos referentes ao tema.
Ciberfeminismo no Brasil	Usado para buscar trabalhos referentes ao tema.
Feminismo/ <i>Internet</i>	Usado para buscar trabalhos que articulem ou interpretem a relação Feminismo e <i>Internet</i> .
Feminismo/Redes	Usado para buscar trabalhos que articulem ou interpretem a relação Feminismo e Redes.
Pesquisa em Ciberfeminismo	Usado para buscar trabalhos que tratem sobre a pesquisa em Ciberfeminismo.
Feminismo Digital	Usado para buscar trabalhos que compreendam o fenômeno do Feminismo Digital.
Feminismo 2.0	Usado para buscar pesquisas que analisem o Feminismo 2.0.
Mulheres/Redes Sociais	Usado para buscar trabalhos que relacionem Mulheres ao uso das Redes Sociais.
Mobilização Feminista/Redes Sociais	Usado para buscar trabalhos que interpretem as mobilizações feministas influenciadas/organizadas a partir dos sites de redes sociais.

Fonte: Elaboração própria.

Os descritores foram elaborados para gerar uma busca por trabalhos relacionados ou correlacionados ao Ciberfeminismo, e foram inseridos no site da BDTD, como ilustra a

Figura 1. Utilizamos apenas os descritores que estão entre aspas para a busca, sendo realizada o campo de ‘busca avançada’. No buscador “correspondência da busca” deixamos “Todos os Termos”. A pesquisa foi realizada a partir do clique na busca “Todos os Campos”. Primeiro escolhemos no campo “Tipo de Documento”, “Dissertação” para as buscas relacionadas a esse tipo de trabalho, e, posteriormente, “Tese”. Ambas as pesquisas foram feitas com os mesmos descritores.

Figura 1 – Imagem da seção ‘Busca Avançada’, do Banco Brasileiro de Teses e Dissertações, 2020.

The image shows a screenshot of the BDTD (Banco Brasileiro de Teses e Dissertações) website's advanced search page. The browser address bar shows 'bdtb.ibrict.br/vufind/Search/Advanced'. The page header includes the BDTD logo and navigation links: 'Página Inicial', 'Sobre a BDTD', 'Rede BDTD', 'Acesso Aberto Brasil', and 'Serviços'. The main search area is titled 'Busca Avançada' and contains a search input field with the text 'ciberfeminismo'. To the right of the input field is a dropdown menu labeled 'correspondência da busca' with the selected option 'TODOS os termos'. Below the input field are three additional dropdown menus, each with the text 'Todos os campos'. There are also buttons for 'Adicionar campo de busca', 'Adicionar Grupo de Busca', 'Buscar', and 'Limpar'.

Fonte: Print da página de busca do site da BDTD.

Os descritores também foram inseridos no campo de busca dos sites dos periódicos/ou plataforma *SciELO*, quando o site oficial da revista apresentou algum problema ou não possuía campo de busca. Excepcionalmente, no site do periódico *Caderno Pagu*, a busca foi feita em cada exemplar, pois o site da revista não possuía o mecanismo de busca, e o site da *SciELO* não estava funcionando no dia da coleta de dados.

O site da plataforma Sucupira, da Capes, foi usado com a finalidade de buscar pelos periódicos de Antropologia e Ciência Política, nos *Qualis* A1, A2, B1 e B2, e Sociologia, nos *Qualis* A1, A2 e B1. Foram investigados os periódicos do quadriênio 2013-2016; até o dia da coleta tratava-se da última avaliação oficial realizada pela Capes.

Na Figura 2, é apresentada a página onde a pesquisa foi realizada.

Figura 2 – Imagem da seção ‘Qualis Periódico’, da Plataforma Sucupira, site da Capes, 2021.

Fonte: Print da página de busca do site da Plataforma Sucupira.

Após a coleta de dados no site da BDTD, e na plataforma Sucupira, foi realizada a catalogação das teses, dissertações e artigos. Depois, acessou-se a Plataforma *Lattes* para verificar o perfil do autores e das autoras e possível vínculo com movimentos feministas.

Figura 3– Imagem da ‘Busca Simples’ do Currículo *Lattes*, na Plataforma *Lattes*, 2020.

Fonte: Print da página de busca da Plataforma Currículo *Lattes*.

Na Plataforma *Lattes* colocou-se, primeiramente, o nome de cada autor da tese ou dissertação no campo de busca “Buscar por”; no campo de busca “nas bases” foram selecionadas as opções “doutores” e “demais pesquisadores”; no campo “Nacionalidade” foi escolhida a nacionalidade brasileira, já que se percebeu, após a coleta de dados, que a autoria das teses e dissertações eram todas de pesquisadoras brasileiras.

Publicações Autor	Quantificar as publicações correlatas ao Ciberfeminismo.	Região	Identificar a Região para ter noção do nível de produção da pesquisa.	Região	Região do programa de pós graduação/ou periódico.
Se declara militante feminista	Quantificar e relatar se os autores possuem experiência com militância ou ativismo feminista.	Estado	Identificar o Estado para saber sobre a produção da pesquisa.	Estado	Identificar o Estado do programa de pós graduação/ou periódico.
-	-	Procedimento Metodológico	Quantificar os procedimentos mais usados.	-	-
-	-	Objetivo	Identificar o que as pesquisas pretendem.	-	-
-	-	Problema	Identificar quais problemas as pesquisas desejam resolver.	-	-
-	-	Unidade de Análise	Identificar qual unidade de análise os artigos, teses edissertações utilizam em sua empiria.	-	-
-	-	Conceitos	Observar os conceitos usados e quantificar os mais frequentes.	-	-
-	-	Se cita Ciberfeminismo	Quantificar quantos trabalhos utilizaram o conceito.	-	-
-	-	Referências	Identificar os autores mais referenciados	-	-

Fonte: Elaboração própria.

Para a coleta dos dados ‘Sobre as publicações’ analisamos os conteúdos das dissertações, teses e dos artigos selecionados a partir dos filtros adotados.

Para identificar aspectos relacionados aos programas de pós-graduação em Ciências Sociais, foi buscado em cada um dos sites, informações ligadas ao ano de criação do curso, linhas de pesquisa, se o programa possui doutorado, grupos de pesquisa sobre o tema de Ciberfeminismo, região e estado.

Então, os procedimentos elencados acima, em conjunto com as variáveis observáveis – que tratam de um percurso traçado para elucidar os pontos expostos e justificados acima, podem ajudar a identificar a configuração da pesquisa brasileira sobre Ciberfeminismo; estabelecer o entendimento sobre o conceito; e classificar, analisar a pesquisa brasileira sobre o tema, na área das Ciências Sociais, por meio da realização do Estado da Arte –, auxiliam a entender a configuração da pesquisa brasileira sobre Ciberfeminismo nas Ciências Sociais, e a inferir sobre a posição de distinção ou não no campo acadêmico/científico. Assim, espera-se compreender a recepção da pesquisa no campo.

CAPÍTULO II

AS CIÊNCIAS SOCIAIS COMO CAMPO SOCIAL DE DISPUTAS E AS IMPLICAÇÕES SOBRE A AGENDA DE PESQUISA

Para Bourdieu o mundo social pode ser analisado a partir de campos sociais. Os campos sociais correspondem às diversas esferas sociais em que se organiza a sociedade, como, por exemplo, o campo jurídico, campo do esporte, campo artístico, campo político, campo acadêmico, etc. Para as finalidades analíticas desta pesquisa, têm-se aqui as Ciências Sociais como um campo social (ou subcampo do campo científico) de disputa no sentido bourdieusiano, circunscrita no interior do campo acadêmico.

A estrutura do campo das Ciências Sociais está alinhavada ao espaço social, que contém as respectivas peculiaridades das Ciências Sociais enquanto campo social de disputa e impacta diretamente sobre a agenda de pesquisa.

Para observar a circunstância acima, tem que se entender que o espaço social

[...] é construído de tal maneira que, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum; quanto mais afastados, menos propriedades em comum eles terão. As distâncias espaciais - no papel - coincidem com as distâncias sociais. Isso não acontece no espaço real (BOURDIEU, 1990, p. 153).

Essa afirmação de Bourdieu (1990) converge para compreensão do espaço social do campo acadêmico das Ciências Sociais como também um campo social de disputa. Essa compreensão é importante para entender a recepção do tema Ciberfeminismo no campo das Ciências Sociais.

Em primeiro lugar é preciso situar que o campo para Bourdieu (2007) é um local empírico onde os processos de disputa, o jogo e a legitimação ocorrem. A noção “Deriva do princípio de que a dinâmica social se dá no interior de um campo, um segmento do social, cujos agentes, indivíduos e grupos têm disposições específicas, a que ele denomina habitus” (THIRY-CHERQUES, 2006, n.p). O habitus enquanto estruturas estruturadas e estruturantes (BOURDIEU, 2007), exprime o processo de subjetivação do agente e, conseqüentemente, sua posição no campo.

Como espaço simbólico que contém as regras do jogo, o campo expressa as relações sociais entre os agentes intracampo, dominantes e dominados, e quem possui posição de prestígio ou não, e seu funcionamento se refere às

[...] propriedades distribucionais que advém aas diferentes práticas ao serem apreendidas por agentes detentores de urn conhecimento pratico de sua distribuição entre agentes que, por sua vez, estão distribuidos por classes hierarquizadas ou, se preferirmos, da probabilidade para as diferentes classes de pratica-las (BOURDIEU, 2008, p.183)

No campo, os agentes e instituições validam, determinam, legitimam as representações, assinalando quem pertence ao campo na forma de dominante ou dominado, ou quem se posiciona sob as estratégias de conservação ou subversão. Para situar, de modo geral, sobre o que se refere as estratégias de conservação utiliza-se o comentário de Naulin e Jourdain.

[...] também denominadas estratégias de reprodução ou sucessão, são as dos indivíduos que monopolizam o capital específico do campo e que buscam conservar e melhorar sua posição, perpetuando o jogo a seu favor. Trata-se, portanto, dos defensores da ortodoxia do jogo tal como ele é. Sua posição dominante lhes confere a possibilidade de definir as regras do jogo, as mais favoráveis aos seus interesses. Do lado oposto, os defensores das estratégias de subversão são indivíduos menos bem dotados em capital específico. Trata-se geralmente de novos entrantes que aparecem como “pretendentes”. Eles são considerados heréticos à medida que contestam o fundamento da hierarquia das posições no campo tentando mudar as regras do jogo [...] (NAULIN; JOURDAIN, 2017, p. 98).

Vale salientar que com suas próprias regras de funcionamento, os campos ocorrem na estrutura social e existem sob diversas formas: campo social, campo do poder, campo político, campo jornalístico, campo literário, campo artístico, entre outros. O campo constitui-se em um local de lutas concorrenciais⁵, que visa conservar ou transformar as relações de forças ali presentes. “Para Bourdieu e Wacquant (1992), os agentes atuam — por intermédio de categorias de percepção e de apreciação social — sobre a situação que os determina, mas nunca estão livres dos condicionamentos sociais que produzem o habitus”. (BRANDÃO, 2010, p.232).

O habitus é resultante do processo de socialização do indivíduo, e aparece como conjunto dos aspectos subjetivos vindos da interpretação e interação com o mundo social/estrutura. Os agentes adquirem habitus específicos que orientam suas ações no interior do campo. O habitus, uma vez incorporado, é responsável pelo desenvolvimento do senso prático. Por senso prático entende-se a prática social desenvolvida pelo indivíduo, um sistema adquirido de preferências, de classificações, de percepção da realidade (BOURDIEU, 2013).

Então, interessa a esse trabalho investigar o campo científico das Ciências Sociais. Nesse contexto, pode-se pensar como o tema Ciberfeminismo e os respectivos pesquisadores

se movimentam no campo, possuindo ou não prestígio, reconhecimento, notoriedade e capital específico.

Em segundo lugar, importa recortar as Ciências Sociais como campo social de disputa para compreender as implicações disso sobre a agenda de pesquisa. Como área de investigação das relações sociais, com formulação de hipóteses, teorias e epistemologias, as Ciências Sociais, seus pesquisadores e instituições transitam pelo espaço social a analisar e pesquisar empiricamente, realizando um processo de reflexividade sobre a vida social.

Para tanto, têm-se como agentes do campo, os pesquisadores; os programas de pós-graduação, universidades, as revistas, os eventos científicos e grupos de pesquisa são as instâncias; e é no campo que se constituem as produções acadêmica (teses, dissertações e artigos), que expressam o habitus dos agentes, se constituindo em um capital simbólico valorizado no interior do campo. O próprio Bourdieu tomou a academia como um campo social, o campo acadêmico, e identificou os pesquisadores como *homo academicus*. Ou seja, marcados por disposições à ação próprias desse campo e geradas por ele; tendo observado que as diversas instituições e pesquisadores disputam entre si, entre dominantes e dominados, os temas, teorias, conceitos, abordagens, regionalização da produção, e, conseqüentemente, o que estará presente de forma relevante nas agendas de pesquisas.

Pois, a agenda de pesquisa, mesmo sendo considerada regra do campo, resulta numa demonstração dos conflitos intracampo científico: confronto entre as ortodoxias e as heterodoxias que, em determinado momento histórico, definem o limite do campo. Essas lutas concorrenciais podem traduzir as “transformações que se dão no nível das teorias, objetos de estudo e dos métodos de pesquisa em uma dada disciplina científica” (GARCIA, 1996, p.70). No caso do Ciberfeminismo, no contexto do campo das Ciências Sociais, a ideia da agenda de pesquisa afeta diretamente a abordagem (ou não) acerca do tema.

Assim, as Ciências Sociais, como campo social de disputa, exprime uma relação de poder em um jogo que determina as disposições dos participantes, sendo também um microcosmo autônomo no mundo social. A posição de dominação no campo, determina o que é “bom ou ruim”, e imprime gostos e interesses. Nesse caso, influencia diretamente na formatação da agenda de pesquisa. Mas, cabe ressaltar que o jogo não é hermético. O campo é um lugar de mudanças permanentes, e constitui-se em um local de lutas concorrenciais⁵ que visam conservar ou transformar as relações de forças ali presentes.

⁵O termo ‘concorrentes’ é referente aos membros do campo, que disputam o jogo e no campo estão na posição de dominantes/dominados; reconhecidos/não reconhecidos; conservadores/subversivos.

O contexto colocado nas linhas anteriores, aponta as Ciências Sociais como campo social de disputa, fato que implica diretamente sobre a formulação da agenda de pesquisa. Entende-se por agenda de pesquisa, o conjunto de produção de conhecimento e temas que baseiam a ação acadêmica em torno da pesquisa, como forma de interpretar e analisar questões pertinentes do mundo social, contendo os modos de fazer e operar científico.

Na agenda de pesquisa, encontram-se os temas mais discutidos, visibilizados e notórios, justamente por isso traduz a luta dos agentes intracampo. A agenda de pesquisa é determinada pelos pesquisadores e pesquisadoras que possuem capital simbólico. “[...] O capital simbólico pode ser oficialmente sancionado e garantido, além de instituído juridicamente pelo efeito de nomeação oficial. A nomeação oficial, isto é, o ato pelo qual se outorga a alguém um título, uma qualificação socialmente reconhecida[...]” (BOURDIEU, 1990, p. 164), que é conferido pelos dominantes, pesquisadores e instituições do campo. Assim, a agenda de pesquisa pode ser considerada uma regra do jogo, pois pauta os temas e assuntos intracampo. Dessa forma, a disputa do campo acadêmico das Ciências Sociais é refletida também a composição da agenda de pesquisa.

Sobre a agenda das Ciências Sociais pode-se analisar os seguintes aspectos: os temas que sobressaem nas pesquisas e abordagens, ganhando espaço nas linhas de pesquisa e grupos de pesquisa nos programas de pós-graduação; e as disparidades regionais que permeiam o espaço social e geográfico, favorecendo, por exemplo, um maior fomento financeiro e acadêmico das pesquisas — muitas vezes, em programas de pós-graduação das regiões Sul e Sudeste.

Há 23 anos, Reis, Reis e Velho destacavam que no âmbito das Ciências Sociais,

No que se refere aos campos e temas que são objeto de estudo, houve progresso em termos de incorporação de certas áreas temáticas. Na esfera política, por exemplo, há temas novos, que até há pouco tempo não eram tocados: a área institucional em geral, o judiciário, o legislativo, que têm sido tratados em uma perspectiva de Ciência Política, e não apenas na perspectiva jurídica tradicional. Da mesma forma, podem ser lembrados os estudos relacionados com o processo eleitoral, que também progrediram muito nos últimos 30 anos. Além disso, mais recentemente tem havido esforços novos, em diversas instituições, com respeito a uma área que foi negligenciada durante muito tempo, a das relações internacionais. Na esfera das outras disciplinas, me ocorre destacar os esforços feitos no campo dos estudos sobre criminalidade e violência. Estes são alguns exemplos de campos ou áreas temáticas em que houve efetiva ocupação de espaços e avanço nesses termos (REIS; REIS; VELHO, 1997, n.p.).

Essa avaliação dos autores expressa a elaboração da agenda de pesquisa de mais de 20 anos. Atualmente, em uma breve pesquisa no *Google Acadêmico* pode-se perceber as

inúmeras tentativas de pesquisadores e pesquisadoras em estabelecer uma agenda de pesquisa sobre diversos temas na área das Ciências Sociais, buscando, provavelmente, a notoriedade nesse espaço acadêmico. Nem sempre os temas “emplacam”, predominando e, conseqüentemente, alcançando prestígio na agenda das Ciências Sociais.

Em 2005, Bonifácio (2005) refletiu, no XXIX Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional das Pós-Graduações em Ciências Sociais), sobre a Agenda Polanyiana e seus impactos nas Ciências Sociais. Sua pesquisa teve o objetivo de mapear “[...] o cerne do que chamamos de ‘agenda polanyiana’ nas Ciências Sociais. O segundo objetivo, o de oferecer algumas indicações para a reconstituição dos microfundamentos da explicação polanyiana de processos de mudança institucional e social” (BONIFÁCIO, 2005, n.p.), e tentou detectar a influência dessa agenda no institucionalismo adotado no campo das Ciências Sociais.

Ainda na primeira década do século XXI, vão observar o tema da economia solidária na agenda das Ciências Sociais:

A conversão da economia solidária em foco da ação pública tem motivado uma agenda de pesquisa permanente. No âmbito do GT (grupo de trabalho), a ênfase tem sido dada aos arranjos participativos que diferenciaram as políticas desde sua implementação e à análise de políticas municipais. Debates em torno da autonomia do movimento, de processos de cooptação de lideranças ou de processos participativos encontram nas políticas de economia solidária um terreno fértil (SILVA; OLIVEIRA, 2011, n.p.).

Destacam-se ainda as experiências ligadas ao desenvolvimento local e à organização comunitária, dada a forte articulação dos EES com seu entorno. Outras questões dizem respeito ao processo de institucionalização das políticas de economia solidária e sua articulação com outras políticas setoriais, em particular com as políticas sociais e de promoção do desenvolvimento (territorial, agrário, sustentável etc.) (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, p. 173, 2018).

As pesquisas de Reis; Reis; Velho (1997), Bonifácio (2005) e Ferrarini; Gaiger; Schiochet (2018), expressam diferentes momentos da pesquisa nas Ciências Sociais. Fica claro que em diversos momentos históricos, no campo das Ciências Sociais, os agentes – consciente ou inconscientemente – estiveram a disputar a implementação dos temas na agenda das Ciências Sociais, isso implica na competição por reconhecimento para obter notoriedade e legitimação.

Então, percebe-se que estudos consolidados na agenda de pesquisa, a exemplo da criminalidade e violência (REIS; REIS; VELHO, 1997), podem parecer formulações de

respostas às demandas sociais. Já que “a política científica pode ser compreendida como o produto da tensão existente entre a agenda da ciência – o conjunto de interesses relativamente articulados da comunidade de pesquisa – e as agendas da sociedade, que envolvem uma grande pluralidade de atores e interesses” (DIAS, 2009, p. 38).

Porém, tratando-se da disputa no campo científico, mais especificamente no campo acadêmico das Ciências Sociais, a agenda de pesquisa também diz respeito ao jogo de interesses que permeia o campo. Bourdieu alerta que

É assim por exemplo, que a retórica da demanda social que se impõe, particularmente numa instituição científica que reconhece oficialmente as funções sociais da ciência, inspira-se menos numa preocupação real em satisfazer as necessidades e as expectativas de tal ou qual categoria de clientes (grandes ou pequenos agricultores, indústrias agroalimentícias, organizações agrícolas, ministérios, etc.), ou mesmo ganhar assim seu apoio, do que de assegurar de uma forma relativamente indiscutível de legitimidade e, simultaneamente, um crescimento de força simbólica nas lutas internas de concorrência pelo monopólio da definição legítima da prática científica (BOURDIEU, p. 45, 1997).

Então, intracampo ocorre a disputa por capitais específicos – compreendidos aqui como experiência, trajetória acadêmica, titulações, premiações, bolsas de pesquisas e produções científicas – com a finalidade de obter legitimação e prestígio. Esse fato não se desvencilha das agruras do mundo social, embora o campo possua relativa autonomia. Os membros do campo que não obtêm legitimação podem vir a ficar no ostracismo no campo científico, não alcançando notoriedade e nem influenciando diretamente na agenda de pesquisa.

Wells (2005, n.p.) ressalta que “vale lembrar que a ciência tem sido, desde o começo da história, ao lado da igreja, produtora de conhecimento, e conseqüentemente, autoridade”. Por esse motivo, cabe lembrar como em determinado momento histórico houve epistemicídios – termo cunhado por Boaventura Souza Santos – no campo científico das Ciências Sociais, Sejam eles: epistemicídio das epistemologias feitas nas periferias globais, e que foram excluídas da produção de conhecimento reconhecido como válido; ou o epistemicídio da produção científica de mulheres – vilipendiadas e desdenhadas quando conceberam suas ideias, obras, produtos ou teorias, sendo julgadas como loucas ou tendo suas obras apropriadas pelo masculino da época –, que durante séculos foram silenciadas no campo científico. Essa violência epistêmica é também violência simbólica, imposição do domínio, ausência de reconhecimento e legitimidade, e mostra que

A ciência não tem de escolher entre o relativismo e o absolutismo: a verdade do mundo social está em jogo nas lutas entre agentes que estão equipados de

modo desigual para alcançar uma visão absoluta, isto é, autoverificante. A legalização do capital simbólico confere a uma perspectiva um valor absoluto, universal, livrando-a assim da relatividade que é inerente, por definição, a qualquer ponto de vista, como visão tomada a partir de um ponto particular do espaço social (BOURDIEU, 1990, p. 164).

A concorrência entre os agentes no campo, implica diretamente na agenda de pesquisa como foi exposto. Nesse contexto, torna-se importante a investigação sobre o tema Ciberfeminismo no campo acadêmico das Ciências Sociais, para compreender qual sua relação com a agenda de pesquisa, o trânsito do tema no espaço social e perceber a configuração da pesquisa intracampo.

Para empreender essa análise articula-se, principalmente, os conceitos de *habitus*, capital específico, capital simbólico, campo/campo acadêmico e espaço social, para constituir um arsenal teórico que possa trazer em seu bojo as respostas das questões trazidas nesta pesquisa.

CAPÍTULO III

PARA SITUAR O CIBERFEMINISMO

Situar o Ciberfeminismo em suas diferentes perspectivas teóricas e experiências faz-se necessário para entender a evolução e os diferentes pontos de vista que o envolvem. Este capítulo pretende realizar uma revisão bibliográfica sobre o Ciberfeminismo, já que uma miríade de conceituações expressam momentos distintos de apropriação e interpretação; também se descreve três experiências ciberfeministas para articulá-las aos diferentes momentos do conceito de Ciberfeminismo. Assim, permite vislumbrar o percurso teórico e prático do Ciberfeminismo; situar, sobretudo, como o Ciberfeminismo, talvez, possa se apresentar nas pesquisas nacionais no campo das Ciências Sociais; e, principalmente, objetiva permitir visualizar a forma (experiências descritas aqui) e conteúdo da acepção (teorias e conceitos atribuídos) para aproximar o leitor ao tema da pesquisa.

3.1. Ciberfeminismo: uma acepção em debate

Após algumas décadas desde o primeiro uso da palavra “Ciberfeminismo”, o termo tornou-se comum para explicar o atual processo de mobilização política das feministas. Na contemporaneidade, o significado de Ciberfeminismo pode ser estendido, para caracterizar a dinâmica política da quarta onda do feminismo, segundo explicam Perez e Ricoldi (2018), quando apontam “que a principal característica da chamada quarta onda feminista é a atuação nos meios de comunicação digitais” (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 02).

Mas, historicamente, nem sempre o significado de Ciberfeminismo esteve atrelado às mobilizações feministas por meio TIC's. Em um primeiro momento, o conceito de Ciberfeminismo é utilizado para exprimir a atuação feminista na cibercultura, por meio da criação de códigos, *websites*, vários formatos de mídia, como jogos de computador feministas, baseados na *cunt art* (arte da “boceta”), instalações de vídeo, textos *online* e eventos, que constantemente invocavam e reivindicavam a presença de mulheres nesses espaços, majoritariamente masculinos.

Desde o Manifesto de Haraway (2000) à criação do coletivo VNS Matrix até as Internacionais Ciberfeministas, o Ciberfeminismo foi resignificado, ganhou diferentes sentidos e aportes. O ‘Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX’ (HARAWAY, 2000), lançando em 1985, foi a primeira expressão do que, posteriormente, seria denominado Ciberfeminismo. Embora, o manifesto da bióloga e

filósofa, Donna Haraway, não mencione a palavra ‘Ciberfeminismo’, o conteúdo serviu para basear as primeiras experiências e parte das iniciais teorias ciberfeministas.

Nesse manifesto existe a ideia da descorporificação no ciberespaço, como um processo onde o caráter binário dos gêneros e a personalidade não seriam existentes no ciborgue virtual. A partir desse princípio se desenrola a ideia de que “o ciborgue simula a política, uma característica que oferece um campo muito mais potente de atividades” (HARAWAY, 2000, p. 63). Essa mesma autora acredita que a descorporificação ciborguiana pode representar uma identidade que

[...] assinala um espaço construído de forma autoconsciente. Sua capacidade de ação não pode ter como base qualquer identificação supostamente natural: sua base é a coalizão consciente, a afinidade, o parentesco político. Diferentemente da identidade “mulher” de algumas correntes do movimento das mulheres brancas estadunidenses, não existe, aqui, qualquer naturalização de uma suposta matriz identitária: essa identidade é o produto do poder da consciência de oposição (HARAWAY, 2000, p. 49).

A matriz não identitária revela uma condição ontológica, já que “O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política” (HARAWAY, 2009, p. 37). Esse viés idealista, que superestima o ciborgue e sua potencialidade política para o feminismo, corresponde, em certa medida, a uma análise veiculada a realidade social da mulher que está “[...]dolorosamente consciente do que significa ter um corpo historicamente constituído” (HARAWAY, 2009, p. 51). Mesmo que o ciberespaço apresente uma virtualidade, a desconstituição da identidade, gêneros e corpos não assinalam a longo prazo, a prática de um Ciberfeminismo descorporificado como irá se explorar nas linhas abaixo.

O manifesto de Donna Haraway traz elementos interessantes para (re)pensar a relação do gênero com a tecnologia e, sobretudo, da apropriação da tecnologia pelos feminismos. Seu texto projeta de forma otimista, por meio do caráter ontológico do ciborgue, o ciberespaço como uma possibilidade de “[...] Não mais estruturado pela polaridade do público e do privado, o ciborgue define uma pólis tecnológica baseada, em parte, numa revolução das relações sociais do *oikos* – a unidade doméstica” (HARAWAY, 2009, p. 39). Nesse contexto, o ciborgue representa uma revolução no aspecto da vida privada da mulher, e parece resolver uma antiga questão dos feminismos tradicionais e socialista: a mulher – ou melhor, sua ausência – no espaço público.

Ainda assim, “O ciborgue está determinadamente comprometido com a parcialidade, a ironia e a perversidade. Ele é opositorista, utópico e nada inocente” (HARAWAY, 2009, p. 39), esse aspecto subversivo do ciborgue concebido por Haraway servirá para basear a

atuação ciberfeminista dos grupos VNS Matrix (VeNuS Matrix) e OBN (*Old Boys Network*). A projeção ontológica em torno do ciborgue, a subversão e ironia contido no mesmo, que se aproxima de um idealismo na relação entre mulher e tecnologia, abre caminhos para outras perspectivas teóricas.

A expansão das primeiras redes ciberfeministas ocorre de forma fragmentada, pois o debate e concepção de Ciberfeminismo acontece em vários territórios, sem passar necessariamente pelas Internacionais Ciberfeministas ou pela VNS e OBN. Isso significa que diferentes olhares teóricos se propuseram a explicar e conceituar o Ciberfeminismo, a exemplo de Sadie Plant – que também juntava *cyber* e feminismo em seu livro ‘Zeros e Uns. Mulheres e as novas tecnologias’ (1997) – e Allucquére Rosanne Stone, ou Sandy Stone, artista e teórica, autora do livro *The war of desire and technology* (1997).

Ambos os livros serviram como referência para a Segunda Internacional Ciberfeminista. Dessa forma, percebe-se que a “OBN e o VNS Matrix são apenas duas de suas inúmeras manifestações, que tiveram atuação significativa durante a década de 1990. Inclusive, a OBN como uma coalizão, pretendia ser uma meta-rede para as ciberfeministas de diferentes partes do mundo” (LEMOS, 2009, p. 82). Stone produz sua teoria ressaltando como as comunidades virtuais modificam corpos, identidades e paisagens. No início da década de 1990, Stone lança o artigo “*Will the real body please stand up*” (1991) que, apesar de questionar o binarismo, coloca o corpo como questão central no ciberespaço. Para ela “os binarismos como natureza-cultura funcionam como uma estratégia para manter as fronteiras para fins econômicos e políticos, e também uma maneira de produzir significados” (STONE, 1991, n.p.).

Já para teórica Plant, a tecnologia seria essencialmente feminina. Seu livro *Zero e Uns: mulheres digitais* (1997), tratará a tecnologia como um fenômeno feminino, demonstrando por meio do caso da matemática Ada Lovelace –primeira programadora e criadora do primeiro algoritmo que pode ser processado por uma máquina– como o desenvolvimento da tecnologia está atrelado ao feminino. “Cem anos antes do hardware ser construído, Ada produziu o primeiro exemplo do que mais tarde foi chamado de programação de computador[...]”⁶ (PLANT, 1997, p. 8-9, tradução nossa).

O fato de Lovelace ser a primeira programadora da história está imbuído de um tom premonitório sobre o futuro do Ciberfeminismo, associado, no imaginário de Plant, à tecitura

⁶ *A hundred years before the hardware had been built, Ada had produced the first example of what was later called computer programming[...].*

dos fios pelas mulheres tecelãs, que desde os primórdios seriam responsáveis pela tecelagem das redes. A autora acredita que, historicamente, as mulheres tecelãs sempre estiveram envolvidas no processamento/feitura de redes, o que demonstrava uma predisposição “nata” à descoberta – em uma digressão, com base freudiana, usada para explicar a natureza feminina – exemplificada pela descoberta da programação.

Fiar é "uma arte perigosa", escreveu Mircea Eliade. "A lua 'gira' o Tempo e 'tece' vidas humanas. As Deusas do Destino são fiandeiras." Quando ele olha para a reclusão de meninas púberes e mulheres menstruadas, muitas vezes a ocasião para a discussão de histórias reais e fictícias, ele detecta "uma conexão oculta entre a concepção das criações periódicas do mundo ... e as idéias do Tempo e o Destino, por um lado, e, por outro, o trabalho noturno, o trabalho feminino, que deve ser realizado longe da luz do sol e quase em segredo. Em algumas culturas, após o fim da reclusão das meninas, elas continuam encontrar na casa de alguma velha para girar juntos. "E onde quer que a fiação seja onipresente, muitas vezes há "uma tensão permanente e até conflito entre os grupos de jovens fiandeiras e as sociedades secretas dos homens. À noite, os homens e seus deuses atacam as fiandeiras e destroem não apenas seu trabalho, mas seus aparelhos de tecelagem. 'Se os psicanalistas fornecem os únicos relatos da histeria, os únicos registros da caça às bruxas, que varreu três séculos da sociedade pré-moderna, são escritos pelos caçadores e de seu ponto de vista' ⁷(PLANT, 1997, p. 70-71, tradução nossa).

Acima, Plant reflete sobre a perseguição de mulheres na Idade Média, acusadas de bruxaria, e como os “caçadores” que as executavam foram responsáveis por escrever a história oficial. Apropriando-se, muitas vezes, das obras e criações femininas, como ocorreu com Lovelace. Para ela, isso significa “[...]o mistério que a mulher representa em uma cultura que afirma contar tudo, numerar tudo por unidades, inventariar tudo como individualidades[...]

Em ‘Zero e Uns’ (1997), ela ainda explicitará que o papel feminino durante a Segunda Guerra, como manipuladora de fios de redes telefônicas, computadores e códigos, refere-se uma suposta natureza feminina, que (potencialmente) convergeria para criação de redes e

⁷ *Spinning is "a perilous craft" wrote Mircea Eliade. "The moon 'spins' Time and 'weaves' human lives. The Goddesses of Destiny are spinners." When he looks at the seclusion of pubescent girls and menstruating women, often the occasion for the spinning of both actual and fictional yarns, he detects "an occult connection between the conception of the periodical creations of the world [...] and the ideas of Time and Destiny, on the one hand, and on the other, nocturnal work, women's work, which has to be performed far from the light of the sun and almost in secret. In some cultures, after the seclusion of the girls is ended they continue to meet in some old woman's house to spin together." And wherever spinning is ubiquitous, there is often "a permanent tension, and even conflict, between the groups of young spinning girls and the men's secret societies. At night the men and their gods attack the spinning girls and destroy not only their work, but also their shuttles and weaving apparatus. "If the psychoanalysts provide the only accounts of hysteria, the only records of the witch-hunting which swept three centuries of pre modern society are written by the hunters and from their point of view".*

⁸ “[...]‘the mystery that woman represents in a culture claiming to count everything, to number everything by units, to inventory everything as individualities[...]

programação de computadores. Mas, dentro dessa situação, a natureza feminina foi disciplinada pela sociedade patriarcal, pois “Montado como o elemento organizador dos novos sistemas regulatórios da modernidade, o homem moderno sempre foi um replicante, forjado em meio ao frenesi das práticas disciplinares que o tornaram a medida de tudo ⁹[...]” (PLANT, 1997, p.98, tradução nossa).

O disciplinamento do gênero feminino de Sadie Plant (1997), apesar de expor a dívida social da História com a contribuição das mulheres na ciência, ocultada e vilipendiada por anos, revela pressupostos analíticos essencialistas na concepção da relação entre mulher, tecnologia e Ciberfeminismo.

Porém, à medida que as contribuições teóricas sobre o Ciberfeminismo começam a surgir, aparecem as primeiras experiências relacionadas ao tema, que também irão tentar formatar uma conceituação. Destacam-se aqui duas experiências: VNS Matrix e OBN, que por meio das Internacionais Ciberfeministas buscaram conceituar o termo.

Em 1991, a *VNS Matrix* declara seu “manifesto boceta”, o Manifesto para o Século XXI (1991), onde se anuncia como o “vírus da nova desordem mundial”, “sabotadoras”, e afirmam que o “clitóris é uma linha direta para a matriz *VNS Matrix*”, assim elas são “terminadoras dos códigos morais”, e por meio do Ciberfeminismo permanecem “[...]se infiltrando, pertubando e disseminando e corrompendo o discurso/ nós somos o futuro”. Virginia Barratt, integrante do *VNS Matrix*, justifica o motivo da criação do grupo “a paisagem tecnológica era muito seca, cartesiana, respeitosa. Era acrílica e esmagadoramente dominada por homens. Era um espaço masculinista, nomeado assim, e os guardiões dos códigos (culturais e logos) mantinham controle da produção de tecnologia” (EVANS, 2014, n.p.).

Com a intenção de subverter esse cenário, a *VNS* começa a empregar ações ciberfeministas, imbuídas da cultura *geek*, *ciberpunk* e feminista, inspiradas pelo Manifesto Ciborgue (2009), de Donna Haraway. Para tanto, realizavam *outdoors*, jogos de computador, *games*, instalações de vídeo, *websites*, textos *online*, pornografia e códigos que subvertiam o patriarcado.

A concepção de Ciberfeminismo do *VNS* era ligada a uma perspectiva artística, irônica e tecnofílica. Já o objetivo da OBN (*Old Boys Network*), em um primeiro momento, remete à ironia empregada nas ações do *VNS Matrix*, que visava um ciborgue descorporificado nas

⁹ “Assembled as the organizing element of modernity's new regulatory systems, modern man was always a replicant, forged amidst the frenzy of disciplinary practices that made him the measure of everything[...].”

redes como pensou Haraway (2009). Ao longo das Internacionais Ciberfeministas, organizadas pela OBN, a *Old Boys Network* mudará sua compreensão sobre o Ciberfeminismo.

Na “*First Cyberfeminist Internacional*”, ou I Encontro Internacional Ciberfeminista, em Kassel-Alemanha, em 1997, foram colocadas 100 Anti-Teses¹⁰ acerca de uma (não) definição do conceito de Ciberfeminismo, ou seja, o que não é Ciberfeminismo. As 100 Anti-Teses são resultantes de uma negação sobre o Ciberfeminismo:

[...]1.Ciberfeminismo não é uma fragância; 2. Ciberfeminismo não é uma declaração de moda; [...]4. Ciberfeminismo não é não ideologia; [...]12. Ciberfeminismo não é instituição; [...]18. Ciberfeminismo não é um ismo; 19. Ciberfeminismo não é anti-masculino; [...]22. Ciberfeminismo não é uma fronteira; [...]24. Ciberfeminismo não é apolítico; [...]79. Ciberfeminismo não é ficção científica; 80. Ciberfeminismo não é inteligência artificial [...] (100 ANTI-TESES, 1997, n.p., tradução nossa).

Em 1999, a II Internacional Ciberfeminista, A “*Next Cyberfeminist Internacional*” ou “Próxima Internacional Ciberfeminista”, em Roterdão-Holanda, avançou na discussão política de um novo Ciberfeminismo. “Concentra-se, assim, nas diferenças culturais, raciais e econômicas entre as mulheres diante dos avanços e transformações dessas tecnologias, ou seja, na perspectiva de conhecimento partilhado e coletivo” (FARIAS, 2015, p.56), e começa a pensar o Ciberfeminismo a partir do que ele é

[...] Ciberfeminismo, é imperativo que sejamos precisos em nossa formulação da dissidência comum. O Ciberfeminismo é (em um grau maior do que o termo feminismo ou seu filho pós-feminismo ou estudos de gênero são) uma especulação, um mito, uma ideia utópica e uma construção estratégica. É acima de tudo um discurso de teimosia feminista na era pós-humana da informação global e das biotecnologias. O que temos em comum antes de tudo é a crença na viabilidade desta fé, que procuramos ancorar na realidade e no nosso cotidiano. E uma vez que o Ciberfeminismo, como o feminismo, é uma ideia antifalocêntrica politicamente motivada, precisamos formular e organizar nosso entendimento da política de uma forma mais concreta do que fizemos até agora. Acreditamos que o Ciberfeminismo, incorporando como o faz a noção de diversidade, é uma questão de nosso tempo, um tempo de pós-humanismo e virtualização contínua em que palavras como subjetividade, identidade, sexo/gênero, representação, agência, política e o discurso está passando por uma redefinição. Esses termos não são obsoletos, tendo servido a um propósito útil em vidas corporificadas como a nossa; mas eles precisam ser reconstruídos e postos em prática repetidas vezes. Ao contrário de abordagens que assumem que a resistência feminina já está acontecendo inconscientemente em espaços desconhecidos e incontroláveis, insistimos na

¹⁰ As 100 anti teses encontram-se na íntegra no link: <https://www.obn.org/cfundef/100antitheses.html>. Acesso 13/02/2020

ideia de responsabilidade consciente, reflexão e motivação e intenção engajadas¹¹ (OBN, 1999, p. 05, tradução nossa).

Na II Internacional Ciberfeminista se sobressai a necessidade do aspecto político no Ciberfeminismo, porém as premissas utópicas e descorporificadas ainda prevalecem na acepção. Posteriormente, o debate conceitual acerca do Ciberfeminismo, passa a ser substituído pela necessidade de uma identidade teórica do termo. Essa foi uma questão abordada na III Internacional Ciberfeminista, a “*Very Cyberfeminist Internacional*” ou “Internacional Muito Ciberfeminista”, que ocorreu em 2001.

[...] Ademais, foram tratados também temas bastante previsíveis, que outrora foram debatidos nas duas últimas conferências: rede, híbridos de mulher/máquina, ciborgue e biotecnologias, entre outras. Mas foi a ausência de mulheres de outras culturas e perspectivas que marcou o debate acerca da importância da diversidade ciberfeminista, direcionando um olhar para a necessidade da interseccionalidade reconhecendo as diferenças culturais e ainda a corporificação dessas mulheres que tem utilizado e/ou sido ‘atingidas’ pelas TICs (FARIAS, 2015, p. 57).

A guinada na compreensão sobre o Ciberfeminismo nas Internacionais Ciberfeministas exprime uma lógica que se reflete ainda, em 1999, na II Internacional, a *Next Cyberfeminist Internacional*:

É nisso que trabalharemos no futuro e, por isso, estamos construindo uma rede para e de abordagens ciberfeministas semelhantes e diferentes: nosso objetivo é criar formas agradáveis e meios de resistência, e pretendemos fazê-lo com a colaboração de nossas irmãs¹² (OBN, 1999, p. 05).

¹¹ [...] *Cyberfeminism, it is imperative that we are precise in our formulation of common dissent. Cyberfeminism is (to a greater degree than the term feminism was or its offspring postfeminism or gender studies are) a speculation, a myth, a utopian idea, and a strategic construction. It is above all a discourse of feminist stubbornness in the posthuman age of global information and bio technologies. What we have in common first of all is a belief in the viability of this faith, which we attempt to anchor in the reality and in our daily lifes. And since Cyberfeminism, like feminism, is a politically motivated, anti-phallogocentric idea, we need to formulate and marshal our understanding of politics in a more concrete way than we have done until now. We believe that Cyberfeminism, incorporating as it does the notion of diversity, is very much an issue of our time, a time of post-humanism and ongoing virtualisation in which words like subjectivity, identity, sex/gender, representation, agency, policy and discourse are undergoing redefinition. These terms are not obsolete, having served a useful purpose in embodied lives like our own; but they need to be re-constructed and acted upon again and again. Unlike approaches which assume that female resistance is already happening unconsciously in unknown, uncontrollable spaces, we insist on the idea of aware responsibility, reflection and of engaged motivation and intention.*

¹² “*This is what we will work on in future and why we are building a network for and of similar and differing cyberfeminist approaches: our aim is to create pleasurable ways and means of resistance, and we intend to do it with the collaboration of our sisters*”

Isso demonstra que naquele momento já havia o interesse de encarar o Ciberfeminismo e suas diversas práticas como construção de uma rede com o objetivo de realizar uma forma de resistência e colaboração entre as mulheres.

As experiências da *First Cyberfeminist Internacional* (1997) e da *Next Cyberfeminist Internacional* (1999) demonstram a influência ainda do Ciberfeminismo de Haraway e Plant, e conseqüentemente do ideário tecnofílico –definido como apreço e superestima demasiada pela tecnologia– e descorporizado. A *Very Cyberfeminist Internacional* (2001) mostra um processo de autocrítica ao perceber as limitações utópicas diante da prática e teoria do Ciberfeminismo, para além do apelo teórico e prático das Internacionais.

Uma resposta inicial a essas condições foi o surgimento da formação eclética do Ciberfeminismo. Nos últimos dez anos, o Ciberfeminismo se tornou um campo significativo na prática cultural contemporânea. Os sites e publicações eletrônicas de ciberfeministas aumentaram de um punhado no início dos anos 90 para quase dois mil em 2002. No entanto, atualmente, o Ciberfeminismo funciona mais como um rótulo para conceder moeda a uma panóplia de posições do que como um movimento político. A questão importuna do feminismo no Ciberfeminismo ainda assombra praticamente todas as discussões sobre o Ciberfeminismo. Herdeiro do pós-feminismo e do pós-estruturalismo, o Ciberfeminismo não acolheu uma definição nem um posicionamento político claro dentro dos feminismos¹³ (FERNANDEZ; WILDING, 2002, p. 18, tradução nossa).

Embora Fernandez e Wilding (2002) afirmem que ainda não há uma posição política clara sobre o ciberfeminismo no feminismo, ambas, no artigo *Situar los Cyberfeminismo* (2002), diferenciam o Ciberfeminismo entre velho e novo (FERNANDEZ; WILDING, 2002).

As ciberfeministas começaram a abrir o território disputado da *Internet*, usando-a para pesquisa, diversão e lazer, bem como para novas atividades feministas: campanhas políticas, educação, crítica, intervenções táticas, alianças ativistas e todos os tipos de colaborações, ambos local e internacional. O novo Ciberfeminismo apenas começou a estudar, disseminar e desafiar os efeitos complexos da tecnologia em muitos aspectos da vida das mulheres e a projetar uma política de presença e incorporação que insiste no combate total aos discursos da tecnologia e do poder. O

¹³ “An early response to these conditions has been the emergence of the eclectic formation of cyberfeminism. In the last ten years, cyberfeminism has become a significant field in contemporary cultural practice. Cyberfeminist web sites and electronic publications have increased from a handful in the early nineties to nearly two thousand in 2002. Yet at present, cyberfeminism functions more as a label to grant currency to a panoply of positions than as a political movement. The importunate question of feminism in cyberfeminism still haunts virtually every discussion of cyberfeminism. Heir to both postfeminism and poststructuralism, cyberfeminism has neither welcomed a definition nor a clear political positioning within feminisms”.

anterior define um território para um Ciberfeminismo rebelde politicamente ativo¹⁴ (FERNANDEZ; WILDING, 2002, p.08).

Enquanto Fernandez e Wilding (2002) distinguem o Ciberfeminismo entre velho e novo, o autor Alex Galloway se preocupará em realizar uma diferenciação entre as experiências ciberfeministas:

[...] Do ponto de vista histórico, o Ciberfeminismo se desenvolveu em duas direções: de um lado, o ativismo político radical de Sadie Plant e da *VNS Matrix*, e de outro, o trabalho mais moderado da *Old Boys Network* (um consórcio de ciberfeministas integradas, principalmente por europeus) e da comunidade de e-mail do FACE (GALLOWAY, 1997, n/p.).

As diferentes visões, práticas e embasamentos são expostas quando observam-se as distinções entre o ‘velho’ e ‘novo’ Ciberfeminismo, e Ciberfeminismo ‘radical’ e ‘conservador’, memorados nas ações da VNS Matrix, por exemplo. Apesar da oposição entre ‘velho’ e ‘novo’, ‘radical’ e ‘conservador’, o Ciberfeminismo só funcionará com amplo engajamento entre mulheres quando este servir de instrumento de mobilização para os movimentos feministas tradicionais. Isso significa incluir

[...] Às duas categorias de Galloway é fundamental acrescentar uma terceira tendência até agora não considerada que assinalamos como “Ciberfeminismo social” - seu desenvolvimento se produz historicamente em paralelo aos trabalhos de VNS Matrix e OBN e culmina com a conexão aos movimentos antiglobalização neoliberal e aos grupos de ativistas em defesa dos direitos humanos, estabelecendo pontes entre estes movimentos e o feminismo e proclamando o uso estratégico de novas tecnologias e do espaço virtual na transformação social (MIGUEL; BOIX, 2013, p. 57).

O entendimento do Ciberfeminismo como social, resvala em outra percepção sobre a compreensão da virtualidade do ciberespaço –no sentido oposto ao descorporificado e sem identidade proposto por Donna Haraway e a VNS Matrix–, e agrega-o como potencialidade política para os feminismos, já que a *internet* –os dispositivos a ela conectados, sua infraestrutura cibernética e digital– se lançará como condição material para as redes feministas.

¹⁴ “Las ciberfeministas han comenzado a abrir el disputado territorio de Internet, usándolo para la investigación, el juego y el placer, así como para nuevas actividades feministas: campañas políticas, educación, crítica, intervenciones tácticas, alianzas activistas, y toda clase de colaboraciones, tanto locales como internacionales. El nuevo Ciberfeminismo recién comienza a estudiar, difundir y desafiar los complejos efectos de la tecnología sobre muchos aspectos de las vidas de las mujeres, y a diseñar una política de presencia y

A aplicação do Ciberfeminismo social e a “migração” das feministas para *internet*, por meio dos correios eletrônicos, que permitem a troca de informações e participações em tempo real, pode ser exemplificada na IV Conferência Mundial de Mulheres em Pequim, que inaugura esta nova interface entre as feministas.

Os primeiros passos se situam no debate, através de listas de correio eletrônico, das posições que os grupos de mulheres querem trasladar à IV Conferência Mundial de Mulheres e o processo culmina em setembro de 1995, em Pequim, onde uma equipe de 40 mulheres de 24 países assegura formação e apoio a 1.700 usuárias criando um espaço eletrônico com informação das ONGs presentes na China, em 18 idiomas, que contabilizou 100.000 visitas em sua página web. Pela primeira vez, e sem estar presentes fisicamente na China, mulheres de todo mundo puderam fazer o rastreamento online dos trabalhos da Conferência e expressar suas opiniões em tempo real (MIGUEL; BOIX, 2013, p.69).

Nessa perspectiva pode-se observar a integração do Ciberfeminismo com a agenda feminista, dando um novo significado à aceção.

Por isso, o Ciberfeminismo deve ser a tentativa de compreender e atuar para se tornar um sujeito político a partir da crítica e da subversão da tecnologia. Isso pode ser feito de muitas e diferentes formas, desde a net-art até o uso da rede como instrumento de mobilização social e viral, passando por propostas de hackers. E isso pode ser feito a partir de estratégias muito diferentes, desde a crítica mais analítica ou acadêmica à paródia ou rebelião lúdica¹⁵ (REVERTER, 2013, p.457).

Mas a aproximação com a agenda feminista não encerra, tampouco resolve o debate em torno da conceituação de Ciberfeminismo –afinal, no caso do Ciberfeminismo, conceito e fenômeno, praticamente, se desenvolvem concomitantemente.

A partir de Haraway e seu ‘Manifesto Ciborgue ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX’ (2009), Federica Timeto em seu artigo ‘Por uma teoria do Ciberfeminismo hoje: da utopia tecnocientífica à crítica situada do ciberespaço’ (2019), lança a compreensão de um ciberfeminismo situado e transcultural que

[...] se distancia seja das utopias, seja das distopias que, como se viu, caracterizaram o debate do feminismo sobre a tecnociência. De uma parte, critica-se a mística ciberlibertária e a sua linguagem tecnológica/teleológica, que coincide com frequência com o triunfalismo neoliberal: ela esconde

¹⁵ *Por ello el Ciberfeminismo debiera ser el intento de comprender y accionar cómo constituirse en sujeto político a partir de la crítica y la subversión de la tecnología. Esto se puede hacer de muchas y muy diversas maneras, desde el net-art hasta la utilización de la red como instrumento de movilización social y viral, pasando por las propuestas hackers. Y se puede hacer desde muy diferentes estrategias, desde la crítica más analítica o académica hasta la parodia o la rebelión lúdica.*

(mas com mais frequência exhibe) um substancial tecnodeterminismo que olha a tecnologia como tendo um desenvolvimento autônomo e automaticamente libertador, independentemente das condições e dos contextos de produção e consumo. Mas a ser problematizada está também a visão catastrófica ou distópica, que é arriscada e com frequência nostálgica, para a qual a compressão espaço-temporal “causada” pela difusão das novas tecnologias em escala mundial determinaria o fim dos lugares físicos e da interação face a face. Uma ideia que parece ainda mais ingênua à luz da reflexão sobre a dimensão tecnosocial, ou natural-cultural, elaborada pelo tecnofeminismo (TIMETO, 2019, p. 20).

Com uma perspectiva crítica e anticolonialista, a autora deseja nortear um novo pensamento pautado no Ciberfeminismo transcultural que

[...] em última análise, promove uma crítica situada no interior da tecnociência, da qual adotará formas e meios, para elaborar estratégias de resistência e de colaboração úteis para subverter as finalidades dos fluxos do sistema. O seu objetivo é elaborar esteticamente, epistemologicamente e politicamente uma política de articulação das fronteiras em sentido harawaiano e pós-colonial, mantendo aberto o discurso sobre as diferenças e sobre a parcialidade no interior de um cenário que, como aquele das novas tecnologias de informação e comunicação e das biotecnologias, opera, ao invés disso, na direção de um congelamento dos fluxos e de uma homogeneização universalizante (TIMETO, 2019, p. 23-24).

Observa-se que a ideia de descorporificação do ciborgue, tecnofílica e essencialista, atravessou as primeiras elaborações teóricas e experiências ciberfeministas. As diversas interpretações em torno do conceito de Ciberfeminismo, refletiram o momento histórico de cada época. As disputas e debates em torno do conceito de Ciberfeminismo, são resultantes de um processo dialético de discussões tributárias da tecnosociabilidade¹⁶ entre mulheres e TIC's.

As diferentes elaborações conceituais em torno do Ciberfeminismo, promoveu diversas experiências, três delas são relatadas abaixo com a finalidade de demonstrar como a *práxis* foi executada e teorizada ao longo dessas décadas. Vale frisar que essas não formam um *continuum* –elas não derivam uma da outra; não são consequentes nem subsequentes–, mas expressam a prática da empregabilidade do conceito.

¹⁶ Tecnosociabilidade refere-se a sociabilidade humana por meio e influência da tecnologia, o que pode despertar vários paradigmas sobre diversos aspectos da convivência humana.

3.2. Uma empiria necessária: experiências ciberfeministas

São abordadas três experiências para demonstrar os desdobramentos do conceito de Ciberfeminismo. A empiria abaixo retrata as práticas ciberfeministas, primordial para lançar o entendimento sobre o viés conceitual, observar a evolução e, principalmente, servir de fio condutor para guiar o olhar sobre o objetivo dessa dissertação. Sendo útil também para entender os diferentes momentos de ação coletiva de grupos/coletivos de cunho ciberfeminista, no ciberespaço, com as respectivas apropriações das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), correios eletrônicos e sites de redes sociais. A ação coletiva é entendida como sendo uma ação comum que visa atingir fins comuns, podendo ser fruto dos interesses individuais compartilhados (BODART, 2014).

Ao olhar as ações coletivas, as participantes são observadas em relação à condição dos processos de luta. Para que as ações ocorram é necessário que haja solidariedade e consenso entre os membros participantes, assim como uma estrutura e organização que o possibilite. Dessa forma, esse tópico pretende articular uma aproximação e percepção prática do/da leitor/leitora às diversas teorias e conceitos que permeiam o ideário do Ciberfeminismo.

3.2.1 VNS Matrix

A VNS Matrix – VeNuS – foi um coletivo artístico, que surgiu em 1991 (tendo sido extinto em 1997), na cidade de Adelaide, Austrália, seu nascimento ocorre concomitante à difusão da rede mundial de computadores, *Word Wild Web* (WWW).

Josephine Starrs, Julianne Pierce, Francesca da Rimini e Virginia Barratt foram responsáveis por criar uma estética feminista, amparada na contracultura, para realizar *outdoors*, jogos de computador, games, instalações de vídeo, *websites*, textos *online*, pornografia e códigos que subvertiam o patriarcado: irreverência, poder, ironia, guerrilhas feministas, sexualidade, humor e música eram a marca da atuação.

Elas criaram um grupo experimental de trabalho – VNS Matrix – que tinha, aprioristicamente, um único objetivo: divertir-se com a arte na intersecção com a teoria feminista de cunho francês, produzindo textos enquanto obras de arte. O primeiro de uma série desses trabalhos foi produzido em homenagem a Haraway e ao seu conceito de ciborgue, exposto no texto intitulado Manifesto para o século XXI. As propostas prioritárias do grupo – e que foram seguidas por outras feministas em diversos países – eram não apenas explorar o ciberespaço como construção de espaço de sociabilidade, de identidades, subjetividades, e sexualidades, mas principalmente pesquisar

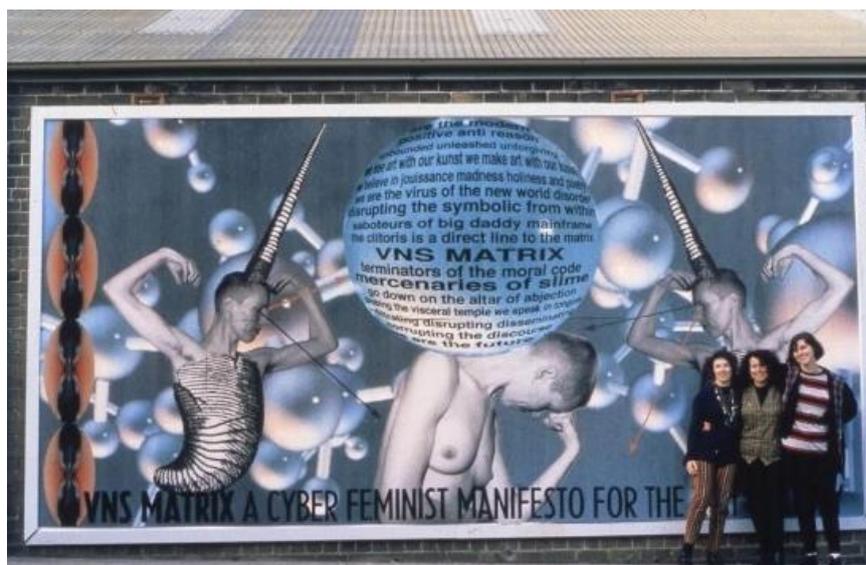
as narrativas de dominação e controle na ambientação virtual (ROCHA, 2006, p. 46).

Em 1991, a VNS Matrix declarou seu “manifesto boceta”, o ‘Manifesto para o Século XXI’ (1991), onde se anunciaram como o “vírus da nova desordem mundial”.

“No final de 1991, o manifesto foi a peça central de uma grande imagem em *outdoor* do mesmo nome, emoldurado por ciberfeministas, em um campo de material genético se transformando em novas representações de mulheres, gênero e sexualidade no espaço tecnológico[...]” (EVANS, 2014, n.p.).

O manifesto foi colocado em um grande *outdoor* e na *internet*. Na época, a atitude ganhou notoriedade por meio das páginas de revistas e das ondas de rádio.

Figura 4– *Outdoor* e integrantes da VNS Matrix.



Fonte: Site Arte, mídias e tecnologias, 2018.

As ações coletivas da VNS Matrix foram elaboradas, majoritariamente, em âmbito virtual, e representavam uma estética feminista baseada na *Cunt Art* (arte de boceta) feminista da década de 1970, trazendo à tona a falta de representatividade de mulheres nas redes, *games* e tecnologia. Para as ações

Elas criavam códigos. Elas criavam websites. Elas estavam em salas de bate papo e comunidades de texto online, como LambdaMOO. Elas contavam histórias através de códigos interativos e experiências como o jogo *All New Gen* em CD-ROM, em que a protagonista feminina lutava para defender um meio de dados industriais militares chamados "*Big Daddy Mainframe*". Elas acreditavam que a web poderia ser um espaço de experimentação criativa

fluida, um lugar para transformar e criar em colaboração com uma comunidade global de artistas com a mesma cabeça (EVANS, 2014, n.p.).

Em 1994, lançaram a obra ‘Trabalho sujo para garotas’, ou Dirty Work for Slimey Girls, em net-art. A integrante Josephine Starrs explica que

“O VNS Matrix pré data a tendência dos anos 2000 de arte de jogos no mundo artístico. Nós começamos a criar narrativas divertidas sobre nossas protagonistas femininas [...]. Isso foi em 1990, muito antes da Lara Croft, quando a ideia de uma heroína em um jogo de computador nunca tinha sido ouvida [...]” (EVANS, 2014, n.p.).

Além disso, em 1993, o cd interativo All New Gen foi exibido, na Austrália e internacionalmente, como uma obra de arte independente e também como a peça central da instalação.

O VNS Matrix pode ser considerado pioneiro nas ações ciberfeministas, com conteúdo geek, ciberpunk e feminista, baseado na ideia de Haraway, que em 1985 lançou o Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX (2009).

Apesar dos trabalhos do coletivo VNS Matrix terem sido desenvolvidos na Internet, [...]o grupo foi atuante somente até 1997, ano do I Encontro Internacional Ciberfeminista, que foi realizado em paralelo à importante Mostra Internacional de Arte Contemporânea da Alemanha, a Documenta X (FARIAS, 2015, p. 44).

O I Encontro Internacional Ciberfeminista, a *First Cyberfeminist Internacional* – Primeira Internacional Ciberfeminista–, realizado em Kassel, Alemanha, em 1997, é considerado um marco na primeira onda ciberfeminista, a ideia era discutir as novas representações midiáticas e atuações das mulheres na/em rede. Participaram “inúmeros grupos com atuações em mídiarte, ciberativismo, videoarte e também professores universitários” (LEMOS, 2009, p.77). No evento ocorreram

[...] as primeiras discussões acerca do conceito ‘Ciberfeminismo’, a partir da criação do grupo Old Boys Network (OBN). Na época, o grupo era formado por cinco ciberativistas, artistas e teóricas: Suzanne Ackers, Cornelia Sollfrank, Ellen Nonnenmacher, Vali Djordjevic e Julianne Pierce, ex-membra do VNS Matrix. Cabe evidenciar que o Old Boys Network foi responsável por todas as realizações das internacionais ciberfeministas (FARIAS, 2015, p. 44).

As 100 Anti-Teses, que não definiam o conceito de Ciberfeminismo, foram propostas na *First Cyberfeminist Internacional*. O congresso foi marcado pela presença de poucas mulheres, o que seria uma característica dos demais encontros internacionais ciberfeministas

da época. Além disso, no I Encontro Internacional Ciberfeminista surge a OBN (*Old Boys Network*), organização fundamental para ampliar a difusão do Ciberfeminismo.

3.2.2. Old Boys Network (OBN)

A *Old Boys Network* (OBN) é um grupo de ciberfeministas, que nasce em Berlim, Alemanha, em 1997, e se consolida no I Encontro Internacional Ciberfeminista, surgindo “[...]dentro do evento como uma aliança que une através da *Internet*, grupos de ciberativistas, artistas e teóricos, que se definem e atuam como ciberfeministas. A OBN é reconhecida como a primeira aliança formada após a Primeira Internacional Ciberfeminista” (LEMOS, 2009, p. 77).

Figura 5– Old Boys Network



Fonte: Site *OBN*, sem data.

O nome da organização ‘*Old Boys Network*’ satiriza um tipo de rede masculina, em que meninos mais velhos, geralmente influentes, os ‘*older boys*’, auxiliam os mais novos. Segundo o site da OBN, o termo

[...] *Old Boys Network* é usado como um idioma, uma metáfora para descrever uma inter-relação informal dos homens (aqui para ser entendida como sinônimo para seres humanos do sexo masculino). Nesse caso, os *Old Boys Network* foram todos para a mesma escola/faculdade/universidade de

elite. A preocupação de uma rede *Old Boys* é apoiar e obter apoio para carreiras individuais. Garotos mais velhos em uma posição poderosa ajudam os mais jovens e estabilizam sua própria posição dessa maneira[...] ¹⁷(OBN, 1999, n.p., tradução nossa)..

Esse sarcasmo seria uma primeira característica da organização fundada por Julianne Pierce (ex-integrante do *VNS Matrix*), Susanne Ackers, Cornelia Sollfrank, Ellen Nonnenmacher e Vali Djordjevic. Inicialmente,

Assim como o VNS Matrix, a Old Boys Network se enquadra dentro de um panorama de experimentação ativista e estético com uma mídia, que na época ainda se encontrava em crescimento e, cada vez mais, sendo apropriada para fins comerciais. O próprio contexto de criação da OBN deve ser levado em conta. A Documenta é uma das mais tradicionais mostras de arte da Europa, e também é conhecida por apresentar trabalhos artísticos que fazem uma interseção entre arte e ativismo. Para seu crédito a OBN foi a responsável pela inserção do Cibefeminismo no grande circuito das artes eletrônicas, ao participar de festivais como DEAF_Dutch Electronic Art Festival (2003), o ISEA_International Society Electronic Festival (2001) e o Ars Electronica (2001) (LEMOS, 2009, p.81).

A OBN também realizou trabalhos de cunho artístico ciberfeministas, com a intenção de propagar suas idéias: site (<https://www.obn.org>) em atividade até hoje, *posters*, textos e vídeos eram utilizados para expandir o Cibefeminismo e divulgar as internacionais. Antes da *First Cyberfeminist Internacional*, a organização apresentou-se como um grupo de mulheres responsáveis em articular, por meio de uma lista de *e-mail's*, a organização da I Internacional Cibefeminista (IC). Esse grupo acabou se tornando o principal organizador do evento.

Além de decidir todo o conteúdo da 1ª IC, a OBN se responsabilizou por outras. 78 demandas como hospedagem, viagens, calendários, necessidades tecnológicas, interfaces com a *Nettime* e a Documenta, orçamento e comunicações. Desde seu início a rede possuiu alta rotatividade de membros e pouca organização hierárquica. A aliança foi uma coalizão virtual e real de ciberfeministas sob o guarda-chuva do Cibefeminismo. Seu objetivo era o discurso crítico em novas mídias, especialmente focando nas questões específicas de gênero (LEMOS, 2009, p. 78).

As primeiras atuações e objetivos da OBN assemelham-se às ações do *VNS Matrix*, que visava um ciborgue descorporificado nas redes como pensou Haraway (2009). A “[...] indefinição para o termo Cibefeminismo como forma de manter livres as atuações e

¹⁷ *Old Boys Network is used as an idiom, a metaphor to describe an informal interrelation of men [here to be understood as synonyme for human beings of male sex]. In this case, the Old Boys of one Network all went to the same elite school/college/university. The concern of an Old Boys Network is to support and obtain support for individual careers. Older boys in a powerful position help younger ones and stabilize their own position that way.* Apresentação sobre o significado do nome https://www.obn.org/faq/fs_faq.html. Acesso 13/02/2020.

alinhamentos teóricos do grupo (LEMOS, 2009, p.79)”, assinala a concordância entre às duas organizações, *VNS* e *OBN*, em indefinir o conceito de Ciberfeminismo no I Encontro Internacional Ciberfeminista, demonstrando como ambas possuíam alinhamentos parecidos.

Desse modo, a variedade de conteúdos e discussões artísticas e políticas, na perspectiva de criar mundos virtuais colonizando o ciberespaço, permearam desde as manifestações das australianas do *VNS Matrix* até esta Conferência do coletivo *Old Boys Network*. Ademais, esse primeiro momento do Ciberfeminismo incitou debates acerca das relações de gênero e a política corporificada e interseccional do conhecimento, que posteriormente serão as bases para a segunda fase do Ciberfeminismo (DE FARIAS, 2015, p. 50).

Porém à longo prazo e após a primeira onda ciberfeminista¹⁸, a *OBN* irá diferenciar-se do *VNS* –extinto em 1997 – por sua atuação, desvencilhando-se da proposta utópica do ciborgue.

Focando nas relações de gênero e tecnologia, através de suas listas de e-mails, site, produção de livros, protocolos e conferências, as idealizadoras do *Old Boys Network* se dedicaram à apropriação, criação e divulgação ciberfeminista, especialmente de uma política de dissidência ao sexismo.

[...]através da sua lista de e-mail, chamada de *FACES*, e do site, trocavam informações com outras mulheres de todo o mundo interessadas em construir – *online* e *off-line* – locais de investigação, experimentação e comunicação ciberfeminista. Contudo, essa manutenção de estratégias irônicas semelhantes ao grupo *VNS Matrix*, evidenciadas no próprio nome do coletivo, reflete um posicionamento ambivalente, pois, mesmo conectadas e se definindo como ciberfeministas, essas mulheres apresentaram rechaço à história, prática e teoria feminista dos anos 1970, isto é, um repúdio ao feminismo da “velha guarda” (FARIAS, 2015, p. 45).

O repúdio ao feminismo da década de 1970 é explicado pelo entendimento do grupo, do feminismo como essencialista –na questão de gênero– e tecnofóbico em relação às TIC’s. Mas à medida que a *OBN* se afasta da utopia, aproxima-se de uma concepção e prática social do Ciberfeminismo, alçando outras características à atuação, apresentando certa similaridade com os movimentos sociais feministas, como listas de *e-mail’s*, grupos de apoio e ajuda, e centros de formação tecnológica para mulheres.

Se a utopia da descorporificação no ciberespaço e do fim do patriarcado por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação, a ausência do debate sobre interseccionalidade, o

¹⁸ Primeira onda ciberfeminista é o período compreendido pelas primeiras manifestações e ações ciberfeministas, geralmente voltadas à descorporificação do ciborgue e à ironia *geek*. Esse período se estende até a *First Cyberfeminist Internacional*.

viés apolítico e negação do feminismo “tradicional” foram contundentes na primeira onda – caracterizada pelas ideias na *First Cyberfeminist Internacional, 1997–*, esses aspectos seriam problematizados na segunda onda e nos encontros internacionais ciberfeministas subsequentes.

Em Roterdão, Holanda, no mês de março de 1999, ocorre a II Internacional Ciberfeminista, a *Next Cyberfeminist Internacional – Próxima Internacional Ciberfeminista–*, organizada e articulada pela OBN, sendo um evento divisor de águas nas discussões políticas e um marco que estabelece a segunda onda ciberfeminista. Esta segunda internacional reuniu 31 participantes, e teve como objetivo colocar estratégias para um novo Ciberfeminismo, com a intenção de “distinguir a visão “estreita” da primeira geração (FARIAS, 2015, p.55)”. Inclusive a conferência formula novamente o conceito de Ciberfeminismo, optando, dessa vez, por afirmar o que o Ciberfeminismo é – já que no primeiro encontro internacional lançaram as 100 Anti-Teses sobre o que o feminismo não era.

Nesse momento, em vez de procurar um Ciberfeminismo homogêneo com mulheres apenas interessadas em reunir ciberfeministas – conforme foi a Primeira Internacional Ciberfeminista – as organizadoras e participantes da segunda versão da conferência enfatizaram as diferentes relações no campo do Ciberfeminismo, a partir da participação de um grupo interdisciplinar de mulheres artistas, escritoras, acadêmicas, críticas da mídia, cientistas e sociólogas (FARIAS, 2015, p. 55).

A *Next Cyberfeminist Internacional* avançou na discussão política e prática do Ciberfeminismo, inaugurando um novo Ciberfeminismo. “Concentra-se, assim, nas diferenças culturais, raciais e econômicas entre as mulheres diante dos avanços e transformações dessas tecnologias, ou seja, na perspectiva de conhecimento partilhado e coletivo” (FARIAS, 2015, p. 56). O evento

“[...] é organizado em concomitância com o festival de *tactical media Next Five Minutes* de Amsterdam. Em relação à precedente, esse encontro não é mais aberto a qualquer um que queira apresentar a própria ideia de Ciberfeminismo, mas se centra sobre quatro temas bem precisos, identificados pelas organizadoras: a história do Ciberfeminismo e as diversas posições teóricas em seu interior, a prática *hacker*, o tema do corpo e a reconsideração do gênero em relação às novas tecnologias, e enfim o ativismo ciberfeminista e a crítica ao regime pancapitalista (esta última seção, segundo as organizadoras, é a mais sacrificada por falta de tempo, mas permanece um importante guia para reflexões futuras)” (TIMETO, 2019, p. 15).

Paulatinamente, as perspectivas do Ciberfeminismo, expressas e compreendidas à luz do ciborgue descorporificado de Haraway (2009), se coadunam com o uso social da *internet*

diante das demandas feministas, e demonstram uma guinada sobre a ação e entendimento do Ciberfeminismo em um momento de expansão comercial e (porquê não política!) da rede mundial de computadores e dispositivos. Assim, “[...] talvez hoje muito melhor do que então, que o Ciberfeminismo supõe um ataque declarado aos pilares básicos do patriarcado moderno. E aí, sem dúvida, é onde encontramos a marca feminista”¹⁹ (REVERTER, 2013, p. 453, tradução nossa).

Então, o debate conceitual acerca do Ciberfeminismo, passa a ser substituído pela necessidade de uma identidade teórica do termo. Essa foi uma questão abordada na III Internacional Ciberfeminista, a *Very Cyberfeminist Internacional* –Muito Ciberfeminismo Internacional–, que ocorreu em 2001, nos dias 13 e 16 de dezembro, em Hamburgo, Alemanha. O evento organizado pela OBN

[...] tinha como objetivo as análises dos cinco anos do grupo OBN, desde a estrutura organizacional, as estratégias do sistema artístico, teórico e prático até as fronteiras entre utopias políticas, ficção científica e inovações tecnológicas (OLD BOYS NETWORK, 2001). Ademais, foram tratados também temas bastante previsíveis, que outrora foram debatidos nas duas últimas conferências: rede, híbridos de mulher/máquina, ciborgue e biotecnologias, entre outras. Mas foi a ausência de mulheres de outras culturas e perspectivas que marcou o debate acerca da importânciada diversidade ciberfeminista, direcionando um olhar para a necessidade da interseccionalidade reconhecendo as diferenças culturais e ainda a corporificação dessas mulheres que tem utilizado e/ou sido ‘atingidas’ pelas TICs (FARIAS, 2015, p. 57).

A falta de diversidade cultural, social e étnico-racial minimizou o entendimento da interseccionalidade no âmbito do Ciberfeminismo, a diminuição das diferentes vozes não favoreceu a ampliação da rede ciberfeminista naquele momento. Embora, a internet apresente-se como um fenômeno desterritorializado, a discussão sobre o Ciberfeminismo acontece de forma elitista: em países desenvolvidos e sob a ótica de mulheres brancas, de classes média e alta. Na III Internacional Ciberfeminista, a polifonia, apesar de ser um recurso necessário ao desenvolvimento da teoria e práxis ciberfeminista, foi escassa em apontamentos teóricos mais contundentes para discutir o feminismo contido no Ciberfeminismo.

Embora não tenha sido discutido especificadamente numa das sessões, tampouco reflita a concisão de uma definição, no relatório da terceira e última Internacional Ciberfeminista, o termo Ciberfeminismo foi colocado como o ‘feminismo em relação à mídia digital’ ou ainda ‘muita coisa para muitas pessoas’ (FARIAS, 2015, p. 59).

¹⁹ [...]talvez hoy mucho mejor que entonces, que el Ciberfeminismo supone un ataque declarado a pilares básicos del patriarcado moderno. Y ahí, sin duda, es donde encontramos la impronta feminista.

Nesse sentido, a II e III Internacionais Ciberfeministas expressam a segunda onda ciberfeminista, um novo Ciberfeminismo baseado em um Ciberfeminismo mais feminista, menos utópico e tecnofílico.

A OBN se consolidou como um coletivo e organização que conseguiu expandir o Ciberfeminismo. “Após seu surgimento no ano de 1997, a OBN realizou mais um encontro internacional, a *Very Ciberfeminist Internacional* (2001), e depois encerrou suas atividades como rede e a manutenção de suas listas de *e-mails*” (LEMOS, 2009, p.82). O principal feito da OBN foi ter sido a principal articuladora e organizadora das Internacionais Ciberfeministas. O grupo foi determinante para ocorrência e realização dessas conferências. Vale frisar que se trata de uma organização que também guarda na atualidade, por meio do seu site, a memória, discussões e compila os documentos, protocolos e manifestos que houveram nas internacionais ciberfeministas.

As primeiras experiências em torno do Ciberfeminismo denotaram um determinismo tecnológico, uma utopia tecnocientífica e ciborguiana descorporificada que se tornaram expressões estéticas numa perspectiva de ironizar, problematizar o patriarcado e a relação de poder presentes nas TIC's, indústria de jogos eletrônicos e laboratórios de informática. O Manifesto Ciborgue (2009) que, embora possua elementos valorosos para incorporar à atividade política das mulheres por meio da *internet*, torna a subversão em rede uma ironia utópica a partir da concepção da ontologia do ciborgue.

Porém, se essa intertextualidade não sai do texto virtual, pode levar não só a não gerar mudanças no mundo material, mas até mesmo nosso exílio deste mundo para acabar por legitimá-los. E esta é justamente a tese mais importante que quero defender aqui: a necessidade da implicação do virtual com o material para se estabelecer um Ciberfeminismo com consciência política, ou seja, feminista ²⁰ (REVERTER, 2013, p. 457-458, tradução nossa).

Enquanto as Internacionais Ciberfeministas e teóricas ciberfeministas permaneceram em debate sobre o conceito de Ciberfeminismo, construindo negações e afirmações, o que o mesmo não é ou é, os movimentos sociais feministas experienciaram a *internet* e TIC's por meio do

²⁰ Sin embargo, si esa intertextualidad no sale del texto virtual puede llevar no sólo a que no se generen cambios en el mundo material, sino que incluso nuestro exilio de este mundo acabe por legitimarlos. Y esta es precisamente la tesis más importante que quiero defender aquí: la necesidad de la implicación de lo virtual con lo material para poder establecer un Ciberfeminismo con conciencia política, es decir, feminista.

[...] “Ciberfeminismo social” - seu desenvolvimento se produz historicamente em paralelo aos trabalhos de VNS Matrix e OBN e culmina com a conexão aos movimentos antiglobalização neoliberal e aos grupos de ativistas em defesa dos direitos humanos, estabelecendo pontes entre estes movimentos e o feminismo e proclamando o uso estratégico de novas tecnologias e do espaço virtual na transformação social (MIGUEL; BOIX, 2013, p. 57).

Portanto, a *internet* mostra-se como um importante meio de comunicação para aglutinar e propagar o feminismo, colocando uma nova ferramenta e interface para ações e demandas feministas.

3.2.3. Ni Una Menos

As primeiras experiências ciberfeministas evocaram uma ideia ciborguiana para definir a concepção, ações e estratégias dos grupos ciberfeministas. O *harckativismo*, a ironia, a informática, a ação *geek*, *cyberpunk* e a vertente artística se sobrepuseram no Ciberfeminismo executado pela *VNS*, *OBN*, artistas e teóricas.

Diante da apropriação da internet pelos movimentos sociais feministas, o conceito de Ciberfeminismo demonstrou uma guinada prática com a popularização dos dispositivos móveis e o uso massivo da *internet*. O ‘Ciberfeminismo social’ (MIGUEL; BOIX, 2013) alcança mais penetração entre as mulheres diante da popularização dos sites de redes sociais (SRS). Esses conferem à internet determinada verossimilhança com o espaço público: conversação, engajamento, participação, responsividade e interação entre os atores *online* e *offline*.

Em um levantamento estatístico foi constatada “a evolução anual do número de usuários da *internet* no mundo de 2005 a 2019. Durante esse período, o número de usuários da *internet* cresceu gradualmente, atingindo mais de 4.100 milhões em 2019. Esse valor representa um aumento de mais de 100 milhões em relação ao ano anterior” (FERNADEZ, 2020, n.p.). Já dados da ONU apontam que a “estimativa é de que a proporção de todas as mulheres que usam a *internet* globalmente seja de 48%, contra 58% de todos os homens” (ONU, 2019, n.p.). A ONU revela que a disparidade digital do acesso à internet persiste. Porém, os números evidenciam o grande acesso mundial à *internet*, aspecto positivo para a ascensão do Ciberfeminismo por meio do número crescente de mulheres conectadas.

Explora-se nas linhas abaixo a experiência ciberfeminista do movimento #NiUnaMenos para evidenciar as diferenças do antigo²¹ Ciberfeminismo, que possuía pouca penetração por meio das atuações exemplificadas aqui, pela VNS e OBN, e a nova tecedura ciberfeminista baseada no uso dos dispositivos móveis, *sites* de redes sociais e massificação da *internet*, como recursos para os movimentos sociais feministas.

O movimento Ni Una Menos surge na Argentina em 2015, com o intuito de denunciar o machismo e violência contra a mulher em meio ao aumento dos números de feminicídios no país. O coletivo, que possui atividade até os dias atuais, tem seu nome inspirado em um trecho do poema de Susana Chávez²² “*Ni una muerta más*”²³, tornando-se no contexto argentino *Ni Una Menos*²³. Suas ações, num tom poético, são explicadas e baseadas em

Ações intempestivas, na tentativa de rasgar a vida cotidiana, encenação performática, nossos corpos gritando o que não querem e o que afirmam, crítica material e coreografia múltipla. Bandeiras que se quebram em monumentos, que desconcertam os transeuntes, ritos de conspiração e luta, presentes como sinal e grito, imagens de ativismo que faz com a rebelião²⁴ (NI UNA MENOS, 2017, n.p., tradução nossa).

²¹ “Essa proposição que abarca um Ciberfeminismo mais antigo e outro mais contemporâneo também é tratada por Fernández e Wilding (2006) como “primeira” e “segunda” onda do Ciberfeminismo”. [...]“A primeira – considerada o “Ciberfeminismo velho”– é marcada pelo surgimento do termo Ciberfeminismo, cunhado simultaneamente pelo coletivo artístico australiano VNS Matrix e pela teórica britânica Sadie Plant [...]“. Já o “novo” Ciberfeminismo, que seria a segunda onda, evidenciada no início do século XXI, teve como marco a Segunda Conferência Internacional Ciberfeminista – Next Cyberfeminist Internacional [...]“. Neste evento, orientações mais críticas evidenciaram os complexos efeitos das tecnologias digitais sobre muitos aspectos da vida de mulheres, “promovendo o desenvolvimento de um Ciberfeminismo corporizado e politicamente comprometido” (FERNÁNDEZ e WILDING, 2006, p. 5). [...]“Diferentemente da proposta utópica de um ciberespaço inerentemente feminino proposto na primeira fase” (FARIAS, 2015, p.39-40).

²² Susana Chávez é uma “poetisa mexicana foi uma das primeiras a denunciar os feminicídios recorrentes de mulheres na Cidade de Juárez, visto que na década de 1990 o tema não era conhecido para a maioria da população. As vítimas eram em sua maioria: adolescentes, jovens e pobres que trabalhavam como funcionárias fabris, garçonetes ou eram estudantes. Muitas delas eram sequestradas, privadas de sua liberdade e submetidas a violência sexual antes de serem assassinadas e seus corpos mutilados. Na maioria dos casos as mulheres vítimas nunca eram encontradas deixando sua família sem saber onde estavam e o que tinha acontecido. Susana utiliza seu blog como canal de denúncia, na qual se manteve firme e constante. Durante anos ela bateu todas as portas possíveis para obter informações, apareceu nos tribunais e visitou todos os cantos da cidade procurando os corpos dessas meninas, a maioria dos quais foram encontrados em valas comuns, estupradas, mutiladas e irreconhecíveis[...]”. A poetisa também “[...]“se une ao movimento feminista e com grupos de mães das mulheres assassinadas, para cobrar do Estado soluções para os casos. Sua mobilização passa a ter a cobertura dos meios de comunicação dando visibilidade ao movimento [...]“. Contudo, no dia 6 de janeiro de 2011, depois de 10 anos lutando pelos direitos humanos e das mulheres, Susana foi brutalmente assassinada por três jovens de 17 anos que a estupraram, mutilaram sua mão esquerda (uma forma de marcar que foi por narcotraficantes) e a asfixiaram com uma sacola na cabeça deixando-a abandonada no centro da cidade” (SILVA, 2019, p.24-28).

²³ Nem una morta a mais, poema de Susana Chávez, traduzido para o português; Nem una a menos, nome do movimento argentino, traduzido para o português.

²⁴ *Acciones intempestivas, intentos de rasgar la cotidianidad, puestas en escena performáticas, nuestros cuerpos gritando lo que no quieren y lo que afirman, crítica material y coreografía múltiple. Banderas que irrumpen en monumentos, que desconciertan a transeúntes, ritos de conjura y de pelea, la presencia como signo y alarido, imágenes del activismo, que hacer de la rebelión.*

Figura 6– Manifestação *Ni Una Menos*, Argentina.



Fonte: Site *Carta Maior*, 2017.

As principais reivindicações do movimento *Ni Una Menos* pautavam a regulamentação e efetivação da LEI nº 26.485, e criação de espaços institucionais que atendessem essas demandas:

- “1. Instrumentação na sua totalidade e com a alocação orçamentária de acordo com a LEI nº 26.485 “Lei de Proteção Integral para Prevenir, Punir e Erradicar o Violência contra as mulheres nas áreas em que elas desenvolvem seus relacionamentos interpessoais” [...];
 2. Compilação e publicação de estatísticas oficiais sobre a violência contra as mulheres, incluindo taxas de feminicídio.
 3. Abertura e funcionamento total dos Escritórios de Violência Doméstica do Tribunal Justiça Suprema em todas as províncias [...];
 4. Garantias para a proteção das vítimas de violência. Implementação de monitoramento eletrônico de autores[...];
 5. Garantias para o acesso das vítimas à justiça. Atenção de pessoal treinado para receber reclamações em cada promotor e em cada delegacia. Vincular as causas das jurisdições civis e criminais. Patrocínio legal gratuito às vítimas durante todo o processo judicial [...];
 6. Garantias pelo cumprimento do direito da criança com patrocínio legal especializado e treinado no assunto.
 7. Criação de mais Lares/Abrigos em caso de emergência, Lares para vítimas e auxílio-moradia [...];
-

8. Incorporação e aprofundamento em todos os currículos educacionais dos diferentes níveis da educação sexual integral [...];
9. Treinamento obrigatório em matéria de violência sexista para funcionários do Estado, agentes de segurança e operadores judiciais, bem como profissionais que trabalham com o tema da violência em diferentes escritórios oficiais[...]" (NI UNA MENOS, 2015, n.p.).

A primeira atividade do coletivo *Ni Una Menos* foi uma maratona de leitura para mobilizar e denunciar o aumento na estatística dos casos de feminicídios.

Em 26 de março de 2015, a primeira atividade foi realizada com o slogan *Ni Una Menos*. Um grupo de escritores, ativistas, pesquisadores e jornalistas, convocamos na Praça do Museu do Livro e da língua, da Biblioteca Nacional, para fazer uma maratona de leituras contra feminicídios. Por três horas, lemos os textos nossos e de outras pessoas, ouvimos parentes das vítimas, incluindo os escritos que eles deixaram. Era uma espécie de lareira, de primeira confusão em que nos reconhecíamos, de produzir, com nossos corpos e palavras, uma nova hospitalidade para a dor que passava por nós. Cansados de contar mortos, irados contra o tratamento midiático dos crimes, que não deixaram de culpar as vítimas, decidimos romper a cumplicidade machista (NI UNA MENOS, 2015, n.p.).

Gabriela Comte, organizadora e integrante do *Ni Una Menos*, relata como se deu o uso das redes sociais e o processo de visibilidade midiática nesse encontro do coletivo:

Isso começou na Biblioteca Nacional, a partir de um grupo muito pequeno. María Pía enviou uma mensagem a cinco ou seis de nós que assistimos ou ajudamos numa leitura contra o aborto. Havia escritores de todos os tipos. Ela sugeriu que fizéssemos algo. A partir daí, nós cinco que estávamos naquele e-mail montamos o grupo no Facebook e começamos a convidar pessoas. Naquele ano eu tinha tirado a biografia de Susana Trimarco e um livro de Mariana Carbajal sobre violência de gênero chamado *Maltratadas*. E eu sou amigo do Hinde Pomeraniec, estávamos começando a pensar em um livro juntos. Aí eu falei para eles: “Olha, posso chamar alguns jornalistas que vão ajudar na divulgação do evento. Antes era mais entre intelectuais e escritores. Teve que ser aberto um pouco mais. Lá eu disse a Hinde e às meninas. Mariana levou para a TV Pública, Hinde convocou Ingrid e outros jornalistas que eu não conhecia tanto”²⁵ (DÍAZ; LÓPEZ, 2016, p. 15, tradução nossa).

²⁵ *Esto empezó en la Biblioteca Nacional, a partir de un pequeñísimo grupo. María Pía nos mandó un mensaje a cinco o seis que habíamos ido o ayudado en una lectura contra el aborto. Había escritores de todo tipo. Ella nos propuso que hiciéramos algo. A partir de ahí, las cinco que estábamos en ese mail armamos el grupo de Facebook y empezamos a invitar gente. Ese año yo había sacado la biografía de Susana Trimarco y un libro de Mariana Carbajal sobre violencia de género que se llama Maltratadas. Y soy amiga de Hinde Pomeraniec, estábamos empezando a pensar un libro juntas. Entonces les dije: ‘Miren, puedo convocar algunas periodistas que van a darnos una mano con la difusión del evento’. Antes había sido más entre intelectuales y escritores. Había que abrirlo un poco más. Ahí les avisé a Hinde y a las chicas. Mariana llevó a la TV Pública, Hinde la convocó a Ingrid y a otras periodistas que yo no conocía tanto.*

Em 2015, acontece a primeira grande manifestação do *Ni Una Menos*, em decorrência da morte de Chiara Páez, 14 anos – adolescente grávida, assassinada pelo namorado, de 16 anos, que a enterrou nos fundos da casa dos avós com ajuda dos pais –. Por meio do site da rede social *Twitter*, a *hashtag* #NiUnaMenos foi

[...] convocada pela jornalista Marcela Ojeda, o movimento tomou corpo e voz e culminou em uma primeira manifestação pública convocada para o dia 3 de junho de 2015 na frente da praça do congresso na Argentina, contando com mais de 200 mil pessoas. De acordo com os organizadores, em sua página oficial, ocorreram diversas manifestações concomitantes em mais de 200 localidades da Argentina, além de contar com o apoio de manifestantes simpatizantes da causa pelo mundo todo; em três meses, a página do Facebook *Ni Una Menos* alcançou mais de 219 mil curtidas (GABARDO; LIMA-LOPES, 2018, p. 45).

Segundo entrevista de Gabriela Comte, organizadora e membra do *Ni Una Menos*, pode-se inferir que havia a intenção inicial de fazer uma manifestação nos parâmetros da maratona de leitura, mas o tuíte disparado por Marcela Ojeda mudou a dimensão do ato:

A intenção era acompanhar o que havia acontecido na biblioteca. E quando Marcela coloca aquele *tweet* famoso, já havia algo na realidade. Mas ele atirou para o outro lado. Um grupo de *tweeters* foi montado, onde estão Sole, Hinde. Eu convoquei alguns deles e eles convocaram os outros. E outro grupo é o original, o de María Pía. Outras pessoas também começaram a se juntar a esse grupo[...]²⁶ (DÍAZ; LÓPEZ, 2016, p. 15, tradução nossa).

O ato de Junho de 2015 (3J) alcançou vários países, como Chile e Uruguai, e localidades argentinas. O 3J se consolidou no calendário de lutas do coletivo *Ni Una Menos*, como sendo uma data que “[...] sela o compromisso de construir um movimento transversal e poderoso, constituído por redes políticas de afeto e solidariedade, porque é a vida que está em jogo” (NI UNA MENOS, 2015, n.p.). Então, segundo o site da organização, “desde 2015, todo dia 3 de junho, damos um grito poderoso e feroz. Centenas de milhares de pessoas estão na rua para serem a voz daqueles que não a têm mais, vítimas de violência feticida [...]” (NI UNA MENOS, 2015, n.p.).

²⁶ Estaba la intención de seguir lo que había pasado en la biblioteca. Y cuando Marcela pone ese famoso tuit, ya había algo en realidad. Pero disparó hacia otro lado. Se armó un grupo de tuiteras, donde están Sole, Hinde. Yo había convocado a algunas de ellas y ellas habían convocado a las demás. Y otro grupo es el original, el de María Pía. A ese grupo también empezó a sumarse otra gente [...]”.

Em 2016, o *Ni Una Menos* se estende ainda mais para além das fronteiras. Nesse mesmo ano, o feminicídio de Lucía Pérez²⁷, em outubro de 2016, mobiliza o *#NiUnaMenos*, lançando a primeira greve nacional de mulheres em defesa das vítimas de violência:

Decidimos parar contra o crime de Lucía Pérez e contra a repressão em Rosário porque antes nos reunimos em uma assembleia. Foi um apelo espontâneo ao qual muitos responderam, reunidos em organizações ou independentes, com fragilidade partilhada e vontade de dizer “Basta”! Decidimos usar essa ferramenta, a greve, inspirada na Greve das Mulheres ocorrida na Polônia em 3 de outubro do mesmo ano para resistir às reformas legais que foram propostas para restringir o acesso ao aborto. Mas acima de tudo, decidimos parar porque diante da repressão e do feminicídio de uma adolescente que nos disse que nosso corpo não vale a pena, então dissemos: produza sem nós²⁸ (NI UNA MENOS, 2016, n.p, tradução nossa.).

Para situar temporalmente, vale salientar que antes da Greve Nacional e após o feminicídio de Lucía, cerca de 100 mil mulheres marcharam na cidade de Rosário, na Argentina, “[...]no encerramento do XXXI Encontro Nacional de Mulheres, reivindicando com seus corpos na rua pelo fim da violência patriarcal, o direito ao aborto legal, seguro e gratuito[...]. E foram brutalmente reprimidas pelas forças de segurança²⁹” (NI UNA MENOS, 2016, n.p., tradução nossa).

A Greve Nacional das mulheres argentinas foi inspirada na greve das mulheres polonesas. Pois, no outro lado do mundo³⁰, no mesmo mês, milhares de polonesas vestiram preto no evento conhecido como Segunda-feira Negra, e pararam suas atividades por um dia

²⁷ O caso de Lucía Pérez: adolescente de 16 anos, que foi drogada, violentada, empalada e morreu após ser levada ao hospital por dois homens, seus algozes. Os autores do feminicídio lavaram seu corpo e trocaram suas roupas antes de deixá-la desacordada para atendimento médico, alegando que a adolescente teria sofrido uma overdose de cocaína.

²⁸ *Decidimos parar frente al crimen de Lucía Pérez y contra la represión en Rosario porque nos convocamos antes en asamblea. Fue un llamado espontáneo al que respondieron muchas, reunidas en organizaciones o independientes, con la fragilidad compartida y el deseo de decir ¡Basta! Decidimos usar esa herramienta, la del paro, inspiradas en el Paro de Mujeres que se había realizado en Polonia el 3 de octubre de ese mismo año para resistir las reformas legales que se proponían para restringir el acceso al aborto. Pero sobre todo, decidimos parar porque frente a la represión y el femicidio de una adolescente que nos decían que nuestros cuerpos no valen, entonces dijimos: produzcan sin nosotras.*

²⁹ “[...]al cierre del XXXI Encuentro Nacional de Mujeres, demandando con sus cuerpos en la calle por el fin de la violencia patriarcal, el derecho al aborto legal, seguro y gratuito [...]. Y habían sido reprimidas brutalmente las fuerzas de seguridad.

³⁰ Sobre o desenvolvimento de uma aliança feminista, que gerou a Greve Internacional de Mulheres: <https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/> ; no site *Ni Una Menos* <http://niunamenos.org.ar/redes/la-internacional/mapa-8m/como-se-fue-tejiendo-el-paro-internacional-de-mujeres-8m/> ; e no manifesto do 19O (19 de Outubro) <http://niunamenos.org.ar/quienes-somos/19-o/> Acesso 13/02/2020.

inteiro. Na Polônia, a pressão era contra um projeto que endureceria a legislação sobre a interrupção da gravidez.

O movimento das mulheres polonesas foi noticiado no mundo todo e o parlamento desistiu da ação. Na Argentina, no dia 19 de Outubro (19O), todas vestiram preto também, por isso o dia foi chamado de ‘Miercóles Negra’ (Quarta-feira Negra). Houveram protestos em outros países da América Latina, a exemplo de Peru, Chile, Bolívia e Brasil, “[...]os grupos *Not One Less* (Ni Una Menos) nasceram no Chile, na Costa Rica, na Bolívia, na Alemanha e na Áustria. A ação que implantamos foi registrada na imprensa de todos os continentes” (NI UMA MENOS, 2018, n.p.). Em 2016, a greve argentina, que se alastrou por outros países, foi um marco para os feminismos transnacionais, sendo

[...] a primeira greve de mulheres na história da Argentina e da América Latina. Foi chamado para parar por uma hora, em todos os espaços possíveis: trabalho, educação, casa, bairros, etc. A mobilização subsequente foi realmente enorme: mais de 250 mil pessoas em Buenos Aires e marchas que se juntaram por todo o país. A América Latina rapidamente se conectou à greve (NI UMA MENOS, 2018, n.p).

A partir dela houve um intenso diálogo para o *Paro Internacional* de Mulheres, no ano seguinte, no 8 de março, dia internacional de lutas das mulheres, popularizado pela *hashtag* #8M. Para criar a aliança feminista³⁰, organizadoras polonesas entraram em contato com mulheres na Coreia do Sul, Rússia e Argentina. Dessa forma, a força de mobilização e experiência do *Ni Una Menos* articulou-se às realidades feministas da Coreia, Rússia e Polônia. Foi o início da gestação da Greve Internacional de Mulheres³⁰, que ganhou ainda mais força após a Marcha das Mulheres de Washington (EUA)³⁰, e culminou no 8 de março de 2017 (#8M), com chamadas de paralisação das atividades profissionais e também do trabalho doméstico feminino em pelo menos 55 países.

Em texto de 2018, o *Ni Una Menos* mostra a tecedura do *Paro Internacional de Mujeres*, e utilizam como motivação os feminicídios e o 19O (19 de Outubro), que “[...] conseguiu conectar a violência sexista com formas de violência e precariedade laboral, econômica, social e territorial e denunciá-las como uma renovada “pedagogia da crueldade” sobre o corpo da mulher (em uma cena de inegáveis ecos coloniais)” (NI UNA MENOS, 2018, n.p.).

Destaca-se que no *Paro Internacional* os aspectos do trabalho produtivo do gênero feminino foram pautados, além dos direitos reprodutivos e violência contra a mulher. Ainda nessa mesma declaração, que evidencia a tessitura das redes do #NiUnaMenos, o coletivo deixa claro como

A organização de assembléias, eventos e mobilizações para 25 de novembro (aproveitando outra nomeação do calendário das mulheres: o dia do repúdio à violência contra as mulheres) acelerou um trabalho de conexão cruzada entre muitos países, transbordando as iniciativas usuais da data. Vimos que havia uma geografia que ia de Ciudad Juarez a Moscou, de Guayaquil a Varsóvia e San Pablo, de Roma a San Salvador de Jujuy. O tecido local e global produziu um novo tipo de internacionalismo que foi visto nas redes e nas ruas. Uma nova prática do internacionalismo feminista (NI UNA MENOS, 2018, n.p.).

Nessa perspectiva, o *Ni Una Menos* demonstra ser 1) rede interseccional, pois acreditam que estão “[...] em um processo de acumulação [...]: onde as lutas ressoam e funcionam, tornando-se fortes a partir da interseccionalidade” (NI UNA MENOS, 2018, n.p.); 2) rede social feminista, que se apropria da *internet* para conectar seus membros, já que “O tecido local e global produziu um novo tipo de internacionalismo que foi visto nas redes e nas ruas” (NI UNA MENOS, 2018, n.p.); 3) transnacional, porque mantém em seus atos e articulações “[...]uma geografia que ia de *Ciudad Juarez* a Moscou, de Guayaquil a Varsóvia e San Pablo, de Roma a San Salvador de Jujuy.” (NI UNA MENOS, 2018, n.p.). Afinal,

Do ponto de vista prático, o *Ni Una Menos* é considerada uma rede feminista e ciberfeminista transnacional, abrangendo entre 2014-2015, desde o lançamento da campanha digital *#NiUnaMenos*: (i) 138 mobilizações de protesto na Argentina e 110 em outras cidades latino-americanas; (ii) mobilizações digitais nas redes sociais, através da hashtag *#NiUnaMenos* e produções artísticas, alcançando a categoria de assuntos mais comentados na região durante o período de 23 dias de convocatória aos protestos do dia 3 de junho de 2015; (iii) a formação de uma *network* de luta contra a violência de gênero na América Latina, composta por mais de 834 organizações, entre ONGs, movimentos feministas do continente e Organizações Internacionais, com especial ênfase à Rede Chilena Contra a Violência; Levante Libertária (Chile); Grupo de Mulheres Pão e Rosas (Uruguai); Nossas Filhas de Volta a Casa (México); o *Ni Una Más* Yucatán (México); a coalizão contra violência de gênero promovida pela *Agencia de Cooperación Internacional de Chile para el Desarrollo* (AGCID); ao apoio público da ONU Mulheres Argentina; ONU Mulheres Equador; ONU Mulheres México; e na menção de apoio à campanha *Ni Una Menos* no relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU (2016) em recomendações oficiais ao Estado Argentino (ONU MULHERES, 2016; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE, 2016; OLSSON, 2017; EL PAÍS, 2015) (MARQUES, 2019, p. 74).

Pode-se inferir, dentro desse contexto, que o coletivo é de cunho 4) Ciberfeminista, pois o movimento ascendeu para além das fronteiras diante do engajamento de mulheres por meio dos sites de redes sociais –propagação de mensagens via *Twitter*, *WhatsApp*, grupos e *fanpage* no *Facebook* e *Instagram*–, e utiliza a *internet*, mídias digitais e sites de redes

sociais como estratégia para aglutinar, propagar, agitar politicamente, engajar e articular. Além de possuir um site próprio para veicular informações e organizar a memória do coletivo.

O *Ni Una Menos* aposta “[...] não apenas para a coordenação virtual, mas para um paciente corpo a corpo de tricô e nas ruas. Abrimos interlocuções e trabalhamos diariamente na construção de redes com todos os países da América Latina e outras latitudes³¹” (NI UNA MENOS, 2018, n.p., tradução nossa). E sua atuação possui aspectos de uma rede social transnacional e ciberfeminista, pois é evidente a prática do novo Ciberfeminismo e de um Ciberfeminismo social, voltando-se aos aspectos políticos e cotidianos da mulher em conjunto com uso das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Nesse sentido, a fala da integrante e organizadora do coletivo *Ni Una Menos*, Cecilia Palmeiro, demonstra como o movimento possui uma lógica que influencia e potencializa a mobilização política por meio do ciberespaço, problematizando questões em torno do gênero e alargando horizontes para mudanças sociais. Ela afirma que o movimento

[...] tem um feminismo de base popular e internacional, não nacional. Estamos em rede com grupos do México, Peru, Brasil. Há um movimento internacional que deve ser realizado ao lado de uma luta radical anti-capitalista. O patriarcado é a base do capitalismo, tal como foi construído nos séculos XIII e XIV. Não é algo aleatório. É uma luta que começa com a desigualdade de gênero, mas trabalha contra todas as desigualdades. A desigualdade de gênero é a primeira³² (DÍAZ; LÓPEZ, 2016, p. 16, tradução nossa).

Então, pensar a trajetória prática do Ciberfeminismo é entender que

[...] sua consagração como fenômeno principalmente estético no seu duplo componente teórico e prático se deve, por sua vez, aos três *meeting* organizados entre o final dos anos noventa e o início dos anos dois mil pelo grupo *Old Boys Network* (OBN). Ainda que não esconda a sua derivação do feminismo ciborgue de Haraway, o primeiro Ciberfeminismo contribui ao mau entendimento, quando não à deturpação desta herança, a partir do momento em que privilegia quase exclusivamente a teoria sobre a configuração híbrida da identidade, deixando de lado o componente político e situado (TIMETO, 2019, p. 09).

³¹ “[...]no sólo a la coordinación virtual, sino a un paciente tejido cuerpo a cuerpo y en las calles. Abrimos interlocuciones y trabajamos cotidianamente en la construcción de redes con todos los países de América Latina y de otras latitudes”.

³² “[...]tener un feminismo de base popular e internacional, no nacional. Estamos en red con grupos de México, Perú, Brasil. Hay una movida internacional que hay que llevar por el lado de una lucha anticapitalista radical. El patriarcado es la base del capitalismo, tal como se construyó en los siglos XIII y XIV. No es una cosa aleatoria. Es una lucha que empieza por la desigualdad de género, pero trabaja contra toda desigualdad. La desigualdad de género es la primera”.

De Donna Haraway, passando pela *práxis* da VNS e OBN, chegou-se, aqui, até a atuação do coletivo Ni Una Menos. Durante esse percurso, de exposição de experiências ciberfeministas não lineares, pode-se observar que as concepções do que seria o Ciberfeminismo foram diversas, expressando os contextos sociais em que surgiram. De forma dialética, a acepção passou a ser empregada conforme a prática ciberfeminista adotada, representando o contexto histórico da época.

As experiências elencadas acima, articuladas às diferentes perspectivas teóricas do Ciberfeminismo, demonstram a evolução conceitual imbricada ao uso político da acepção. Mas os casos expostos revelam a falta de continuidade das práticas – nenhuma das organizações precede a outra. Constituindo-se em experiências fragmentadas, embora ciberfeministas –, o que resulta em processos totalmente diferentes temporalmente, espacialmente e empiricamente. Ou seja, uma vez fragmentada sem apresentar um *continuum* e uma linearidade cronológica estabelecida – no sentido de existirem experiências bem alinhavadas, continuadas e derivativas umas das outras –, observa-se uma miríade de conceituações e organizações que remetem ao Ciberfeminismo.

Nesse primeiro momento da exposição sobre o Ciberfeminismo, coube evidenciar alguns grupos que compõe o repertório das ações ciberfeministas. Abaixo, um quadro foi elaborado para resumir as histórias da VNS Matrix, OBN e #NiUnaMenos, tornando as trajetórias mais sintéticas.

Quadro 3 – Quadro-síntese sobre os grupos ciberfeministas, 2020.

Grupos	Data fundação/Local de fundação	Atuação/Principais pautas
VNS Matrix	1991-1997 Adelaide/Austrália	Considerado pioneiro nas ações ciberfeministas, suas ações foram baseadas na cultura <i>punk</i> e <i>geek</i> . Amparadas na ideia de contra cultura, lançaram <i>outdoors</i> , <i>games</i> , <i>etc.</i> Lançaram o ‘Manifesto Boceta’, onde se colocavam como o “vírus da nova desordem mundial”. Suas ações <i>ciberpunks</i> eram imbuídas de ironia. Sendo a maioria realizada em âmbito virtual, representando uma estética baseada na ‘ <i>Cunt Art</i> ’. Tinha sua atuação voltada à ideia (tecnofílica e utópica) do ciborgue descorporificado de Haraway (2009); e problematizava a falta de representatividade das mulheres nas redes, <i>games</i> e tecnologia.
OBN	1997-2001 Berlim-Alemanha	Responsável por organizar as Internacionais Ciberfeministas. Realizou ações, como posters, textos e vídeos para propagar o Ciberfeminismo e as Internacionais Ciberfeministas. Em um primeiro momento, sua atuação se assemelha às ações da VNS. Depois, concomitante, ao desenvolvimento das Internacionais Ciberfeministas, aproxima-se dos debates sobre as relações de gênero, da ideia da política

		corporificada e interseccional, fatos que também influenciaram as Internacionais. Organizou as Internacionais Ciberfeministas para debater, tentar sistematizar e significar a acepção e práticas ciberfeministas. Após encerrar suas atividades oficialmente, continuou funcionando por meio de uma lista de e-mail, e mantém até os dias atuais um site com a memória da OBN e das Internacionais Ciberfeministas.
Ni Una Menos	2015-Dias atuais Buenos Aires-Argentina	Coletivo que inicia como um grupo de leitura, mas que diante dos casos de feminicídio na Argentina teve suas ações potencializadas por meio dos sites de redes sociais, provocando grandes mobilizações e ações coletivas por meio do #NiUnaMenos –hashtag que popularizou o movimento. Surge com a intenção de denunciar os feminicídios, desaparecimento de mulheres, machismo e violência contra mulher, na Argentina. O Ni Una Menos denomina-se como uma rede interseccional, transnacional e rede social feministas; é uma das organizações responsável por articular o #ParoInternacional, a greve internacional, de mulheres no #8M, oito de março de luta internacional das mulheres, contra a violência, por direitos trabalhistas e reprodutivos.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações disponíveis nessa pesquisa.

Portanto, o fato de reportar ao Ciberfeminismo não implica no entendimento nas experiências e teorias como questões sanadas, esmiuçadas e compreendidas em largo sentido, principalmente no âmbito acadêmico. Com um escopo diverso, a *práxis*, teorias ciberfeministas e o próprio conceito (Ciberfeminismo) gozam de diversas interpretações e “enquadramentos” analíticos, que se refletem nas pesquisas investigadas nas próximas seções.

CAPÍTULO IV

O LUGAR DO CIBERFEMINISMO NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Voltar o olhar, por meio do Estado da Arte, para a pesquisa brasileira das Ciências Sociais sobre o Ciberfeminismo, significa extrair informações sobre a recepção do tema.

Entende-se por Ciberfeminismo as mobilizações feministas por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e *internet*, a utilização e apropriação das TIC's por feministas. Nesse sentido, importa no quarto capítulo desse trabalho, analisar as teses, as dissertações e os artigos publicados e periódicos qualificados nos estrato superiores do *Qualis-Periódicos*, que possuam o Ciberfeminismo como objeto de pesquisa.

Esse capítulo se dedica, através de uma análise bibliométrica, a observar o campo científico brasileiro, na área das Ciências Sociais, e sua recepção dos temas Ciberfeminismo, mobilizações feministas por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e *internet*, e a utilização e apropriação das TIC's por feministas.

As análises e considerações serão apresentadas no capítulo V, após a apresentação do conjunto dos dados, já que uma análise do campo deve considerar uma multiplicidade de variáveis. Realizar inferências a partir de dados isolados poderia conduzir a interpretações apressadas, parciais ou mesmo equivocadas. Nesse sentido, há o esforço de apresentar um conjunto de variáveis que serão, posteriormente, analisadas em conjunto e consideradas de forma concomitante.

4.1 O Ciberfeminismo nas de teses e dissertações de Ciências Sociais

Como apresentado na Tabela 1, foram identificadas cerca de 13 dissertações e 05 teses no campo das Ciências Sociais, que exploram o Ciberfeminismo e temas correlatos, como mobilizações feministas, apropriação das TIC's e *internet* por mulheres e feministas. Não utilizamos recorte temporal por se tratar de uma temática pouco explorada nas Ciências Sociais, sendo interessante observar e contabilizar todas as pesquisas realizadas com esse enquadramento.

Tabela 1– Teses e dissertações sobre Ciberfeminismo encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.

	Teses	Dissertações	Total
Ciências Sociais	1	1	2
Sociologia	2	7	9
Ciência Política	1	3	4
Antropologia	1	2	3
Total	5	13	18

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 4 foi elaborado com a identificação das dissertações, nome e sexo dos autores e autoras, e a respectiva área (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) pertencente às Ciências Sociais, com a intenção de identificar e associar as autoras às dissertações e teses.

Quadro 4– Identificação das dissertações encontradas, nome e sexo dos autores e autoras, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.

	Área Ciências Sociais	Título	Autor/ Autora	Sexo
Dissertação	Sociologia	1.A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital	ROCHA, Fernanda de Brito Mota	Feminino
	Antropologia	2."Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta": um estudo antropológico dos debates feministas em meio às possibilidades de sociabilidade online	SILVEIRA, Natália Alves Cardoso Orlandi	Feminino
	Ciência Política	3.Resistência: Ativismo e articulação de mulheres negras através de redes sociais	GRAÇAS, Suzielen Taiane das	Feminino
	Ciências Sociais	4. Ciborgues Coquetos: a condição da mulher no Século XXI pela cultura Ciberfeminina	FERRAZ, Claudia Pereira	Feminino
	Sociologia	5.Corpo e feminismo: a Marcha das Vadias de Campinas/SP	GALETTI, Camila Carolina Hildebrand	Feminino
	Sociologia Política	6.A busca por uma cidadania da imagem: organização, lutas e articulação de políticas públicas no Brasil pela Rede Mulher e Mídia	GASPARETTO, Vera Fátima	Feminino
	Ciência Política	7.Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social	NEGRÃO, Telia	Feminino
	Sociologia	8.Corpo, experiência e feminismo: um estudo do movimento Marcha das Vadias em Santa Maria	VARGAS, Janaína Charão	Feminino
	Ciência Política	9.Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre mulheres e mídia	TEBALDI, Raquel	Feminino
	Sociologia	10.Contingência ciborgue e tecnologias do corpo:	SOUZA, Narrira	

		personagens para repensar a ciência	Lemos de	Feminino
	Sociologia	11. Corpos, sexualidades e intimidades femininas na Era digital: uma análise dos canais de YouTube JoutJout Prazer, Rayza Nicácio e Ana de Cesaro	BETTIN, Eduarda Damé Castilho	Feminino
	Sociologia Política	12. A mulher caiu na rede: representações de mulher nos vídeos do Youtube	FIGUEIRA, Janaina Moreira	Feminino
	Antropologia	13. Transição capilar: cabelos, consumo e interseccionalidade no ciberespaço	MATOS, Lídia de Oliveira	Feminino

Fonte: Elaboração própria.

Por meio da Tabela 1 e do Quadro 4 observa-se 01 dissertação na área das Ciências Sociais; 07 dissertações na área da Sociologia; 03 dissertações na área da Ciência Política; e 02 dissertações na área da Antropologia; no total de 13 dissertações. A Sociologia tem destaque com 07 trabalhos. Nota-se que todos os trabalhos coletados são de autoria de mulheres cis – foi constatado no *Lattes* e na redação dos trabalhos que nenhuma pesquisadora declara-se mulher *trans*.

A maior quantidade de dissertações está localizada na área da Sociologia – 07 pesquisas –, o que gera impacto na interpretação sobre o Ciberfeminismo no campo das Ciências Sociais, predominando análises e interpretações sociológicas acerca do tema.

Quadro 5– Identificação das teses encontradas, nome e sexo dos autores e autoras na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.

	Área Ciências Sociais	Título	Autor/ Autora	Sexo
Tese	Sociologia	14. Formas de militância feminista em cenário de auto-organização e ciberativismo no Brasil contemporâneo: tendências atuais a partir do caso de Aracaju/SE	SOUZA, Maria Erica Santana de	Feminino
	Ciências Sociais	15. Corpo a corpo com a marcha: feminismos e marcha das vadias em Campina Grande	RODRIGUES, Rosemary Ramos	Feminino
	Antropologia Social	16. Práticas feministas em contextos educacionais	MANGUINHO, Julyana Vilar de França	Feminino
	Ciência Política	17. Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)	SOUZA, Rayza Sarmento de	Feminino
	Sociologia	18. Mídias digitais e horizontes de aspiração: um estudo sobre a comunicação em rede entre mulheres das classes populares brasileiras	FACIOLI, Lara Roberta Rodrigues	Feminino

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 4 e Quadro 5 se contabiliza 1 tese na área das Ciências Sociais, 02 teses na área da Sociologia; 01 tese na área da Antropologia; 01 tese na área da Ciência Política. Assim como nas dissertações, todas as teses são de autoria de mulheres cis – foi constatado no *Lattes* e na redação dos trabalhos que nenhuma pesquisadora declara-se mulher *trans*.

Novamente a maior quantidade de teses está localizada na área da Sociologia – 02 pesquisas –, o que gera impacto na interpretação sobre o Ciberfeminismo no campo das Ciências Sociais, sendo dominante as análises e interpretações sociológicas acerca do tema. Esse fato gera, pelo quantitativo, mais pesquisas com perfis sociológicos sobre o tema, no campo científico das Ciências Sociais. Todas as teses e dissertações catalogadas foram resultantes de pesquisas elaboradas por mulheres.

4.1.1. Perfil dos pesquisadores

A seguir são identificadas as autoras das dissertações e teses dos programas de pós-graduação *stricto sensu* que defenderam dissertação de mestrado sobre Ciberfeminismo nos programas de pós-graduação das Ciências Sociais brasileiras.

Quadro 6– Identificação das autoras das dissertações e as respectivas graduações na Plataforma *Lattes*, 2020.

Autoras Dissertações	Graduação
ROCHA, Fernanda de Brito Mota	Administração de Empresas
SILVEIRA, Natália Alves Cardoso Orlandi	Ciências Sociais
GRAÇAS, Suzielen Taiane das	Relações Internacionais
FERRAZ, Claudia Pereira	Ciências Sociais
GALETTI, Camila Carolina Hildebrand	Ciências Sociais
GASPARETTO, Vera Fátima	Comunicação Social - Jornalismo
NEGRÃO, Télia	Comunicação Social - Jornalismo
VARGAS, Janaína Charão	História Licenciatura
TEBALDI, Raquel	Relações Internacionais
SOUZA, Narrira Lemos de	Ciências Sociais
BETTIN, Eduarda Damé Castilho	Psicologia
FIGUEIRA, Janaina Moreira	Ciência Política
MATOS, Lídia de Oliveira	<i>Ciências Sociais</i>

Fonte: Elaboração própria.

A Quadro 6 mostra a diversidade de graduações das autoras, pois nem todas as dissertações são advindas de ex-estudantes das Ciências Sociais, ainda que essa seja predominante. Tem-se 01 autora com a graduação em Administração de Empresas; 01 autora com a graduação em Psicologia; 01 autora com a graduação em Ciência Política; 01 autora com a graduação em História; 02 autoras com a graduação em Relações Internacionais; 02 autoras com a graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo; 05 autoras com a graduação em Ciências Sociais.

Nesse contexto, é visível a variedade de graduações, incluindo cursos das Ciências Sociais Aplicadas, como Administração e Comunicação Social, o que representa a busca das pesquisadoras no campo das Ciências Sociais, por uma reflexividade pautada no fazer científico e epistemológico desse campo, além de poder representar um eventual interesse de pesquisa na relação gênero, feminismo e TIC's, aproximando os problemas de pesquisa às Ciências Sociais. Nota-se que a graduação em Ciências Sociais é predominante entre os que pesquisaram o tema.

Quadro 7 – Identificação das autoras das teses e as respectivas graduações na Plataforma *Lattes*, 2020.

Autoras das Teses	Graduação
SOUZA, Maria Erica Santana de	Ciências Sociais
RODRIGUES, Rosemary Ramos	História
MANGUINHO, Julyana Vilar de França	Pedagogia
SOUSA, Rayza Sarmento de	Comunicação Social - Jornalismo
FACIOLI, Lara Roberta Rodrigues	Ciências Sociais

Fonte: Elaboração própria

O Quadro 5 também mostra uma diversidade de graduações das autoras das teses. Tem-se 01 autora com a graduação em Pedagogia; 01 autora com a graduação em História; 01 autora com a graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo; 02 autoras com a graduação em Ciências Sociais. O Quadro 5 novamente mostra a graduação em Ciências Sociais como dominante na constituição do *habitus* das pesquisadoras que produzem pesquisa sobre Ciberfeminismo no campo acadêmico das Ciências Sociais.

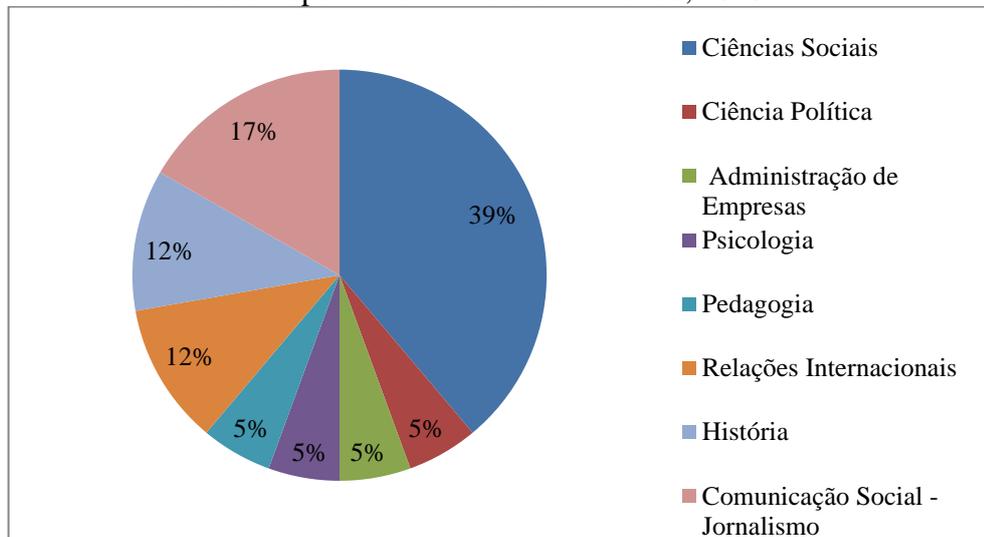
Vale ressaltar que nos Quadros 4 e 5, aparece a graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo –totalizando 03 pesquisas, entre dissertações e teses. O engajamento de pesquisadoras oriundas da área da Comunicação, no campo das Ciências Sociais, pode indicar, de forma preliminar, que, talvez, essas profissionais desejam buscar: 1) um processo de reflexividade que parte desse campo para unir com as indagações advindas da

Comunicação; 2) a compreensão do Ciberfeminismo ou a relação mulher/feminismo e TIC's, como uma questão da comunicação, que pode ser melhor esmiuçada nas Ciências Sociais; 3) obter capital simbólico no campo das Ciências Sociais (e talvez, da Comunicação) ao optar pelo viés reflexivo, teórico e metodológico das Ciências Sociais, afastando-se (um pouco) da área de formação. Mas, no geral, há o predomínio do diploma de graduação em Ciências Sociais.

Importa observar que as duas pesquisadoras advindas das Ciências Sociais – Souza e Facioli – possuem doutoramento no campo da Sociologia, o que demonstra que ambas perseguiram no campo das Ciências Sociais.

Por meio da observação dos Quadros 4 e 5 também pode-se inferir, preliminarmente, que a temática Ciberfeminismo chama a atenção e engaja profissionais de outras áreas do conhecimento, que escolhem desenvolver sua pesquisa no campo das Ciências Sociais, apropriando-se do fazer científico das Ciências Sociais para interpretar o objeto de pesquisa.

Gráfico 1– Identificação das graduações das autoras das teses e dissertações, de acordo com dados disponíveis na Plataforma *Lattes*, 2020.

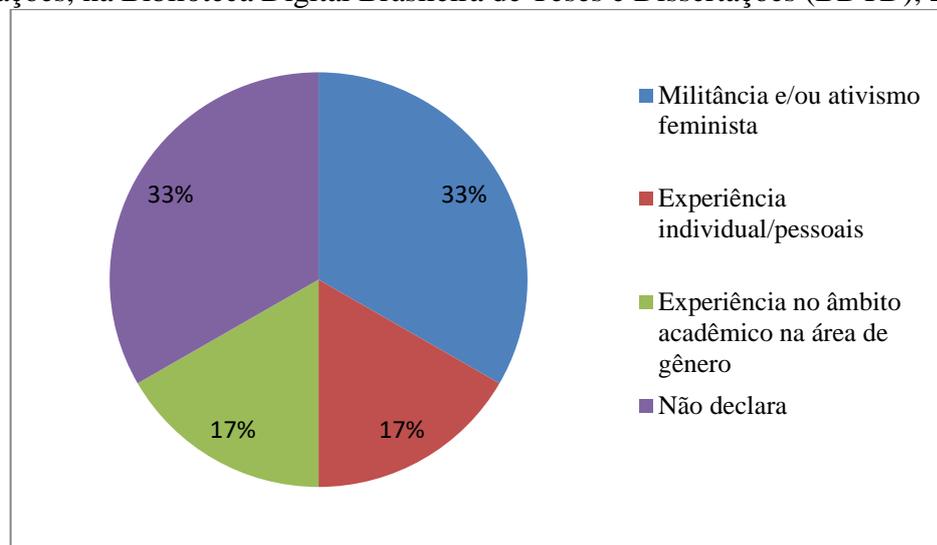


Fonte: Elaboração própria.

No Gráfico 1, o curso de Ciências Sociais (07 autoras) aparece em primeiro lugar nas graduações realizadas pelas autoras das teses e dissertações. Vale salientar que o curso de Ciência Política, com 01 autora, compõe o campo das Ciências Sociais. Em segundo lugar, o curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, com 03 autoras. E em terceiro, as graduações em História e Relações Internacionais que aparecem, ambas, com duas autoras em cada curso. As demais graduações possuem (cada) apenas uma autora, respectivamente.

Cabe destacar também como as autoras declaram ou não a experiência individual com o feminismo como ponto de influência para a escolha do tema da dissertação. Foi observado no corpo do texto das dissertações e teses na seção de agradecimentos e introdução, a declaração das autoras sobre “militância e/ou ativismo feminista”, “experiência individual como base para escolha da temática” e “experiência no âmbito acadêmico na área de gênero” como motivadores para o recorte feminista nos trabalhos.

Gráfico 2– Identificação de declarações de experiência com o feminismo e gênero das autoras das teses e dissertações, de acordo com dados disponíveis no corpo do texto das teses e dissertações, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.



Fonte: Elaboração própria.

A trajetória individual e acadêmica viabilizam um processo de reflexividade e imaginação sociológica (MILLS, 1972), permitindo interpretar os diversos objetos de pesquisa a partir das Ciências Sociais. Tratando-se de pesquisas relacionadas à gênero e feminismos, sendo os trabalhos investigados, nessa pesquisa, totalmente de autoria de mulheres, fica claro que para a maioria das pesquisadoras, as experiências individuais advindas de suas trajetórias pessoais ou militâncias e ativismos, impactaram em sua produção acadêmica, já que 66% registram esse fato em seus trabalhos.

A avaliação acima expressa, novamente, uma parcela da trajetória das autoras e, conseqüentemente, a constituição da subjetividade como fator relevante para a construção/decisão da pesquisa. Aqui, a empiria denota os aspectos práticos do cotidiano, ela é anterior ao processo que envolve a imaginação sociológica (MILLS, 1972) e reflexividade científica, que orientou as pesquisadoras, e “ao contrário da lógica, trabalho do pensamento que consiste em pensar o trabalho do pensamento, a prática exclui qualquer interesse formal”

(BOURDIEU, 2013, p. 151), é na academia que essa prática poderá ser objetivada, por meio da racionalidade científica, traduzida nas pesquisas coletadas.

4.1.2 Os espaços de produção das pesquisas

Compreender a regionalização de produção das teses e dissertações sobre o tema faz-se necessário para observar quais são os programas de pós-graduações que vêm recepcionando o tema e qual seu prestígio no campo acadêmico.

Tabela 2– Regionalização das dissertações e teses, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.

Dissertações e Teses	Número	Título	Ano	Estado	Região
Dissertações	1		2017	Rio Grande Do Sul	Sul
	2		2013	Rio Grande Do Sul	Sul
	3		2018	Paraná	Sul
	4		2015	São Paulo	Sudeste
	5		2016	Brasília	Centro-Oeste
	6		2014	Santa Catarina	Sul
	7		2006	Rio Grande Do Sul	Sul
	8		2016	Rio Grande Do Sul	Sul
	9		2015	Rio Grande Do Sul	Sul
	10		2015	Góias	Centro-Oeste
	11		2018	Rio Grande Do Sul	Sul
	12		2009	Santa Catarina	Sul
	13		2017	Sergipe	Nordeste
Teses	14		2017	Sergipe	Nordeste
	15		2018	Paraíba	Nordeste
	16		2018	Rio Grande do	Nordeste

		Norte	
17	2017	Minas Gerais	Sudeste
18	2017	São Paulo	Sudeste

Fonte: Elaboração própria.

Quanto a localização espacial das dissertações, contabilizam-se 06 dissertações realizadas no Rio Grande do Sul; 02 dissertações realizadas em Santa Catarina; 01 dissertação realizada no Paraná; 01 dissertação realizada em São Paulo; 01 dissertação realizada em Brasília; 01 dissertação realizada em Goiás; 01 dissertação realizada em Sergipe. Nesse sentido, referente às Regiões, o Sul possui 09 dissertações; o Centro-Oeste têm 02 dissertações; 01 dissertação do Sudeste; e 01 dissertação do Nordeste. Dessa forma, pode-se inferir que o Sul possui uma relevância na produção das dissertações.

Quanto às teses, registra-se 01 tese foi defendida na Paraíba; 01 em Sergipe; 01 no Rio Grande do Norte; 01 em Minas Gerais; e 01 em São Paulo. Apenas as regiões Nordeste (03 teses) e Sudeste (02 teses) possuem produção, totalizando 05 teses. Constata-se a ausência de produção de dissertações e teses sobre Ciberfeminismo nas regiões Centro-Oeste, Sul e Norte do país.

O fato da região Norte não possuir teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação, demonstra que o Ciberfeminismo e a relação feminismo/mulheres e TIC's/internet possui pouquíssima/nenhuma penetração no campo acadêmico das Ciências Sociais dessa região. Ou seja, é uma temática que, além de pouco explorada, pode, talvez, não ter notoriedade científica no campo. O Norte ao não apresentar teses e dissertações, provavelmente não disputa sobre as questões que envolve o Ciberfeminismo e temas correlatos, assim reúne elementos que podem indicar que a região pode não participar do jogo dos agentes que disputam intracampo por capital específico

Nota-se que a região Sul é responsável por 50% total da produção dos trabalhos analisados (teses e dissertações). Nesse caso, o Sul corresponde a 09 dissertações. Por esse motivo cabe ressaltar as respectivas filiações (orientação acadêmica) dessas pesquisas, para perceber o envolvimento dos nomes com o campo.

Quadro 8– Orientações das pesquisas em Ciberfeminismo, responsáveis pela produção de 50% do campo das Ciências Sociais, 2021.

Dissertações	Número	Título	Filiação/Orientação	Ano	Estado/Instituição	Região
Dissertações	1		VERONESE, Marília Veríssimo	2017	Rio Grande Do Sul/ Unisinos	Sul
	2		MACIEL, Maria Eunice de Souza	2013	Rio Grande Do Sul/ UFRGS	Sul
	3		GUANAES, Senilde Alcantara	2018	Paraná/ UNILA	Sul
	6		SCHERER-WARREN, Ilse	2014	Santa Catarina/ UFSC	Sul
	7		PRÁ, Jussara Reis	2006	Rio Grande Do Sul/ UFRGS	Sul
	8		BRITES, Jurema Gorski	2016	Rio Grande Do Sul/ UFSM	Sul
	9		ALVES, Helio Ricardo do Couto	2015	Rio Grande Do Sul/ UFRGS	Sul
	11		BALIEIRO, Fernando de Figueiredo	2018	Rio Grande Do Sul/ UFPEL	Sul
	12		SILVA, Elizabeth Farias da.	2009	Santa Catarina/UFSC	Sul

Fonte: Elaboração própria.

Destacam-se as filiações e instituições para entender a posição dos orientadores dentro do campo e a possível influência desses nas pesquisas, assim como a possibilidade de identificar também as instituições ou orientador que possa dominar o volume da produção.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é responsável por 03 pesquisas (dissertações 2, 7 e 9), já a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é responsável por 02 pesquisas (dissertações 6 e 12). As demais universidades possuem apenas 01 pesquisa cada.

A UFRGS está em primeiro lugar no volume da produção, e possui 03 dissertações. Duas dessas, as dissertações 7 (2006) e 9 (2015) pertencem à Ciência Política, já a dissertação 2 (2013) é da área da Antropologia. Percebe-se que há um predomínio das dissertações ligadas à Ciência Política, mas ambas não são filiadas a mesma orientação, e temporalmente ocorrem de forma distante, com quase dez anos de intervalo. A UFSC, em segundo lugar,

possui duas dissertações, 6 (2014) e 12 (2009). Ambas são da área de Sociologia Política, mas de filiações institucionais distintas.

Então, pode-se inferir, preliminarmente, que tanto a UFRGS e UFSC, pelas características das filiações e as áreas das Ciências Sociais que pesquisam sobre Ciberfeminismo, não possuem em seus programas de pós-graduação uma agenda de pesquisa alinhada ao tema. Nota-se que, embora se trate da mesma região do país, nas pesquisas, a orientação não se repete. Isso demonstra que as agendas dos pesquisadores não possuem ações coordenadas para a temática do Ciberfeminismo, e evidencia que o tema, pelo menos, na academia da região Sul, pode estar na pretensão de ingressar na agenda.

Esse fato ocorre devido aos diferentes *habitus* estabelecidos pelos membros do campo, pesquisadores e orientadores, que ainda não incorporaram o Ciberfeminismo como centralidade na pesquisa e na agenda. Talvez, na região Sul, o tema do Ciberfeminismo esteja disputando por capital simbólico e (quem sabe!) reconhecimento no campo das Ciências Sociais.

O Nordeste aparece em segundo lugar da produção acadêmica (teses e dissertações) total, com 22%. Mas, as regiões Sul e Sudeste são destaque, demonstrando certa relevância sobre o tema. É possível inferir também que, embora a quantidade de teses e dissertações seja reduzida -apenas 18 trabalhos totais-, as produções tornam-se importantes do ponto de vista regional pela interpretação acerca da realidade dos fenômenos em questão.

O Quadro 9 foi realizado para desenhar o perfil dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, e entender como a organização dos programas de pós-graduação convergem para o volume e recorte temático das teses e dissertações.

Quadro 9– Perfil dos Programas de pós-graduação *stricto sensu*, informações retiradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e sites dos programas de pós-graduação citados, 2020.

Dissertações e Teses	Número Título	Estado	Programa de Pós-Graduação	Linhas de Pesquisa	Ano de Criação Programa	Doutorado	Região
	1	Rio Grande do Sul	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Unisinos)	Identidades e Sociabilidades; Atores Sociais, Políticas Públicas e Cidadania; Sociedade, Economia e Antropologia da	1996	Sim	Sul

Dissertações	2	Rio Grande do Sul	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRGS)	Ciência; Antropologia da Economia e da Política; Antropologia da Religião; Antropologia Visual e da Imagem; Direitos Humanos, Cidadania e Política; Etnicidade e Identidade; Etnomusicologia, Arte e Performance; Gênero, Corpo e Saúde; Patrimônio Cultural, Alimentação e Turismo; Relações Humano-animal; Sociedades Indígenas e Tradicionais; Urbanização, Sociedade e Cultura.	1974	Sim	Sul
	3	Paraná	Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) Ciência Política	Cultura, colonialidade/decolonialidade e movimentos sociais; Economia política internacional e blocos regionais; Geopolítica, fronteiras e regionalização; Política, estado e institucionalização.	2014	Não	Sul
	4	São Paulo	Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PEPG (PUC-SP)	Dinâmica Urbano-Regional, Planejamento e Políticas Públicas; Estado e Sistemas Sócio-Políticos; Etnologia Brasileira; Instituições, Ideologias e Religiões; Materialidade, Ideologia e Vida Cotidiana nas Culturas Modernas; Mudanças Sociais e Movimentos	1973	Sim	Sudeste

				Sociais; Produção Simbólica e Reprodução Cultural.			
5	Brasília	Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UNB)	Cidade, cultura e sociedade; Educação, ciência e tecnologia; Feminismo, relações de gênero e de raça; Pensamento e teoria social; Política, valores, religião e sociedade; Trabalho e sociedade; Violência, segurança e cidadania.	1970	Sim	Centro-Oeste	
6	Santa Catarina	Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (UFSC)	Ciência, saúde e meio-ambiente; Instituições, comportamento político e políticas públicas; Movimentos sociais, participação e democracia; Pensamento político e social; Representações Sociais e Produções Simbólicas; Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro.	1978	Sim	Sul	
7	Rio Grande do Sul	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS)	Cultura política; Instituições políticas e estudos sobre elites; Política internacional e defesa; Teoria política, democracia e participação.	1973	Sim	Sul	
8	Rio Grande do Sul	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFSM)	Cultura e Subjetividades; Identidades Sociais, Etnicidade e Educação; Instituições, Poder e Sociedade; Sociedade,	2008	Sim	Sul	

			Desigualdade e Conflito			
9	Rio Grande do Sul	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS)	Cultura política; Instituições políticas e estudos sobre elites; Política internacional e defesa; Teoria política, democracia e participação.	1973	Sim	Sul
10	Góias	Programa de Pós-graduação em Sociologia (FCS) (UFG)	Desigualdades, Diferenças e Violências; Trabalho, Formação e Representações Culturais; Movimentos Sociais Rurais e Urbanos e a Sociedade Civil	1999	Sim	Centro-Oeste
11	Rio Grande do Sul	Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (UFPel)	Não possui a descrição das linhas de pesquisa no site	2012	Sim	Sul
12	Santa Catarina	Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UFSC)	Ciência, saúde e meio-ambiente; Instituições, comportamento político e políticas públicas; Movimentos sociais, participação e democracia; Pensamento político e social; Representações Sociais e Produções Simbólicas; Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro.	1978	Sim	Sul
13	Sergipe	Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFS)	Poder, rituais e representações – inativa; Relações de poder, política e sociedade contemporânea;	2009	Não	Nordeste

				Memórias, saberes, práticas performativas e patrimônio; Cultura, linguagens, cognição e simbolismos; Cultura, identidades e patrimônio – inativa.			
Teses	14	Sergipe	Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFS)	Cidades, patrimônios e turismo; Instituições, movimentos sociais e políticas públicas; Itinerários intelectuais, profissão e mercado de trabalho; Sociologia da economia, do desenvolvimento e da técnica; Minorias sociais: diferença, desigualdade e conflitos sociais;	2008	Sim	Nordeste
	15	Paraíba	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFCG)	Cultura e Identidades; Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas.	1999	Sim	Nordeste
	16	Rio Grande do Norte	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRN)	Política, direitos e etnicidade; Gênero, sexualidades, corpo e saúde; Memória, saberes locais, religiosidade, rituais; Espaços, imagens, tecnologias.	2015	Sim	Nordeste
	17	Minas Gerais	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFMG)	Estado, Gestão e Políticas Públicas; Instituições Políticas e Política Internacional; Comportamento Político e Opinião Pública; Participação, Movimentos	2006	Sim	Sudeste

			Sociais e Inovações Democráticas; Teorias da Justiça, Feminismo e Pensamento Político Brasileiro			
18	São Paulo	Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFScar)	Mercados morais, cidades, trabalho e mobilidades; Cultura, diferenças e desigualdades; Tecnologias, ambiente e ruralidades; Estado, conflitos, justiça e políticas sociais	1999	Sim	Sudest e

Fonte: Elaboração própria.

A Região Sul apresenta 50% da produção total de teses e dissertações, segundo o Quadro 8. O Quadro 9 expressa a frequência de produção conforme os programas de pós-graduação *stricto sensu*. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é responsável por 03 trabalhos publicados. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRGS) possui 01 dissertação, já o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS) registra 02 dissertações publicadas. Sendo o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS) o que possui uma maior frequência de produção, 02 dissertações. Totalizando, assim, três dissertações no âmbito da UFRGS. Ambos os programas da UFRGS possuem doutorado, mas não há registro de teses sobre Ciberfeminismo e temas correlatos.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) contabiliza 02 dissertações, porém localizadas em programas distintos, sendo uma no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (UFSC), e outra no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UFSC).

A Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) possui 01 dissertação no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. O Programa de Pós-Graduação em Sociologia – no Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da UFPel (Universidade Federal de Pelotas) tem 01 dissertação. O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFSC) na Universidade Federal de Santa Maria, também apresenta 01 dissertação. Todos os programas citados acima possuem doutorado.

Criado em 2014, o Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), da Universidade Federal da Integração Latino Americana no Paraná, registra 01 dissertação. O programa não possui doutorado.

Os dados acima, referentes à região Sul, demonstram que apesar de possuir 50% da produção total de teses e dissertações, nem todos os programas de pós-graduações sulinos apresentam programas de doutorado. Nenhuma das dissertações apresentadas tiveram continuidade em pesquisa nos programas de doutorado, assim como não há o registro de teses sobre Ciberfeminismo e temas correlatos. Fica nítido que o campo acadêmico das Ciências Sociais na região Sul ainda não estabeleceu uma regularidade e aprofundamento em torno das pesquisas realizadas no mestrado, demonstrando uma continuidade no doutorado no âmbito do Ciberfeminismo e temas correlatos.

Isso significa que no âmbito das pesquisas desenvolvidas no mestrado, o Ciberfeminismo pode alcançar determinada visibilidade no campo acadêmico, mas a ausência de formulações no doutorado – momento em que a pesquisa é abordada com mais complexidade e profundidade – expressa a falta de prestígio do Ciberfeminismo no campo acadêmico das Ciências Sociais, na região Sul do país. Para além dessa questão, ressalta-se, de forma preliminar, que o volume da pesquisa – para inferir a falta de prestígio no campo acadêmico/científico – apresenta apenas 09 dissertações. O Centro-Oeste possui duas dissertações ligadas a diferentes programas: 01 dissertação corresponde ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Goiás (UFG); e 01 dissertação pertence ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade de Brasília (UNB). Esses programas também têm doutorado.

Embora a UFG e a UNB possuam programa de doutorado, nenhum dos programas de doutorado apresentou tese sobre o Ciberfeminismo e temas correlatos. A baixa quantidade de pesquisa desenvolvida, apenas duas dissertações, associadas à ausência de tese também denota a baixa recepção do Ciberfeminismo no campo acadêmico das Ciências Sociais no Centro-Oeste.

No Sudeste, o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PEPG, na Pontifícia Universidade Católica em São Paulo (PUC-SP), tem programa de doutorado, e 01 dissertação publicada. Já no Nordeste, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), não tem doutorado, e há 01 dissertação publicada. As regiões Nordeste (04 pesquisas, soma das teses e dissertações) e Sudeste (03 pesquisas, soma das teses e dissertações) pelo pouco volume de pesquisas apresentadas também podem demonstrar que Ciberfeminismo, talvez, possa ter falta de prestígio no campo científico das Ciências Sociais. Mesmo possuindo certa visibilidade, adquirida pela elaboração de teses no Nordeste e Sudeste, possivelmente, o Ciberfeminismo ainda não figura como tema relevante na agenda de pesquisa.

Quanto às teses, percebe-se que 60% da produção provém do Nordeste (03 teses), e 40% do Sudeste (02 teses). No Nordeste, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), possui 01 tese; o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 01 tese; e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 01 tese. No Sudeste, o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem 01 tese; e o Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFScar), 01 tese. Vale salientar que o número de dissertações (13 pesquisas) é superior ao de teses (05 pesquisas).

Foi constatado que dos 17 programas de pós-graduação *stricto sensu* listados, 15 programas possuem doutorado, e 02 não apresentam. O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UNB), é o mais antigo dos programas apresentado nesse trabalho. Sua fundação data de 1970. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é o mais recente. Sua fundação se deu no século XXI, em 2015. Isso demonstra que a longevidade ou não dos programas não interfere no quantitativo de teses e dissertações em torno do tema.

Apenas o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS) possui 02 dissertações na área de Ciberfeminismo. Os trabalhos referentes são ‘Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social’ (2006), que se apropria do conceito de Ciberfeminismo, e ‘Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre mulheres e mídia’ (2015), que não menciona a acepção Ciberfeminismo, mas cita Donna Haraway –importante teórica do Ciberfeminismo, e da relação mulher e ciberespaço- e sua ideia de ciborgue.

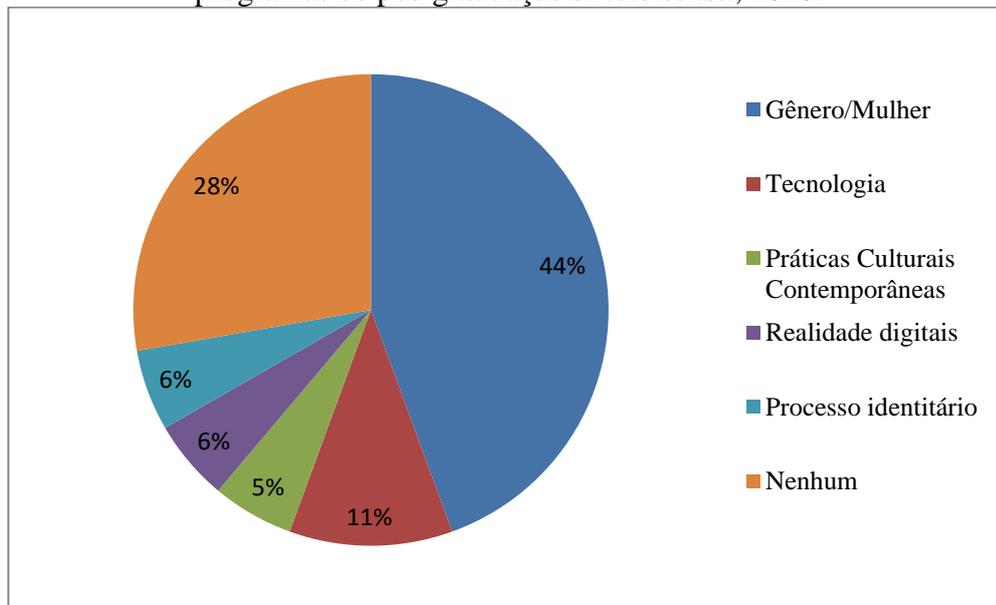
Porém, sua relevância consiste em tratar de uma pesquisa que explora a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim-China, no ano de 1995. Essa conferência foi um marco para o desenvolvimento do conceito de ‘Ciberfeminismo Social’ (MIGUEL; BOIX, 2013), pois nela, pela primeira vez, militantes feministas utilizaram a *internet* para aglutinar outras mulheres, levando questões e demandas à conferência. Além disso, no evento foi reconhecido que uma das principais preocupações para se atingir maior igualdade entre homens e mulheres é a relação entre mulheres e os meios de comunicação.

Nota-se que nenhuma das teses publicadas são continuidade de pesquisas das dissertações relatadas. Esse fato é um indicador de como não há um *continnum* e aprofundamento das questões pesquisadas nas dissertações. O fato de não existir uma problemática alinhavada do mestrado ao doutorado em relação ao Ciberfeminismo, impacta

diretamente a) na falta de complexificação e aprofundamento das questões apontadas no mestrado; b) não proporciona capital específico para disputar no campo com os demais agentes (pesquisadores, temas populares, instituições, grupos e linhas de pesquisa); c) falta de notoriedade do tema e, respectivo, pesquisador no campo acadêmico, já que as pesquisas se apresentam numa quantidade baixa e dispersa no campo científico das Ciências Sociais. Isso ocasiona, conseqüentemente, a falta de prestígio acadêmico do Ciberfeminismo no campo das Ciências Sociais, e impacta diretamente em sua posição na agenda de pesquisa do mesmo campo.

A frequência e continuidade na produção sobre Ciberfeminismo é baixa e escassa, sendo, possivelmente, praticada e executada conforme o perfil da pesquisadora e orientador (a) e não pelo fluxo de linhas de pesquisa dos programas de mestrado e doutorado. Nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, explorados nessa pesquisa, não há menção direta/declarada de linhas de pesquisa específicas para os temas de Ciberfeminismo, mulher e mídia, ou mulher e tecnologia, por exemplo, que poderiam corroborar para a elaboração de mais trabalho, teses e dissertações dentro dessa temática. Essa caracterização impacta diretamente na posição do Ciberfeminismo na agenda de pesquisa.

Gráfico 4– Grupos de pesquisa relacionados à gênero/mulher; práticas culturais contemporâneas; realidades digitais; tecnologia; e processos identitários, nos sites dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, 2020.



Fonte: Elaboração própria.

A partir de pesquisa e busca nos sites dos programas de pós-graduação, contabilizaram-se os grupos de pesquisas sobre gênero/mulher; práticas culturais

contemporâneas; realidades digitais; tecnologia; e processos identitários. Os grupos de pesquisa presentes nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, representam um ponto importante quando relacionados à influência sobre a produção acadêmica, visto que podem potencializar e aprofundar o desenvolvimento do assunto estudado.

No Gráfico 5 fica claro que ainda não há grupo de pesquisa especializado em Ciberfeminismo nos programas de pós-graduações citados neste trabalho. Mas é importante avaliar que os temas dos grupos de pesquisa identificados auxiliam a pensar sobre o fenômeno do Ciberfeminismo, mulheres e tecnologias, mobilizações feministas e *internet*, feminismos e *internet*, TIC's e feminismo.

4.1.3. O quê vem sendo produzido?

Observa-se por meio dos 18 trabalhos analisados, a evolução do volume das teses e dissertações no período de 2006 a 2018. A análise inicia em 2006, por ser o ano de publicação do primeiro trabalho na área –a dissertação “Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social”, da autora e militante feminista Télia Negrão– e termina em 2018, por haver registros de pesquisas até esse ano, segundo informações do BDTD.

Tabela 3– Volume de trabalhos produzidos sobre Ciberfeminismo, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.

Ano	Quantidade
2006	1
2007	0
2008	0
2009	1
2010	0
2011	0
2012	0
2013	1
2014	1
2015	3
2016	2
2017	5
2018	4
Total	18

Fonte: Elaboração própria

O ano de 2017 obteve o maior volume de trabalhos publicados, com 05 pesquisas registradas. Sucedido pelo ano de 2018, com 04 pesquisas, e no ano de 2015, 03 pesquisas foram contabilizadas. Nota-se que somente a partir de 2015, torna mais frequente a publicação de trabalhos sobre Ciberfeminismo, articulando o conceito à sociabilidade *online*, associando o feminismo ao virtual/digital.

As Unidades de Análises das pesquisas analisadas nessa seção, demonstram como o uso da *internet* e TIC's por feministas influenciaram o foco de observação de cada estudo para o fenômeno do Ciberfeminismo e para a relação mulher/feminismo e TIC's.

Quadro 10 – Unidades de Análise das dissertações e teses, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.

Dissertações e Teses	Título	Ano	Unidade de Análise
Dissertações	A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital	2017	Blog Escreva Lola Escreva
	"Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta": um estudo antropológico dos debates feministas em meio às possibilidades de sociabilidade online	2013	Blogueiras Feministas
	Resistência: Ativismo e articulação de mulheres negras através de redes sociais	2018	Mulheres negras ativistas em sites de redes sociais
	Ciborgues Coquetos: a condição da mulher no Século XXI pela cultura Ciberfeminina	2015	Comunidades femininas e feministas do Facebook
	Corpo e feminismo: a Marcha das Vadias de Campinas/SP	2016	Marcha das Vadias Campinas- São Paulo
	A busca por uma cidadania da imagem: organização, lutas e articulação de políticas públicas no Brasil pela Rede Mulher e Mídia	2014	Rede Mulheres e Mídia (RMM)
	Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social	2006	Telecentros de Porto Alegre-RS
	Corpo, experiência e feminismo: um estudo do movimento Marcha das Vadias em Santa Maria	2016	Coletivo Marcha das Vadias em Santa Maria-RS
	Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre mulheres e mídia	2015	Organizações feministas sobre mulher e mídia
	Contingência ciborgue e		

Teses	tecnologias do corpo: personagens para repensar a ciência	2015	Ciborgue
	Corpos, sexualidades e intimidades femininas na Era digital: uma análise dos canais de YouTube JoutJout Prazer, Rayza Nicácio e Ana de Cesaro	2018	Site YouTube
	A mulher caiu na rede: representações de mulher nos vídeos do Youtube	2009	Site YouTube
	Transição capilar: cabelos, consumo e interseccionalidade no ciberespaço	2017	Mulheres em transição capilar
	Formas de militância feminista em cenário de auto-organização e ciberativismo no Brasil contemporâneo : tendências atuais a partir do caso de Aracaju/SE	2017	Organizações feministas
	Corpo a corpo com a marcha: feminismos e marcha das vadias em Campina Grande	2018	Marcha das Vadias Campina Grande-PB
	Práticas feministas em contextos educacionais	2018	Instituições educacionais (escolas)
	Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)	2017	Jornal Folha de São Paulo
Mídias digitais e horizontes de aspiração: um estudo sobre a comunicação em rede entre mulheres das classes populares brasileiras	2017	Mulheres de classes populares	

Fonte: Elaboração própria.

As Unidades de Análise descritas acima mostram os locais e sujeitos que servem como fonte empírica para as pesquisas. Fica nítido como muda o foco das unidades de análises de acordo com o ano do trabalho. Na primeira década dos anos 2000, quando há um aumento do uso dos computadores tipo *desktop* e ampliação da *internet* banda larga no Brasil, torna-se frequente usar o computador por meio de *lan houses* (locais para acesso de *internet* e jogos *online* por meio de pagamento), *telecentros* e computadores domésticos.

Nesse período surge a pesquisa “Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social,” de Télia Negrão, em 2006, que tem como unidade de análise os telecentros em Porto Alegre-RS. Mesmo nessa época, a *internet* não havia se tornado tão popular como ocorreu na segunda década dos anos 2000.

Em meados da primeira década dos anos 2000, os sites de redes sociais – a exemplo dos sites existentes, *Orkut* (desativado), *Youtube*, *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* – começam

a ser utilizados de forma mais ampla. Esse fato, conseqüentemente, reflete na relação das mulheres e feministas com as TIC's e *internet*. No ano de 2009, há a pesquisa “A mulher caiu na rede: representações de mulher nos vídeos do *Youtube*”, de Janaina Figueira, que tem como unidade de análise o site de vídeos *YouTube*. A partir desse ano torna-se mais frequente pesquisas que envolvem sites de redes sociais.

É também nessa segunda década dos anos 2000, que aparecem as mobilizações decorrentes de articulações feministas em sites de redes sociais, a exemplo da Marcha das Vadias³³. Cerca de 06 pesquisas (teses e dissertações) (33%) usam como unidade de análise *blogs* e sites de redes sociais; já 03 pesquisas (17%) trazem a Marcha das Vadias como unidade de análise, o que denota a relevância do evento para compreensão do processo de mobilização e apropriação das TIC's e *internet* por feministas. Apenas 01 pesquisa (6%) menciona telecentro como unidade de análise; 01 pesquisa (6%) traz o ciborgue como unidade de análise; 01 pesquisa (6%) aborda a Rede Mulher e Mídia (RMM) como unidade de análise; 01 pesquisa (6%) utiliza Organizações Feministas sobre Mulher e Mídia como unidade de análise; 01 pesquisa (6%) faz menção a Organizações Feministas como unidade de análise; 01 pesquisa (6%) usa instituições educacionais como unidade de análise; 01 pesquisa (6%) aborda Mulheres de Classe Populares; 01 pesquisa (6%) usa o Jornal Folha de São Paulo como unidade de análise; 01 pesquisa (6%) menciona mulheres em transição capilar como unidade de análise.

A seguir, o Quadro 11 mostra as teses e dissertações com os respectivos problemas de pesquisa e objetivos geral para compreender o escopo de cada trabalho.

³³ *Slut Walk* ou Marcha das Vadias (MdV) em português, foi um movimento que iniciou em Toronto-Canadá, em 2011. Após diversos casos de estupro em uma universidade, um policial ao palestrar recomendou que as mulheres não se vestissem como vadias (*slut*) para evitar o estupro. Esse fato ocasionou uma grande indignação e milhares de mulheres foram às ruas contra a culpabilização da vítima de estupro. A Marcha das Vadias ocorreu em diversos países, como Portugal, Inglaterra, EUA, Argentina, e no Brasil ocorreu em mais de 20 cidades. Para articulação das diversas mobilizações, a MdV utilizou amplamente os sites de redes sociais, principalmente o Facebook para conectar as mulheres às pautas da luta contra a cultura do estupro.

Quadro 11– Problema de Pesquisa e Objetivo Geral das dissertações e teses, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.

Dissertações e Teses	Título	Problema de Pesquisa	Objetivo Geral
	A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital	"Questiona-se como se configura a utilização das plataformas digitais para divulgar os ideias do movimento social feminista?" (p.11).	"Pretendeu-se analisar a configuração do movimento feminista na especificidade do ativismo digital, suas proposições de discussão e pautas oportunizadas via ferramentas tecnológicas, especificamente a internet, no processo de disseminação da luta feminista pela ampliação de direitos." (p.09)
Dissertações	"Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta": um estudo antropológico dos debates feministas em meio às possibilidades de sociabilidade online	"De que forma é possível pensar as ações engendradas por grupos que se remetem a alcunha "feminista" a partir das novas composições, pautas e meio de reivindicação de tais grupos? Ao se focar, por exemplo, um coletivo feminista online, em especial sua lista de discussão, percebe-se a emergência de terminologias, ideários e pautas reivindicatórias e identitárias até então invisibilizadas" (p.12).	"Analisar a intersecção entre o feminismo e o mundo virtual [...]. Partindo do pressuposto de que a internet abre caminhos e novas possibilidades de sociabilidade, pretendendo avaliar o quanto esse aspecto foi aproveitado por este coletivo virtual a partir de suas discussões e produções textuais." (p.07)
	Resistência: Ativismo e articulação de mulheres negras através de redes sociais	"A hipótese do trabalho consiste em verificar as possibilidades e caminhos de resignificação que as mulheres negras têm desenvolvido em suas vidas diante do processo constante de resistir e reescrever suas histórias na terra onde suas e seus ancestrais foram desumanizados e escravizados em nome do imperialismo. A ideia é compreender como através das redes virtuais essas mulheres estão dando novos significados à própria experiência, criando novos conhecimentos	"O objetivo da pesquisa é compreender como as articulações sociais latinoamericanas, especificamente as organizações e movimentos de mulheres negras e/ou feminismo negro – que por vezes são acusadas de separatismo e de quebra e ruptura com o movimento feminista – em muito se assemelha e converge com os diversos feminismos fomentados na América Latina e Caribe, se configurando como uma dessas diversas correntes. Este projeto pretende abordar os caminhos e ações das mulheres negras frente aos novos e antigos desafios enfrentados por elas no decorrer de suas vidas. Mais precisamente abordaremos as questões e implicações do ativismo nas redes sociais Facebook, Youtube e Blogs." (p.07)

	sem esquecerem do conhecimento ancestral, que vem sendo cultivado de geração em geração por meio de histórias, religiões, símbolos, pessoas, etc." (p.10).	
Ciborgues Coquetes: a condição da mulher no Século XXI pela cultura Ciberfeminina	"A cultura feminina no ciberespaço como representação da real condição da mulher no começo do século XXI." (p.15).	"O trabalho abordou a classe feminina desmembrada em nichos sociais com valores coercitivos, redimensionando para a vida online o ideal foucaultiano de panóptico. Desse modo, demonstrei que as pressões sociais pela visibilidade podem estigmatizar ou disciplinar as categorias femininas aos princípios puramente estéticos da imagem e/ou moralmente tradicionais como signos máximos do feminino brasileiro no Facebook." (p.07)
Corpo e feminismo: a Marcha das Vadias de Campinas/SP	"O que acontece com a paisagem social que conhecemos quando centenas de mulheres, todas ao mesmo tempo, começam a ocupar o espaço público? O que muda para essas pessoas que transitam de uma história de invisibilidade social para alguns momentos de (hiper)visibilização política?" (p.62). "Porque as ativistas intitulas de vadias retomam tal discussão?" (p.70). Então, no meio virtual, para onde o corpo da marcha vai?" (p.71).	O objetivo central "foi compreender, por intermédio da aproximação dessa marcha no interior paulista, como o feminismo contemporâneo vem se articulando, quais suas pautas de reivindicações e como se dá a relação de tais expressões com novas formas de ativismo: as redes sociais" (p.06)
A busca por uma cidadania da imagem: organização, lutas e articulação de políticas públicas no Brasil pela Rede Mulher e Mídia	"Terá a mídia o poder normalizador dos corpos femininos no século XXI? Será a RMM um movimento de resistência e de contrapoder às práticas de biopolítica e biopoder em relação aos corpos das mulheres, fazendo um contraponto às instituições de poder como o	"A pesquisa analisa as interfaces entre os objetivos políticos da RMM e seus discursos sobre as origens do estereótipo do modelo de beleza e do tema como prioridade no ativismo do movimento de mulheres e feministas" (p.13).

	<p>Estado e o mercado? " (p.28). "[...] interessa verificar se e como os ambientes sustentados por tecnologias de informação e comunicação (redes) têm sido capazes de promover maior cooperação, reciprocidade e de elevar a qualidade de informação e conhecimento, assim como, de fortalecer laços de solidariedade e confiança, elementos constitutivos do conceito de Capital Social (Baquero Jacome, 2003), o que também pode significar a afirmação de uma agenda baseada em pressupostos feministas".</p>	<p>"Identificar no acesso das mulheres ao ambiente proporcionado pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's) a possibilidade de fortalecimento individual (empoderamento) e coletivo (formação de capital social) para o exercício da cidadania feminina de uma perspectiva feminista" (p.22).</p>
<p>Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social</p>	<p>Corpo, experiência e feminismo: um estudo do movimento Marcha das Vadias em Santa Maria</p>	<p>"Ao estudar suas pautas, reivindicações e articulações, o corpo feminino e seus usos; assim como o Ciberfeminismo, colocaram-se como epicentros de lutas da juventude feminista contemporânea" (p.06).</p>
<p>Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre mulheres e mídia</p>	<p>"Por que a relação entre mulheres e mídia é considerada problemática? Como diferentes teorias feministas e de gênero entendem a relação entre mulheres e mídia, e como essa problematização se transformou através das décadas para o feminismo acadêmico. Como é possível existir agência e mesmo empoderamento dentro da relação entre mulher e mídia e que estratégias podem ser</p>	<p>"Entender como o grupo de mulheres a partir de suas práticas, usos e exposições compreendem o corpo feminino" (p.14).</p> <p>"O trabalho busca analisar estratégias de empoderamento na área através da combinação de medidas de reconhecimento e redistribuição transformativas, como proposto por Nancy Fraser (1995)" (p.05).</p>

	<p>empregadas nesse sentido pelo movimento feminista?" (p.05).</p>	
<p>Contingência e ciborgue e tecnologias do corpo: personagens para repensar a ciência</p>	<p>"É a técnica um artefato exterior ao indivíduo?" (p.15); "Por onde começar um estudo sobre ciência e tecnologia?" (p.16); "Podem as máquinas pensar?" (p.20); "O ciborgue é um gênero? Ou seria uma espécie?" (p.32); "Em que se distingue a artificialidade da realidade?" (p.41).</p>	<p>"A investigação trata de compreender este personagem como um agente de transformação social feminista através de três possíveis imagens. Primeiramente, procuramos entender quais são os ciborgues de nossa sociedade ocidental capitalista. (...) Chega-se à conclusão de que o ciborgue não é apenas um mito, há ciborgues reivindicando uma identidade reconhecida pelos seus governos. Posteriormente, investigamos o ciborgue na imaginação do cinema de ficção científica, queremos saber, afinal, se estes ciborgues são ficção ou são realidade e se há uma fronteira entre essas duas categorias. Finalmente, debruçamo-nos sobre o ciborgue da teoria feminista crítica da ciência, em que o mito político é agente principal das transformações da ciência" (p.08).</p>
<p>Corpos, sexualidades e intimidades femininas na Era digital: uma análise dos canais de YouTube JoutJout Prazer, Rayza Nicácio e Ana de Cesaro</p>	<p>"Esta pesquisa selecionou como tônica a emergência de temáticas que envolvem a construção social do feminino em canais de mulheres que se voltam a discutir questões prosaicas sobre ser mulher no mundo contemporâneo, particularmente em nosso país. A centralidade atribuída a questões do cotidiano por essas youtubers serviu como mote para se questionar práticas performativas que tangenciam os processos identitários das mulheres brasileiras." (p.14).</p>	<p>"Esta pesquisa se propôs a investigar as narrativas do eu presentes no YouTube e nos ambientes de sociabilidade on-line das youtubers brasileiras Julia Tolezano, Rayza Nicácio e Ana de Cesaro, a partir de uma perspectiva interseccional. O enfoque foram as discursividades das youtubers, considerando a cultura confessional das novas mídias, e suas implicações nos processos identitários femininos em sua relação com as práticas performativas que envolvem os corpos, as sexualidades, assim como a abordagem da intimidade feminina e do consumo com o advento da era digital" (p.08).</p>
<p>A mulher caiu na rede: representações de mulher nos vídeos do Youtube</p>	<p>"A hipótese corroborada foi de que muitos dos novos canais de expressão são utilizados na reprodução de preconceitos, apesar de suas potencialidades para maior pluralidade" (p.03)</p>	<p>"O presente trabalho tem como objetivo explorar esse lócus de sociabilidade que é o youtube, considerando que este ainda não foi propriamente pesquisado, apesar da crescente atração que tem suscitado nos acadêmicos" (p.13).</p>
<p>Transição capilar:</p>	<p>"Parti do seguinte problema de pesquisa: quais os sentidos</p>	<p>"Análise que tem como referente as experiências de mulheres acerca do processo de transição capilar e como estas foram transformadas em</p>

	<p>cabelos, consumo e interseccionalidade no ciberespaço</p>	<p>produzidos acerca da transição capilar e dos cabelos nas narrativas postadas por produtoras de conteúdos na Internet? Essa pergunta inicial me levou a outros questionamentos: como se dá a circulação desses conteúdos? Como se configuraram as práticas de consumo? Quais os termos “nativos” surgidos nesse processo? Quais as disputas em torno dos sentidos desses termos?" (p.08).</p>	<p>conteúdos postados no ciberespaço tem como ponto de partida a minha experiência" (p.08).</p>
<p>Teses</p>	<p>Formas de militância feminista em cenário de auto-organização e ciberativismo no Brasil contemporâneo: tendências atuais a partir do caso de Aracaju/SE</p>	<p>"Minhas questões de pesquisa são, mais especificamente, estudar: de que modo os discursos e práticas do feminismo vêm sendo desenvolvidos em Aracaju e atualmente, a partir da grande pluralidade de vozes existente? Quais as/os principais atrizes/atores coletivos e individuais que participam da arena pública levantando a bandeira de luta do feminismo? Quais os principais discursos com o quais as feministas disputam os sentidos e as representações acerca das relações de gênero, do “empoderamento das mulheres” e do direito das mulheres nesta arena?" (p.28).</p>	<p>"Esta tese tem como objetivo geral apreender formas de militância em um cenário contemporâneo de ampliação das auto-organizações e do ciberativismo no Brasil desde junho de 2013 a partir da luta feminista em Aracaju. De modo mais específico, a pesquisa buscou apreender as gramáticas, enquadramentos, formas organizacionais e perfis de militância feminista constituídas neste contexto, bem como os meios e ferramentas utilizados para inserir suas demandas nas arenas públicas" (p.11).</p>
	<p>Corpo a corpo com a marcha: feminismos e marcha das vadias em Campina Grande</p>	<p>"Problematiza o corpo feminino e quais as suas intenções políticas" (p.09). "Seriam as vadias seres abjetos?" (p.23).</p>	<p>"Analisar a problematização sobre o corpo feminino na Marcha das Vadias em Campina Grande através das entrevistas e participação das marchas de 2014 e 2016" (p.23).</p>
	<p>Práticas feministas</p>	<p>"Trago então três categorias e suas problematizações, quais sejam: 1) teoria</p>	<p>"O objetivo então dessa pesquisa, é lançar reflexões e provocações sobre essas possibilidades de atuação e construção de narrativas sobre gênero e práticas feministas, em</p>

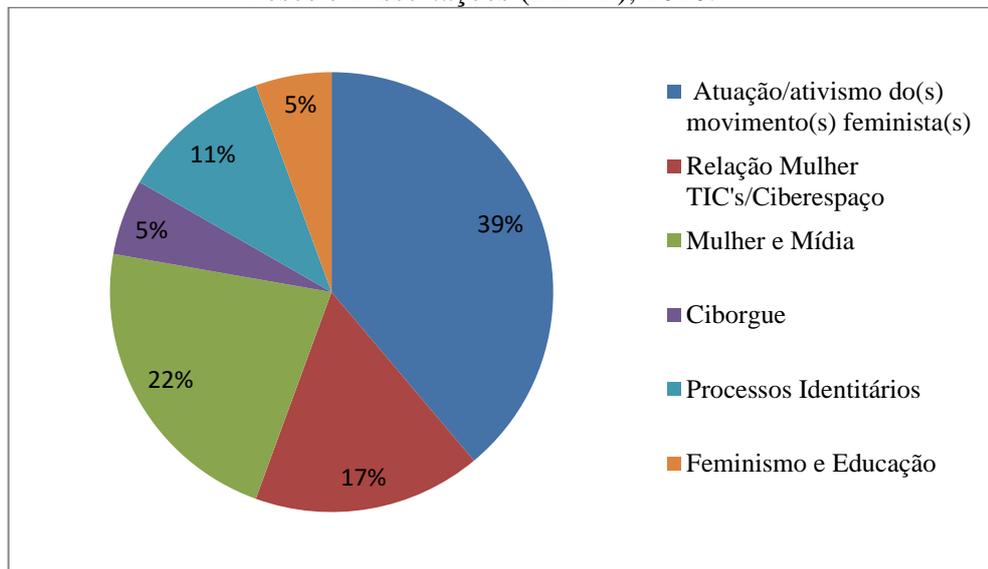
em contextos educacionais	feminista, com suas articulações entre movimentos sociais, contexto político e ciência; 2) juventude, já que, como sinalizado, meu campo foi sendo desenvolvido com o grupo que é socialmente reconhecido como jovem, trazendo alguns elementos para que seja considerado o caráter diverso das juventudes, e como, atualmente, as jovens vêm se aproximando de determinadas discussões e pautas feministas; 3) educação, com seus embates atuais no cenário político que impactam as relações nos ambientes educacionais" (p.25).	contextos educacionais e locais, buscando considerar o que é acionado por essas jovens para construir suas ações e representações sobre corpo, sexualidade e relações sociais, tomando valores e concepções feministas como influência e fonte de inspiração para suas experiências e vivências" (p.11).
Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)	"Como as relações entre público e privado ganham visibilidade a partir da presença midiática do movimento feminista? Como essas esferas são articuladas ao longo do tempo na cobertura jornalística do movimento? A atuação histórica do movimento feminista gera narrativas diferentes sobre público e privado na mídia?" (p.34)	"Esta tese discute a relação entre feminismo, política e mídia no Brasil, a fim de compreender a construção discursiva sobre o movimento no cenário de visibilidade midiática e as formas como as ativistas feministas interagem com esses discursos públicos" (p.10)
Mídias digitais e horizontes de aspiração: um estudo sobre a comunicação em rede entre mulheres das classes populares brasileiras	"A pergunta que se estruturou ao longo da pesquisa foi: o que faz o acesso às mídias digitais e à dinâmica de rede com os horizontes aspiracionais das mulheres das camadas populares brasileiras?" (p.15).	"[...]compreender o que chamo de horizontes de aspiração das mulheres das classes populares e de que forma o acesso às mídias digitais permitem uma socialidade em torno da negociação dos limites e possibilidade em torno de tais horizontes" (p.14).

Fonte: Elaboração própria.

Os problemas de pesquisa e objetivos aparecem sob diversos aspectos, o que lança as autoras às diferentes resoluções ao longo dos trabalhos. Porém, existem pontos de relação entre os problemas e objetivos apresentados. Esses podem ser destacados para inferir os aspectos em comum das pesquisas no contexto do Ciberfeminismo e na conexão mulheres/feminismo/mobilização feminista com as TIC's, internet e site de redes sociais.

No gráfico 5 é apresentada a quantificação dos pontos em comum a partir da observação dos problemas de pesquisa.

Gráfico 5– Frequência dos Problemas de Pesquisa e Objetivo Geral no contexto do Ciberfeminismo e relação mulheres/feminismo/mobilização feminista por meio das TIC's, internet e site de redes sociais, nas teses e dissertações, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.



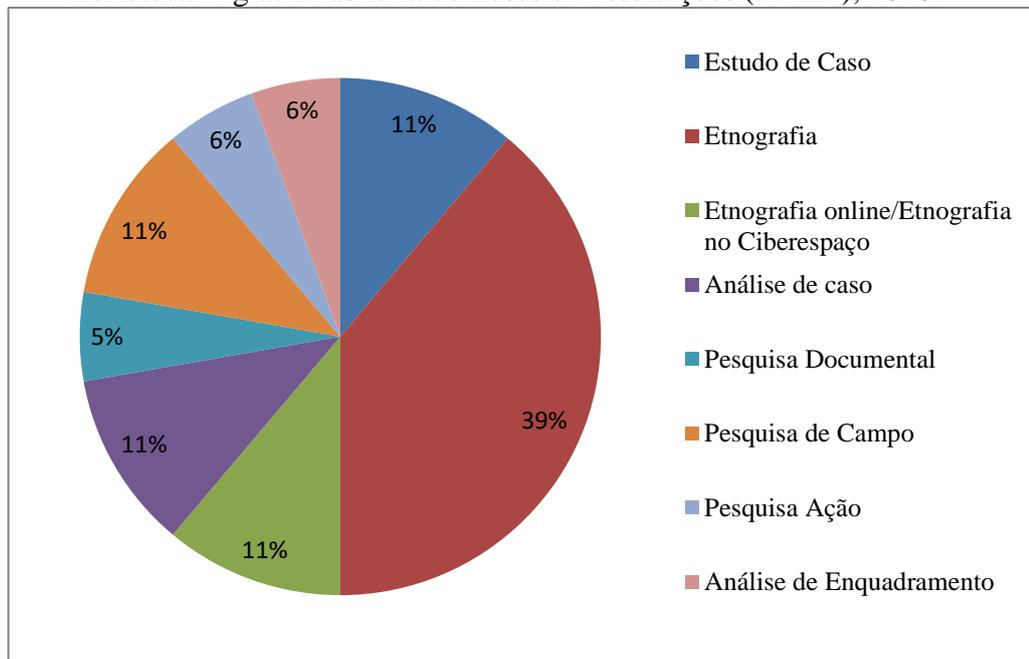
Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, se constitui como um traço de preocupação entre as pesquisadoras, o problema da atuação/ativismo dos movimentos feministas –a maior parte das pesquisas, 07 trabalhos (39%) aponta isso–. Esse aspecto também apresenta-se como um objetivo geral à medida que os trabalhos desejam analisar como ocorre a atuação e ativismo dos movimentos feministas nas TIC's, sites de redes sociais e internet.

O apontamento torna-se relevante para entender o que uma parte dos trabalhos busca compreender sobre o Ciberfeminismo nas Ciências Sociais. Mas das 07 pesquisas apontadas, apenas 01 possui o foco, com o recorte de raça, refletindo e investigando sobre o ativismo das mulheres negras na internet, “Resistência: Ativismo e articulação de mulheres negras através de redes sociais”, de Suzielen Taiane das Graças, que pela foto de seu currículo *Lattes* (desatualizado até a data dessa pesquisa) aparenta ser negra.

Mulher e Mídia ocupa o segundo lugar no gráfico 5, 04 pesquisas (22%) problematizam e tem como objetivo geral entender como se produz a relação entre mulher e mídia. A relação entre Mulher, TIC's e ciberespaço tornou-se problema e fez parte do objetivo geral de 03 pesquisas (17%). A problematização dos Processos Identitários foi alvo de 02 pesquisas (11%), que buscam compreender as implicações da sociabilidade *online* e experiências, já que a questão da identidade é uma tônica de grupos influenciados pelas TIC's e *internet*. Feminismo e Educação se dá como problema em 01 pesquisa (5%), que tem como objetivo geral lançar reflexões sobre o feminismo, e entender esse processo no contexto educacional. A questão do Ciborgue é problema em 01 pesquisa (5%), e objetiva compreender este personagem como um agente de transformação social feminista.

Gráfico 6– Quantificação dos procedimentos de pesquisa das teses e dissertações, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.



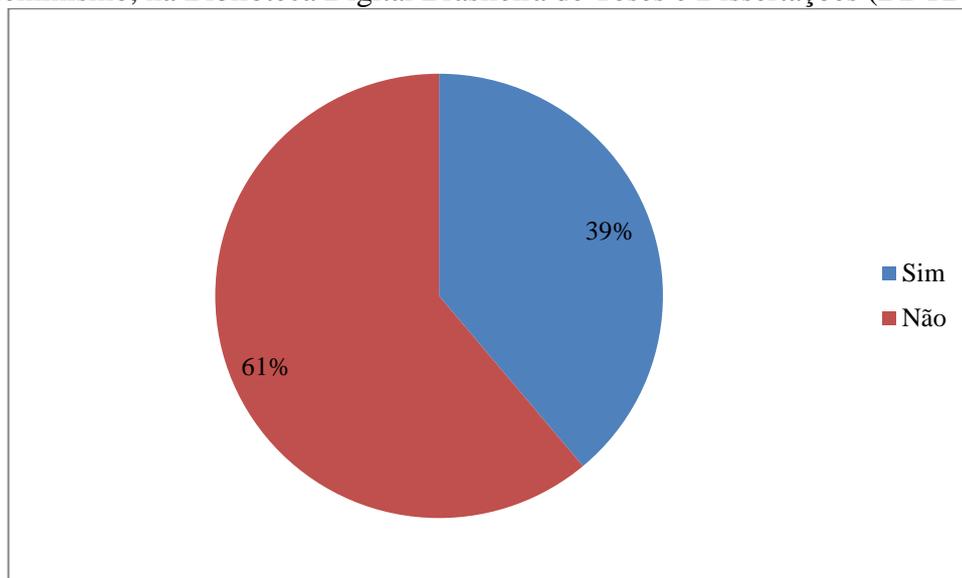
Fonte: Elaboração própria.

A Etnografia (39%) aparece como o método de pesquisa usado com maior frequência, foram 07 trabalhos que utilizaram o procedimento; a Etnografia *online*/Etnografia no Ciberespaço (11%), esteve presente em 02 pesquisas. A Etnografia foi o método mais utilizado, o que demonstra que as pesquisadoras possuíram interesse em entender um grupo por meio da interação entre pesquisadora e objeto pesquisado. Foram utilizados como procedimentos por duas pesquisas cada um, respectivamente, o Estudo de Caso (11%), Análise Caso (11%) e Pesquisa de Campo (11%). Já a Pesquisa Documental (6%), Pesquisa

Ação (6%), Análise de Enquadramento (6%) tornaram-se métodos utilizados por 01 trabalho, cada um.

É foco nesse trabalho investigar como as Ciências Sociais compreendem a pesquisa em Ciberfeminismo. Porém, nem sempre a relação mulher/feminismo/mobilização feminista e TIC's/*internet* é nomeada ou compreendida como Ciberfeminismo. No gráfico 7 mensura-se o total de trabalhos (teses e dissertações) que mencionam ou não o termo/conceito Ciberfeminismo.

Gráfico 7– Quantificação das teses e dissertações que mencionam ou não a acepção Ciberfeminismo, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.



Fonte: Elaboração própria.

Do total de pesquisas (teses e dissertações), 61% – 08 dissertações e 03 teses– não se referiu ao termo Ciberfeminismo. Aqui, infere-se, no sentido de realizar uma constatação por meio dos dados e não gerar mais uma hipótese norteadora dessa pesquisa, que o fato de não abordar o termo/conceito pode ocorrer: a) por desconhecer o conceito, constituindo uma limitação de interpretação em torno do fenômeno estudado ou; b) pela opção de não usá-lo no trabalho –situação que não cabe discutir aqui.

Por ser um tema contemporâneo, o termo Ciberfeminismo pode escapar da redação, vocabulário e realização das teses e dissertações, que quando realizadas dependem também do aparato da comunidade científica local, como orientadores, disciplinas voltadas ao objeto de estudo e grupos de pesquisa sobre o tema ou relacionados com o mesmo. Cerca de 39% das pesquisas –05 dissertações e 02 teses– utilizaram a acepção Ciberfeminismo, o que mostra a associação da empiria e fenômeno estudado ao termo.

O uso dos conceitos aparece no horizonte das pesquisas como um importante esteio para circunscrever e delimitar a interpretação acerca da realidade explorada. Na Tabela 4 são apresentados os conceitos – de alguma forma ligado ao Ciberfeminismo – mais presentes nas teses e dissertações.

Tabela4– Conceitos mais frequentes nas dissertações e teses, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.

Conceitos	Frequência nas Dissertações	Frequência nas Teses	Total
Ciberfeminismo	05	02	07
Identidade	03	01	04
Comunicação	03	01	04
Ciberespaço	02	01	03
Redes Sociais	02	01	03
Ação Coletiva	02	01	03
Reconhecimento e Redistribuição	02	01	03

Fonte: Elaboração própria.

Os conceitos apresentados acima foram quantificados de acordo com a frequência que apareceram explicitados/declarados nas teses e dissertações, tornando-se fundamentais para desenvolver a base teórica das pesquisas. Em primeiro lugar aparece o conceito de Ciberfeminismo, utilizado em 07 pesquisas; posteriormente, os conceitos de Identidade e Comunicação estão presentes em 04 trabalhos, cada; os conceitos Ciberespaço, Redes Sociais, Ação Coletiva, e Reconhecimento e Distribuição aparecem, cada um, em 03 trabalhos.

Os demais conceitos empregados nas pesquisas aparecem em frequência baixa, oscilando entre uma ou duas vezes. Mesmo destacando os conceitos mais utilizados, não se pode inferir sobre a relevância desses na totalização ou maioria da produção, pois nenhum foi empregado por mais da metade das pesquisas – 18 pesquisas são investigadas aqui.

4.1.4. As principais referências especializadas que fundamentam as pesquisas

Na Tabela 5, são apresentados e quantificados os autores mais referenciados nas dissertações e teses, e suas respectivas obras. A tabela evidencia a quantificação daqueles que foram referenciados seis vezes ou mais nas pesquisas analisadas (teses e dissertações).³⁴

Tabela 5– Autores referenciados seis vezes ou mais nas 13 dissertações e 05 teses, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2020.

Autores mais referenciados	Total em Dissertações	Total em Teses	Total Geral	Obra(s) mais Referenciada³⁰
Judith Butler	10	04	14	Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.
Manuel Castells	12	01	13	Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da <i>Internet</i> .
Donna Haraway	09	03	12	Manifesto Ciborgue.
Céli Pinto	07	03	10	Uma história do feminismo no Brasil.
Michel Foucault	06	03	09	História da Sexualidade 1; Vigiar e Punir; Microfísica do Poder.
Stuart Hall	05	02	07	A Identidade Cultural na pós-modernidade.
Joan Scott	03	04	07	Gênero: uma categoria útil de análise histórica.
Pierre Bourdieu	05	02	07	A Dominação Masculina.
Sônia Alvarez	04	03	07	Feminismos Latinoamericanos; Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista.
Heleieth Saffioti	05	01	06	Gênero, patriarcado, violência; A mulher na sociedade de classes: mito e realidade; Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.
Nancy Fraser	03	03	06	Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”; Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação.
Pierre Lévy	06	00	06	Cibercultura.

Fonte: Elaboração própria.

³⁴ As obras referenciadas que foram quantificadas na tabela 14, são apresentadas sob duas ou mais referências quando houve empate na contagem das obras das bibliografias coletadas.

Os autores e as autoras extraídas da seção de referências bibliográficas das teses e dissertações, como mais citados, expressam o predomínio desses como suporte teórico para o desenvolvimento das pesquisas.

Então, a partir dos dados coletados e expostos na Tabela 5, infere-se, sobre os três primeiros autores, que: a) que a obra ‘Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade’, de Judith Butler, ocupa posição de destaque. Essa obra problematiza a questão da identidade, um ponto central do feminismo; b) Manuel Castells, ocupa segundo lugar, e seu aparecimento na lista dos autores mais referenciados, auxilia, uma parte considerável das pesquisas (13 trabalhos) a interpretar o entrelaçamento da comunicação, *internet*, sites de redes sociais, movimentações políticas dos movimentos sociais e sociedade civil, ações coletivas e poder. Sua obra ‘Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da *Internet*’ foi uma das mais citadas, e é uma interpretação dos movimentos sociais contemporâneos que tiveram ascensão por meio dos sites de redes sociais e *internet*, a exemplo dos casos *Occupy Wall Street* (2011) e Primavera Árabe (2010-2012) investigados no livro; e c) o ‘Manifesto Ciborgue’, de Donna Haraway, aparece em terceira colocação. É uma das principais obras do Ciberfeminismo, pois investiga a condição da mulher e feminismo diante do ciberespaço. Proporcionou também condições teóricas e práticas para a formulação do termo, e sua respectiva aplicabilidade, como foi analisado no terceiro capítulo dessa dissertação.

4.2. O Ciberfeminismo nos periódicos de estrato superior das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política)

As revistas de estrato superior são responsáveis por divulgar as questões discutidas e refletidas pelo campo científico. Por isso, elas se tornam um importante instrumento para avaliar a configuração e recepção do Ciberfeminismo no campo das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política).

Aqui, se abordam as revistas das áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, no quadriênio 2013-2016. Os periódicos examinados de Sociologia, referem-se ao *qualis* A1, A2 e B1; na Antropologia, *qualis* A1, A2, B1 e B2; na Ciência Política, *qualis* A1, A2, B1 e B2. Esse recorte em relação ao *Qualis* foi adotado pelo fato desse representar um procedimento de avaliação em relação à produção intelectual, além disso cada área de avaliação tem liberdade para conceder as notas, seguindo seus próprios critérios e métodos.

Para melhor extração das informações, relata-se abaixo apenas os nomes das revistas, e os respectivos dados sobre os autores, em que foram encontrados artigos científicos referentes ao Ciberfeminismo. A análise dos dados será feita no capítulo final, concomitante às teses e dissertações.

Foram encontrados 104 artigos nas revistas das áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Porém, nas publicações investigadas houve o registro de repetições de revistas e, conseqüentemente, de artigos de uma área para outra. Então, uma revista com ‘x’ artigos sobre Ciberfeminismo aparece na Sociologia e na Antropologia, por exemplo. Isso impacta no cálculo final, quando somado ao número de artigos das três áreas analisadas. Na realidade, quando se trata de número absoluto de artigos sobre Ciberfeminismo, a quantidade é menor. Ao longo do capítulo as repetições serão destacadas.

Na Tabela 6 apresentamos a quantificação inicial dos artigos encontrados.

Tabela 6– Artigos sobre Ciberfeminismo encontrados nos sites de periódicos de estrato superior, 2021.

<i>Qualis</i>	Sociologia	Antropologia	Ciência Política
A1	16	20	0
A2	09	01	15
B1	13	06	12
B2	-	08	04
Total	38	35	31

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se, na Tabela 6, que a Sociologia acumula mais publicações sobre Ciberfeminismo. Esse é um indicativo que se aproxima da situação apresentada nas teses e dissertações. Assim, pode-se inferir que no campo das Ciências Sociais, nas teses, dissertações e artigos, há o predomínio de um olhar sociológico para as questões que tangem o Ciberfeminismo e os temas correlatos.

Nas revistas de estrato superior, a Antropologia fica em segundo lugar nas publicações, com 35 artigos publicados; enquanto a Ciência Política fica em terceira colocação, com 31 artigos sobre Ciberfeminismo e temas correlatos. Chama atenção que nenhum periódico qualificado com *Qualis* A1 na área de Ciência Política publicou artigo sobre a temática. O que indica que nas publicações, com a mais alta nota e avaliação positiva da academia na área de Ciência Política, ainda não há penetração de pesquisas sobre as questões que permeiam a temática do Ciberfeminismo ou que relacionam feminismos e TIC's.

Tabela 7– Quantidade de revistas de estrato superior com artigos sobre Ciberfeminismo, de acordo com buscas nos sites dos periódicos, 2021.

<i>Qualis</i>	Total Periódicos Sociologia pesquisados	Periódicos Sociologia/ com artigos sobre Ciberfeminismo	Total Periódicos Antropologia pesquisados	Periódicos Antropologia/ com artigos sobre Ciberfeminismo	Total Periódicos Ciência Política pesquisados	Periódicos Ciência Política/ com artigos sobre Ciberfeminismo
A1	19	05	15	02	11	0
A2	29	02	21	01	19	04
B1	61	10	45	06	45	04
B2	-	-	63	08	61	04
Total	109	17	144	17	136	12

Fonte: Elaboração própria.

A quantificação das revistas acima traz aspectos interessantes, como o empate da quantidade de revistas, nas áreas de Sociologia e Antropologia, que publicaram sobre Ciberfeminismo. Mesmo não sendo analisados os periódicos de Sociologia com *Qualis* B2, houve um empate em relação às revistas de Antropologia, coletadas.

Se descolando de questões maniqueístas em relação à comunidade científica e o Ciberfeminismo, e resguardada a observação que o índice de artigos da Sociologia é maior que da Antropologia, pode-se supor que ambas as áreas – Antropologia e Sociologia – possuem uma igual preocupação com o tema do Ciberfeminismo. O que, talvez, aponte uma inquietação no campo acadêmico da Antropologia e Sociologia em relação ao tema, que ainda não goza de grande visibilidade, dado o quantitativo de publicações.

Analisando o quantitativo de periódicos, percebe-se que o volume de artigos que abordam o Ciberfeminismo é reduzido, se comparado ao número total de revistas investigadas. No segmento da Sociologia, no total, foram 109 revistas examinadas. Destas, apenas 17 revistas que continham artigos sobre Ciberfeminismo; na Antropologia, 144 revistas foram pesquisadas, sendo encontrado artigos sobre o tema em apenas 17 periódicos; na Ciência Política, 136 revistas foram contabilizadas, e só 12 revistas foram catalogadas com artigos versando sobre Ciberfeminismo.

Tabela 8– Periódicos de estrato superior, nas áreas das Ciências Sociais, com artigos sobre Ciberfeminismo, de acordo com buscas nos sites dos periódicos, 2021.

Periódicos de estrato superior com artigos sobre Ciberfeminismo	Quantidade de artigos encontrados em cada periódico
1.Sociedade e Estado (UNB)	01
2. Ciências Sociais Unisinos	01
3. Brazilian Journalism Research	03
4. Contexto Internacional	01
5. Estudos da Sociologia	01
6. Interface Botucatu	01
7. Interseções	01
8. Revista de Ciências Sociais (UFC)	01
9. Revista de Estudo da Linguagem	01
10. Revista Katalysis	02
11. Amazonica: Revista de Antropologia	01
12. Latitude Ufal	01
13. Ponto.Urbe	01
14. Caderno Espaço Feminino	01
15. Delta. Documentação de estudos em linguística teórica e aplicada	01
16. Interfaces Brasil/Canadá	01
17. Revista Artémis	01
18. Educar em Revista	01
19. Reciis	01
20. Caderno CRH	01
21. Caderno Pagu	12
22. Educação & Sociedade	01
23. Estudos Feministas	08
24. Intercom (São Paulo)	01
25. Civitas	01
26. Mediações Revista de Ciências Sociais	01
Total	47

Fonte: Elaboração própria.

Observamos que há 47 artigos no campo das Ciências Sociais que tratam sobre o Ciberfeminismo. O baixo número de artigos, contraposto ao total de revistas pesquisadas, 389 revistas, evidencia a pouca recepção do tema no campo ou a falta de dinâmica da produção científica sobre Ciberfeminismo.

4.2.1 Perfil dos pesquisadores?

Quadro 12 foi produzido com a finalidade de identificar os artigos e suas revistas, ligando-os às três áreas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), para apresentar um panorama sobre a produção acadêmica de acordo com a área.

Quadro 12 – Identificação dos periódicos, com respectivos artigos, qualis e área, segundo informações coletadas na Plataforma Sucupira e sites dos periódicos, 2021.

Revista	Área	Qualis	Temas artigos
Caderno CRH	Sociologia	A1	Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres
Cadernos Pagu	Sociologia	A1	Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial
Cadernos Pagu	Sociologia	A1	Des-construindo gênero em ciência e tecnologia
Cadernos Pagu	Sociologia	A1	Tecnologia e vida doméstica nos lares
Cadernos Pagu	Sociologia	A1	Informática: domínio masculino?
Cadernos Pagu	Sociologia	A1	Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero
Cadernos Pagu	Sociologia	A1	Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna
Cadernos Pagu	Sociologia	A1	Percursos Digitais: Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo
Cadernos Pagu	Sociologia	A1	Desafios da Interseccionalidade em Gênero, Ciência e Tecnologia
Cadernos Pagu	Sociologia	A1	Feminismos em movimento no ciberespaço
Cadernos Pagu	Sociologia	A1	Códigos corporales y tecnológicos los feminismos como prácticas hacker
Cadernos Pagu	Sociologia	A1	Ciberfeminismos contemporâneos, entre usos y apropiaciones
Cadernos Pagu	Sociologia	A1	Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker
Civitas - Revista de Ciências Sociais	Sociologia	A1	Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças: o caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro

Educação & Sociedade	Sociologia	A1	Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos
Sociedade e Estado (UNB)	Sociologia	A1	Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil
Ciências Sociais Unisinos	Sociologia	A2	As abordagens sobre interseccionalidade em três blogs feministas
Estudos Feministas	Sociologia	A2	Pós-feminismo
Estudos Feministas	Sociologia	A2	O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético
Estudos Feministas	Sociologia	A2	Violência na Internet contra feministas e outras ativistas chilenas
Estudos Feministas	Sociologia	A2	Comunicadoras Indígenas e Afrodescendentes Latino-Americanas: Sororidade e Identidades
Estudos Feministas	Sociologia	A2	Publicaciones Electrónicas: experiencias y desafíos en Perú,
Estudos Feministas	Sociologia	A2	#paslui: feminismos brasileiros no hexágono europeu_
Estudos Feministas	Sociologia	A2	Afetos no engajamento político das Marchas das Vadias no Brasil (2011-2017)
Estudos Feministas	Sociologia	A2	Discursividades sobre identidade, sexualidade e feminismo em redes sociais
Brazilian Journalism Research	Sociologia	B1	“primeiroassédio” na mídia e na percepção de leitoras no facebook
Brazilian Journalism Research	Sociologia	B1	ativismo digital materno e feminismo interseccional: uma análise da plataforma de mídia independente “cientista que virou mãe”
Brazilian Journalism Research	Sociologia	B1	respeita as mina! análise discursiva sobre os desdobramentos da crônica “a estagiária/o primeiro dia de trabalho de melissinha” do correio brasileiro
Contexto Internacional	Sociologia	B1	When the body speaks (to) the political: feminist activism in latin america and the quest for alternative democratic futures.
Estudos de Sociologia (UFPE)	Sociologia		Dinâmicas do feminismo contemporâneo: análise da

			B1	formação da #partida (2015-2017)
Intercom (São Paulo)	Sociologia		B1	Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede
Interface (Botucatu)	Sociologia		B1	Maternidades contemporâneas: tribos digitais e interações com as instituições de saúde
Interseções – revista de estudos interdisciplinares	Sociologia		B1	A Marcha das Vadias e seu feminismo: práticas, experiências e conflitos de uma geração de jovens feministas
Mediações – revista de Ciências Sociais	Sociologia		B1	Conectadas: experiência de subalternidade e ajuda-mútua feminina online entre mulheres de classes populares
Revista de Ciências Sociais (UFC)	Sociologia		B1	As interações entre os produtos estéticos para cabelos crespos e as mulheres negras
Revista de Estudos da Linguagem	Sociologia		B1	análise do discurso no blog radfem: ser mulher para além do
Revista Katalysis	Sociologia		B1	As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas
Revista Katalysis	Sociologia		B1	Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública.
Caderno CRH	Antropologia/ Arqueologia		A1	Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		A1	Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilegio da perspectiva parcial (
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		A1	Des-construindo gênero em ciência e tecnologia
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		A1	Tecnologia e vida doméstica nos lares
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		A1	Informática: domínio masculino?
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		A1	Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		A1	Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		A1	Percurso Digitais: Feminismos web: linhas de ação e maneiras de

		A1	atuação no debate feminista contemporâneo
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Desafios da Interseccionalidade em Gênero, Ciência e Tecnologia
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Feminismos em movimento no ciberespaço
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Códigos corporales y tecnológicos los feminismos como prácticas hacker
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Ciberfeminismos contemporâneos, entre usos y apropiaciones
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker
		A1	
Caderno CRH	Antropologia/ Arqueologia		Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Des-construindo gênero em ciência e tecnologia
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Tecnologia e vida doméstica nos lares
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Informática: domínio masculino? Clevi Elena Rapkiewicz
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Percursos Digitais: Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Desafios da Interseccionalidade em Gênero, Ciência e Tecnologia
		A1	
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia		Feminismos em movimento no ciberespaço (Fabiana Martinez)
		A1	
			Códigos corporales y tecnológicos

Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	los feminismos como prácticas
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Ciberfeminismos contemporáneos, entre usos y apropiaciones
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Des-construindo gênero em ciência e tecnologia
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Tecnologia e vida doméstica nos lares
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Informática: domínio masculino?
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Percursos Digitais: Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Desafios da Interseccionalidade em Gênero, Ciência e Tecnologia
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Feminismos em movimento no ciberespaço
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Códigos corporales y tecnológicos los feminismos como prácticas hacker
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Ciberfeminismos contemporáneos, entre usos y apropiaciones
Cadernos Pagu	Antropologia/ Arqueologia	A1	Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker
Estudos Feministas	Antropologia/ Arqueologia	A1	Pós-feminismo
			O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no

Estudos Feministas	Antropologia/ Arqueologia	A1	Chiapas cibernético
Estudos Feministas	Antropologia/ Arqueologia	A1	Violência na Internet contra feministas e outras ativistas chilenas
Estudos Feministas	Antropologia/ Arqueologia	A1	Comunicadoras Indígenas e Afrodescendentes Latino-Americanas: Sororidade e Identidades
Estudos Feministas	Antropologia/ Arqueologia	A1	Publicaciones Electrónicas: experiencias y desafíos en Perú
Estudos Feministas	Antropologia/ Arqueologia	A1	#paslui: feminismos brasileiros no hexágono europeu
Estudos Feministas	Antropologia/ Arqueologia	A1	Afetos no engajamento político das Marchas das Vadias no Brasil (2011-2017)
Estudos Feministas	Antropologia/ Arqueologia	A1	Discursividades sobre identidade, sexualidade e feminismo em redes sociais
Caderno CRH	Antropologia/ Arqueologia	A2	Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres contando os danos: análise de um grupo de acolhimento feminista online e a construção social do corpo feminino
Amazônica: Revista de Antropologia	Antropologia/ Arqueologia	B1	Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças: o caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro
Civitas – Revista de Ciências Sociais	Antropologia/ Arqueologia	B1	Faça você mesma!: #Riot Grrrl e as estratégias de Femvertising no Instagram; Gabriela Gelain; Luiza Bittencourt; Vol. 12, n.2, 2018
Latitude (Ufal)	Antropologia/ Arqueologia	B1	Conectadas: experiência de subalternidade e ajuda-mútua feminina online entre mulheres de classes populares
Mediações – Revista de Ciências Sociais	Antropologia/ Arqueologia	B1	#meuprimeiroassédio: considerações sobre violência, gênero, feminismos e mídias
Ponto.Urbe (usp)	Antropologia/ Arqueologia	B1	Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil
Sociedade e Estado (UNB)	Antropologia/ Arqueologia	B1	Movimento feminista e ativismo digital: as repressões online e offline a partir do uso das plataformas digitais pelo movimento
Caderno Espaço Feminino	Antropologia/ Arqueologia	B2	(Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook:
Delta. Documentação de estudos em linguística	Antropologia/ Arqueologia	B2	

teórica e aplicada			contribuições das epistemologias pós-feminista e queer;
Educação & Sociedade	Antropologia/ Arqueologia	B2	Movimentos feminista, negro e lgbti no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos
Intercom (São Paulo)	Antropologia/ Arqueologia	B2	Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede
Interface (Botucatu)	Antropologia/ Arqueologia	B2	Maternidades contemporâneas: tribos digitais e interações com as instituições de saúde
InterfacesBrasil-Canadá	Antropologia/ Arqueologia	B2	O ativismo digital da Justiça Social das Mulheres Afro-Brasileiras youtubers
Revista Ártemis	Antropologia/ Arqueologia	B2	Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil
Revista de Ciências Sociais (UFC)	Antropologia/ Arqueologia	B2	As interações entre os produtos estéticos para cabelos crespos e as mulheres negras
Caderno CRH	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres
Cadernos Pagu	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial
Cadernos Pagu	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Des-construindo gênero em ciência e tecnologia
Cadernos Pagu	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Tecnologia e vida doméstica nos lares
Cadernos Pagu	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Informática: domínio masculino?
Cadernos Pagu	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero
Cadernos Pagu	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna
Cadernos Pagu	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Percursos Digitais: Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo
Cadernos Pagu	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Desafios da Interseccionalidade em Gênero, Ciência e Tecnologia
Cadernos Pagu	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Feminismos em movimento no ciberespaço
Cadernos Pagu	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker

Cadernos Pagu	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Códigos corporales y tecnológicos los feminismos como prácticas hacker
Cadernos Pagu	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Ciberfeminismos contemporáneos, entre usos y apropiaciones
Contexto Internacional	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	When the body speaks (to) the political: feminist activism in latin america and the quest for alternative democratic futures
Educação & Sociedade	Ciência Política e Relações Internacionais	A2	Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos
Educar em revista	Ciência Política e Relações Internacionais	B1	Ciberfeminismo e multiletramentos obrigados na cibercultura.
Estudos Feministas	Ciência Política e Relações Internacionais	B1	Pós-feminismo_Autora: Ana Gabriela Macedo_v. 14 n. 3 (2006)
Estudos Feministas	Ciência Política e Relações Internacionais	B1	O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético
Estudos Feministas	Ciência Política e Relações Internacionais	B1	Violência na Internet contra feministas e outras ativistas chilenas
Estudos Feministas	Ciência Política e Relações Internacionais	B1	Comunicadoras Indígenas e Afrodescendentes Latino-Americanas: Sororidade e Identidades
Estudos Feministas	Ciência Política e Relações Internacionais	B1	Publicaciones Electrónicas: experiencias y desafíos en Perú
Estudos Feministas	Ciência Política e Relações Internacionais	B1	#paslui: feminismos brasileiros no hexágono europeu
Estudos Feministas	Ciência Política e Relações Internacionais	B1	Afetos no engajamento político das Marchas das Vadias no Brasil (2011-2017)
Estudos Feministas	Ciência Política e Relações Internacionais	B1	Discursividades sobre identidade, sexualidade e feminismo em redes sociais
Intercom (São Paulo)	Ciência Política e Relações Internacionais	B1	Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede.
Revista Katalysis	Ciência Política e Relações Internacionais	B1	as lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas
Revista Katalysis	Ciência Política e Relações Internacionais	B1	Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública.
Civitas – revista de ciências sociais	Ciência Política e Relações Internacionais	B2	Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças:

Interseções – revista de estudos interdisciplinares	Ciência Política e Relações Internacionais	B2	o caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro A Marcha das Vadias e seu feminismo: práticas, experiências e conflitos de uma geração de jovens feministas
Mediações – revista de Ciências Sociais	Ciência Política e Relações Internacionais	B2	Conectadas: experiência de subalternidade e ajuda-mútua feminina online entre mulheres de classes populares
Reciis-revista eletrônica de com. informação & inovação em saúde	Ciência Política e Relações Internacionais	B2	A (in)visibilidade da mulher negra youtuber

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 12 possui caráter organizativo, e serve apenas para apresentar ao leitor a produção acadêmica conforme cada área das Ciências Sociais, os respectivos *Qualis* e artigos catalogados. A tabela também chama atenção pela quantidade de periódicos elencados, mas que ao ter as repetições retiradas diminuem consideravelmente, o que pode ser (talvez) uma potencial indicação sobre a posição do Ciberfeminismo no campo acadêmico das Ciências Sociais e sua agenda de pesquisa.

O Quadro 13 foi elaborado com a identificação das autoras e autores, e as respectivas nacionalidades.

Quadro 13 – Identificação dos autores dos artigos encontrados nos periódicos, e as respectivas nacionalidades, na Plataforma *Lattes* e *sites*, 2021.

Título artigo	Autor (a)	Nacionalidade
1. Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres	MASSON, Dominique	Canadense
2. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial	HARAWAY, Donna	Norte americana
3. Des-construindo gênero em ciência e tecnologia	SILVA, Elisabeth Bortolaia	Brasileira
4. Tecnologia e vida domésticas	SILVA, Elisabeth Bortolaia	Brasileira
5. Informática: domínio masculino?	RAPKIEWICZ, Clevis Elena	Brasileira
6. Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero	WAJCMAN, Judy	Australiana

7. Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna	TOSI, Lucía	Argentina
8. Percursos Digitais: Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo	FERREIRA, Carolina Branco de Castro	Brasileira
9. Desafios da Interseccionalidade em Gênero, Ciência e Tecnologia	COSTA, Maria Conceição da; FELTRIN, Rebeca Buzzo	Brasileira Brasileira
10. Feminismos em movimento no ciberespaço	MARTINEZ, Fabiana	Brasileira
11. Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker.	NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira	Argentina Brasileira
12. Códigos corporales y tecnológicos los feminismos como prácticas hacker	POZO, Lola Martínez	Espanhola
13. Ciberfeminismos contemporâneos, entre usos y apropiaciones	NATANSOHN, Graciela; PAZ, Mônica	Argentina Brasileira
14. When the body speaks (to) the political: feminist activism in latin america and the quest for alternative democratic futures.	SOUZA, Natália Maria Félix de.	Brasileira
15. Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças: o caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro	RIBEIRO, Letícia; O'DWYER, Brena; HEILBORN; Maria Luiza	Brasileira Brasileira Brasileira
16. Movimentos feminista, negro e lgbt no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos	FACCHINI; Regina; CARMO; Íris Nery do; LIMA; Stephanie Pereira	Brasileira Brasileira Brasileira
17. Pós-feminismo	MACEDO, Gabriela	Portuguesa
18. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético	ABDEL-MONEIM, Sarah Grussing	Norte americana
19. Violência na Internet contra feministas e outras ativistas chilenas,	SOTO; Cecilia Ananías; SÁNCHEZ; Karen Vergara	Chilena Chilena
20. Comunicadoras Indígenas e Afrodescendentes Latino-Americanas: Sororidade e Identidades	CARVALHO, Lizia de Oliveira; RODRIGUEZ, Nidia Bustillos	Brasileira Boliviana
21. Publicaciones Electrónicas: experiencias y desafíos en Perú	MOGOLLÓN, Maria Esther	Peruana

22.#PASLUI:feminismos brasileiros no hexágono	PELÚCIO, Larissa Maués;	Brasileira
	PAZ, Diego;	Brasileiro
23.Afetos no engajamento político das Marchas das Vadias no Brasil	GUZZO, Morgani;	Brasileira
	WOLFF, Cristina Scheibe	Brasileira
24.Discursividades sobre identidade, sexualidade e feminismo em redes sociais	REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi;	Brasileira
	MACHADO, Paulo Henrique;	Brasileiro
	ROHLING, Nívea	Brasileira
25.“PRIMEIRO ASSÉDIO” na mídia e na percepção de leitoras no facebook	BONFIM, Cristiane Guilherme;	Brasileira
	NUNES, Márcia Vidal	Brasileira
26. Ativismo digital materno e feminismo interseccional:uma análise da plataforma de mídia independente “cientista que virou mãe”	MEDRADO, Andrea Meyer;	Brasileira
	MULLER, Ana Paula	Brasileira
27. Respeita as mina! Análise discursiva sobre os desdobramentos da crônica “a estagiária/o primeiro dia de trabalho de Melissinha” do Correio Braziliense	GUAZINA, Liziane Soares;	Brasileira
	MOURA, Dione Oliveira;	Brasileira
	CALAZANS, Fabíola Orlando;	Brasileira
	MARTINELLI, Fernanda;	Brasileira
	MACHADO, Liliane	Brasileira
28. Dinâmicas do feminismo contemporâneo: análise da formação da #partida (2015-2017)	SCAPINI, Gabriela Luiz;	Brasileira
	RITA, Mayara Bacelar;	Brasileira
	RIBEIRO, Maria Florência Guarche;	Brasileira
29. Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede	LEAL, Tatiane	Brasileira
30.Maternidades contemporâneas: tribos digitais e interações com as instituições de saúde.	MUNOZ-ZAPATA, Doris Elena;	Colombiana
	MARIN-OCHOA, Beatriz Elena;	Colombiana
	ARIZA-SOSA, Gladys Rocío	Colombiana

31. A Marcha das Vadias e seu feminismo: práticas, experiências e conflitos de uma geração de jovens feministas	VARGAS, Janaína; BRITES, Jurema	Brasileira Brasileira
32. Conectadas: experiência de subalternidade e ajuda-mútua feminina online entre mulheres de classes populares	FACIOLI, Lara Rodrigues; MISKOLCI, Richard	Brasileira Brasileiro
33. As interações entre os produtos estéticos para cabelos crespos e as mulheres negras:	ROCCO, Aline Tusset de	Brasileira
34. Análise do discurso no blog radfem: ser mulher para além do corpo	TILIO, Rafael de; DEL NERO, Paola Marques	Brasileiro Brasileira
35. As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas	CASTRO, Priscila Rodrigues de	Brasileira
36. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública.	SILVA, Maria Clara Ramos da Fonseca; GUEDES, Cristiano.	Brasileira Brasileiro
37. A (in)visibilidade da mulher negra youtuber	VIANA, Gessica de Castro Silva; CARRERA, Fernanda Ariane Silva	Brasileira Brasileira
38. Ciberfeminismo e multiletramentos obrigados na cibercultura	FERNANDES, Terezinha SANTOS, Edméa	Brasileira Brasileira
39. Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil	FERREIRA, Gleidiane de S.	Brasileira
40. O ativismo digital da Justiça Social das Mulheres Afro-Brasileiras youtubers	MITCHELL-WALTHOUR, Gladys	Norte americana
41. Movimento feminista e ativismo digital: as repressões online e offline a partir do uso das plataformas digitais pelo movimento	MENDONÇA, Fernanda; LANGNER, Ariane; ZULIANI, Cibeli	Brasileira Brasileira Brasileira
42. (Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook: contribuições das epistemologias pós-feminista e queer	BIONDO, Fabiana Poças; SIGNORINI, Inês	Brasileira Brasileira
43. #MEUPRIMEIROASSÉDIO: considerações sobre violência, gênero, feminismos e mídias	BAUMGARTEN, Nicole Cristine	Brasileira
44. Faça você mesma!: #Riot Grrrl e as estratégias de Femvertising no Instagram	GELAIN, Gabriela; BITTENCOURT, Luiza	Brasileira Brasileira

45. contando os danos: análise de um grupo de acolhimento feminista online e a construção social do corpo feminino	BASTOS, Cibelle Canto	Brasileira
46. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil	GOMES, Carla; SORJ, Bila	Brasileira Nacionalidade não identificada
47. As abordagens sobre interseccionalidade em três blogs feministas	LIMA, Dulcilei da Conceição; PINEZI, Ana Keila Mosca	Brasileira Brasileira

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 13, foi encontrada entre as autoras, a pesquisadora Lara Rodrigues Facioli, responsável pela tese “Mídias digitais e horizontes de aspiração: um estudo sobre a comunicação em rede entre mulheres das classes populares brasileiras”, que foi relatada na seção em que houve investigação das teses e dissertações.

Se observa também que há duas autoras com mais de um artigo nos periódicos relatados. São elas: Elisabeth Bortolaia e Graciela Natansohn. Ao afunilar sobre a produção acadêmica, percebeu-se que cerca de 21 autores possuem publicações sobre Ciberfeminismo em periódicos ou em livros, segundo informações verificadas na Plataforma *Lattes* ou sites acadêmicos (sites acadêmicos foram buscados para averiguar a produção de pesquisadores estrangeiros).

Cerca de 06 pesquisadores publicaram, em revista de estrato superior, mais de duas vezes sobre Ciberfeminismo. Destaca-se aqui os nomes de Donna Haraway, uma das principais intelectuais sobre Ciberfeminismo, com 06 artigos publicados sobre o tema; Judy Wajcman, teórica do tecnofeminismo, com 07 artigos; Dulcilei da Conceição Lima, com 05 artigos publicados; e Graciela Natansohn, pesquisadora sobre Ciberfeminismo, do campo da comunicação, que possui 13 artigos realizados. Pelo volume de sua produção (e por ser citada inúmeras vezes nas referências bibliográficas), Graciela goza de determinada visibilidade acadêmica no campo das Ciências Sociais quando o assunto é Ciberfeminismo.

Contabilizados com 01 publicação cada, foram relatados 15 pesquisadores que publicaram em revistas de estrato superior. Assim, dos 80 autores elencados no Quadro 13, apenas 21 tem mais de uma publicação, em periódicos de estrato superior, sobre o Ciberfeminismo - representando apenas 26,25% dos autores. Nesse sentido, importa ressaltar que as contribuições acadêmicas dos pesquisadores, através das publicações em revistas e

livros, expressa, no contexto do Ciberfeminismo, no campo das Ciências Sociais, uma pretensão dos mesmos em disputar e reivindicar capital específico (BOURDIEU, 2008).

Diante disso, pode-se inferir, preliminarmente, que, talvez, Elisabeth e Graciela se destacam no campo das Ciências Sociais, em termos de acumulação de capital simbólico no campo, pois figuram como autoras que possuem mais de um artigo/pesquisa publicados em revistas das Ciências Sociais com *Qualis A1*.

Dessa forma, foram contabilizados 47 artigos realizados por cerca de 80 pesquisadoras e pesquisadores, cerca de 75 mulheres e 05 homens. Ao contrário do que ocorre nas teses e dissertações aqui analisadas, nos artigos pode-se ver a presença masculina, indicando que no campo acadêmico das Ciências Sociais, no âmbito dos periódicos, há o interesse masculino em pesquisa sobre Ciberfeminismo. Esse é um aspecto importante que envolve as questões de gênero, e pode demonstrar, numa perspectiva bourdieusiana, que os homens no campo acadêmico, mesmo em menor quantidade, podem se interessar pelas questões de gênero.

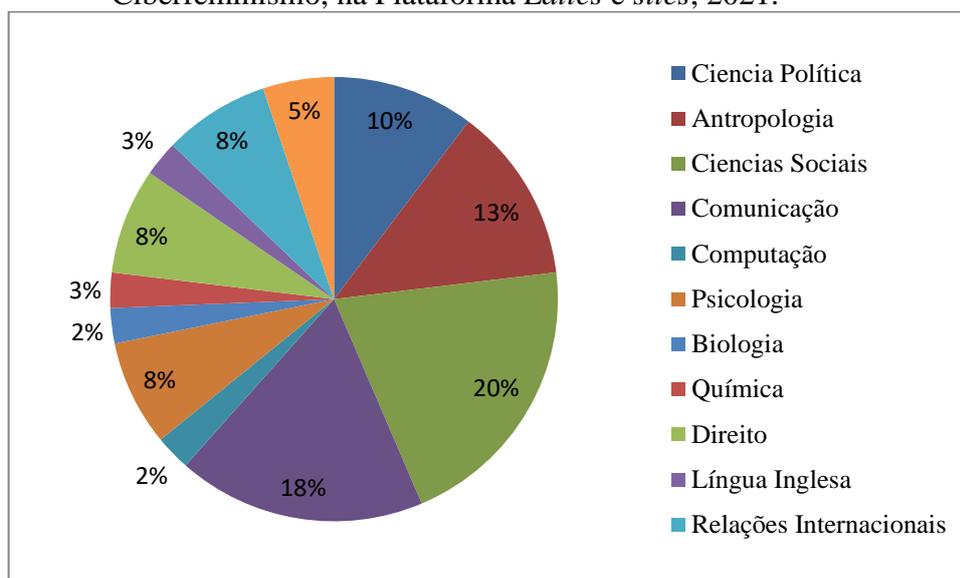
Em relação aos homens que escrevem sobre Ciberfeminismo, pode-se pensar que isso se deve primeiro, às questões de gênero pertinentes ao tema, e em segundo, avaliar como sendo um movimento masculino em direção as pesquisas que envolvem feminismo. Embora o campo acadêmico tenha traços de dominação masculina, como destacou Bourdieu (2012), o fato de homens começarem a produzir sobre questões ligadas ao feminismo pode ser um indício da quebra (ou não) desse paradigma; aspecto que será discutido no capítulo posterior.

Como esperado, na composição dos periódicos, encontrou-se uma miríade de nacionalidade dos autores. Diferente do observado nas teses e dissertações que apresentaram pesquisadores 100% brasileiros. Foram 63 pesquisadores brasileiros; 03 colombianos; 03 norte americanos; 02 argentinas; 02 chilenas; 01 canadense; 01 espanhola; 01 portuguesa; 01 boliviana; 01 peruana; 01 australiana; 01 com nacionalidade não identificada.

As composição das diferentes nacionalidades demonstram que o tema do Ciberfeminismo extrapola as fronteiras nacionais. Esse fato contribui para a legitimação e reconhecimento do tema no campo científico das Ciências Sociais, tanto nacional, quanto estrangeiro, aumentando o capital simbólico e, conseqüentemente, ampliando os horizontes da disputa entre os agentes para concessão de capital específico.

O Gráfico 8 destaca as áreas de atuação das autoras e autores dos artigos encontrados nos periódicos qualificados em estratos superiores nas Ciências Sociais.

Gráfico 8 – Identificação da área de atuação dos autores de artigos sobre Ciberfeminismo, na Plataforma *Lattes* e *sites*, 2021.

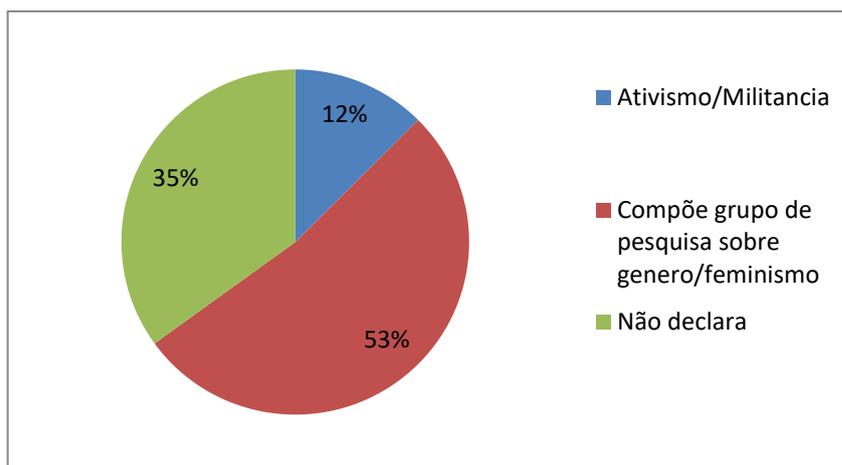


Fonte: Elaboração própria.

É possível perceber, por meio do Gráfico 8, que ainda há o predomínio das áreas das Ciências Sociais (Sociologia, Ciência Política e Antropologia) como áreas de atuação dos autores e autoras, assim como se destaca a importância da área de Comunicação, que tem incorporado muitos autores. Chama atenção, nessa seção da pesquisa, a diversidade de área, incluindo-se, dessa vez, a computação, química e biologia, que fogem das ciências humanas e ciências sociais aplicadas. O que demonstra que o interesse pelo Ciberfeminismo assume um caráter interdisciplinar nos periódicos.

Inclusive Donna Haraway, uma das principais teóricas sobre o Ciberfeminismo, incluída na lista dos artigos contabilizados nos periódicos, é da área da Biologia. Refletir sobre as áreas de atuação acima corresponde ligá-las ao capital científico dos autores. Afinal, “o capital científico é uma espécie particular de capital simbólico [...]” (BOURDIEU, 2008, p. 53), que irá servir como elemento de disputa no interior do campo.

Gráfico 9 - Identificação de declarações de experiência com o feminismo e/ou gênero dos autores dos artigos extraídos dos periódicos, de acordo com dados disponíveis na Plataforma *Lattes* ou *sites*, 2021.



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que os autores costumam ter um contato maior com as questões de gênero por meio de grupo de pesquisa (53%), o que pode, talvez, se alinhar a *posteriori* em uma produção sobre Ciberfeminismo advinda desses grupos; apenas 12% relataram experiência com a militância ou ativismo político; e 35% não declarou experiência.

4.2.2 Os espaços de produção das pesquisas

No Quadro 14 é apresentada a regionalidade das revistas de estrato superior.

Quadro 14 – Regionalização dos periódicos de estrato superior, segundo informações contidas nos *sites* das revistas, 2021.

Revista	Região	Ano de fundação	Programa de pós-graduação/Instituição
Caderno CRH	nordeste	1969	UFBA
Cadernos Pagu	sudeste	1993	Sistema Cocen (coordenadoria de centros e núcleos)-Unicamp
Educação & Sociedade	sudeste	1978	Centro de estudos educação e sociedade (CEDES)
Civitas - revista de Ciências Sociais	sul	2001	Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-RS
Sociedade e Estado (UNB)	centro oeste	1986	Instituto de Ciências Sociais (UNB)
Ciências Sociais- Unisinos	sul	2001	Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos-RS
Estudos Feministas	sul	1992	Centro de filosofia e ciências humanas e pelo centro de comunicação e expressão da UFSC-SC

Brazilian Journalism Research	sudeste	2005	Associação brasileira de pesquisadores em jornalismo (SBPJor / DF)
Contexto Internacional	sudeste	1985	Relações Internacionais da PUC-RJ
Estudos de Sociologia (UFPE)	nordeste	1995	Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco
Intercom (São Paulo)	sudeste	1978	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)
Interface (Botucatu)	sudeste	1997	Laboratório de comunicação e educação em saúde - departamento de saúde pública da faculdade de medicina de Botucatu-Unesp
Interseções - revista de estudos interdisciplinares	sudeste	1999	Programa de pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ)
Mediações - Revista de Ciências Sociais	sul	1996	Departamento do programa de pós-graduação sociologia - UEL (Universidade estadual de londrina)
Revista de Ciências Sociais (UFC)	nordeste	1970	Departamento de ciências sociais e filosofia UFC
Revista de ;Estudos da Linguagem	sudeste	1992	programa de pós-graduação em lingüistas na universidade federal de minas gerais
Revista Katalysis	sul	1997	Programa de pós-graduação em serviço social e pelo curso de graduação em serviço social da universidade federal de santa catarina
Amazônica: revista de antropologia (online)	norte	não informa data específica	Revista de aAntropologia da universidade federal do Pará
Latitude (Ufal)	nordeste	2007	programa de pós-graduação em sociologia do instituto de ciências sociais da universidade federal de alagoas (PPGS/ics/ufal)
Ponto.Urbe (USP)	sudeste	2007	Laboratório do núcleo de antropologia urbana (labnau-USP) e vinculado ao departamento de Antropologia da Universidade de ;São ;Paulo
Caderno Espaço Feminino	sudeste	1994	Neguem (núcleo de estudos de gênero) da Universidade Federal de Uberlândia
Delta - documentação de estudos em linguística teórica e aplicada	sudeste	1985	PUC-SP
Interfaces Brasil Canadá	sul	1991	Associação Brasileira de Estudos Canadenses (Abecan)
Revista Ártemis	nordeste	2004	Universidade federal da paraíba - UFPB
Educar em Revista	sul	1977	Setor de educação da Universidade Federal do Paraná

RECIIS- eletrônica de informação & inovação em saúde	revista de com. & sudeste	2007	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), da fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
---	------------------------------------	------	---

Fonte: Elaboração própria.

As revistas destacadas no Quadro 14, representam o quantitativo total do resultado de periódicos que publicaram artigos sobre Ciberfeminismo. No decorrer da pesquisa observou-se que diversos sites de periódicos anunciavam em sua apresentação a transição da revista da forma impressa para o modo totalmente *online*, virtual.

Mesmo com informações disponíveis na *internet*, o que facilita o acesso e circulação do conhecimento, percebe-se que concomitante a expansão do conhecimento não há uma mitigação das disparidades regionais acadêmicas, que encontram-se na localização da sede institucional da revista. Em uma rápida observação do Quadro 14, se percebe que a maior parte das revistas estão localizadas no sudeste brasileiro.

Entender os periódicos de estrato superior como capital cultural objetivado (BOURDIEU, 2008), é importante para compreender que seu conteúdo expressa o exercício da objetividade científica, que exprime abertamente a disputa no campo acadêmico por capital científico. “O capital científico é uma espécie particular de capital simbólico, capital fundado no conhecimento e reconhecimento” (BOURDIEU, 2001, p. 53).

Partindo de uma avaliação bourdieusiana, os periódicos de estrato superior são um importante espaço de distinção, sendo uma importante instância de reconhecimento na competição entre os agentes/ pesquisadores no campo científico, pois concedem capital simbólico, o que poderá oportunizar a conquista de capital específico através dos agentes dominantes do campo, implicando em prestígio, notoriedade e, sobretudo, distinção.

Em relação à situação de notoriedade, pode-se destacar os periódicos que possuem *Qualis A1*. O *Qualis*, como nota de avaliação, mostra o fator de impacto (ou não) ao classificar as revistas. O *Qualis A1* é a maior classificação, e representa, além do critério da classificação de relevância da produção intelectual, pontuação maior em concursos públicos, possibilidade de financiamentos e reconhecimento de pesquisadores, composição na nota do curso de graduação a partir da investigação das publicações dos docentes e os respectivos *qualis* das revistas. Por isso, por meio dele os agentes dominantes podem conceder capital simbólico aos pretendentes ao reconhecimento do campo.

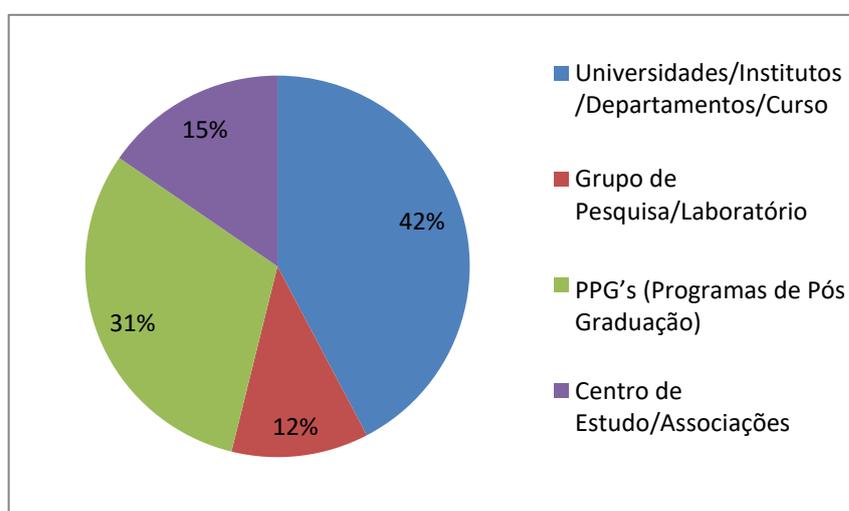
Destacam-se as seguintes revistas, que figuram no *qualis A1* da Sociologia: Caderno CRH; Cadernos Pagu; Civitas-Revista de Ciências Sociais; Educação & Sociedade; Sociedade e Estado (UNB). No *qualis A1* Antropologia: Caderno CRH; Cadernos Pagu. Os periódicos

se repetem em ambas as áreas, pois as revistas estão no espectro das Ciências Sociais. A Ciência Política não apresentou publicação de artigo em revistas no *Qualis* A1.

Assim, as revistas têm a importante função no campo científico para gerar “[...] conhecimento e reconhecimento do capital simbólico e contribuição para a constituição desse capital [...]” (BOURDIEU, 2001, p.81).

Passamos a observar as instituições ou grupos os quais estão ligados.

Gráfico 10 – Instituições ou grupos os quais os periódicos de estrato superior possuem ligação, segundo informações retiradas dos *sites* das revistas, 2021.



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 10 demonstra a quais espaços institucionais os periódicos estão ligados. Esse recorte se torna fundamental para nomear os agentes, e compreender o jogo do campo científico, pois a localização das revistas no espaço social traduzem seus diferentes objetivos.

Por exemplo, uma revista em um programa de pós-graduação pode abordar com determinada frequência os temas correlatos às linhas de pesquisa do programa, e os docentes e discentes que tem similaridade com o tema, podem vir a publicar mais naquela revista, o que contribuiria diretamente. Exemplifica-se, aqui, com o caso das revistas ligadas às associações profissionais/ou campo da comunicação, como a *Brazilian Journalism Research* e a revista *Intercom*, que recebem diretamente artigos da área da Comunicação, que favorecem às indagações e agenda de pesquisa desse campo acadêmico.

Grosso modo, os vínculos institucionais das revistas mostram quais são os agentes, intermediado pelo corpo editorial, que estarão no interior do campo na posição de subversão/dominado/prestidivã ou conservação/dominante. Dessa forma, os diferentes

agentes/pesquisadores que possuem a pretensão de obter prestígio e reconhecimento pelo campo encontram nas revistas um local de disputa por capital simbólico no espaço social.

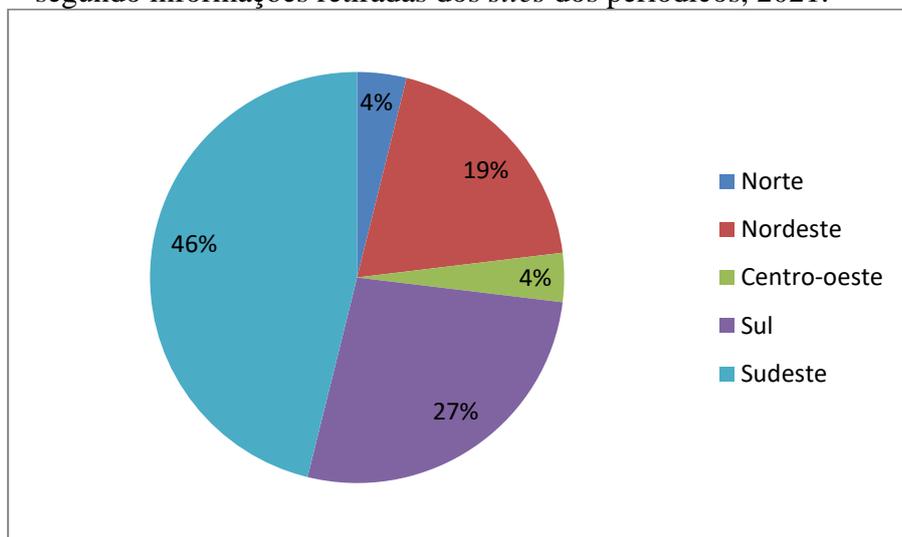
Nesse sentido, é interessante voltar o olhar para compreender o vínculo institucional da revista, que possui um CNPJ (cadastro nacional de pessoal jurídica) e CEP (código de endereçamento postal), como a possibilidade de um

[...]espaço social fisicamente realizado (ou objetivado) se apresenta como distribuição, no espaço físico, de diferentes espécies de bens e serviços e também de agentes individuais e grupos fisicamente localizados, [...]e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital, e também da distância física em relação a esses bens, a qual também depende de seu capital)[...] (BOURDIEU, 1990, n.p.).

Os bens e serviços, no contexto dos periódicos, podem ser compreendidos com os laboratórios, estrutura física, e melhor acesso/distribuição ao/do financiamento dos periódicos que estão ligados às regiões economicamente desenvolvidas, no espaço físico.

Ainda sobre o espaço físico, que abriga os periódicos, há a possibilidade de refletir essa situação a partir da distribuição das revistas de estrato superior com artigos sobre Ciberfeminismo, nas regiões do país.

Gráfico 11 – Regionalização dos periódicos de estrato superior, segundo informações retiradas dos *sites* dos periódicos, 2021.



Fonte: Elaboração própria.

A região sudeste obtém maior destaque, 46% de revistas pertencem a região, incluindo o periódico *Cadernos Pagu*, que contém o maior número de publicações sobre Ciberfeminismo, com 12 artigos. A região sul é responsável por 27%, e nela inclui-se o

periódico Estudos Feministas, que publicou 08 artigos sobre Ciberfeminismo, segundo lugar no ranking dos artigos. A região nordeste pouco se sobressai; e o norte e centro-oeste mostram empate. Pode-se inferir que, talvez, a produção da região sudeste goza de certa visibilidade acadêmica em detrimento das demais regiões.

Numa lógica boudieusiana, pode-se observar as revistas, a partir da sua localização regional e seu vínculo institucional. Esses podem indicar a posição que o agente ocupa no espaço social, no campo científico. O que está relacionado diretamente ao seu capital simbólico, servindo diretamente na constituição do capital simbólico dos agentes/pesquisadores.

Tal localização tem relação direta com a forma como o campo social se estrutura no Brasil, como demonstraram Bodart e Tavares (2019) ao evidenciarem as relações do campo científico e a territorialização dos cursos de Ciências Sociais no Brasil. Assim, traduzir o espaço social que permeia a produção científica sobre Ciberfeminismo nas revistas de estrato superior, significa retraduzir o espaço social no espaço físico, econômico e político, uma vez que os agentes institucionais (revista/corpo editorial), pesquisadores e propriedades se expressam em ambos espaços, e demonstram o funcionamento do mundo social. “É essa dupla distribuição no espaço dos agentes enquanto indivíduos biológicos, e dos bens, que define o valor diferencial das diversas regiões do espaço social realizado” (BOURDIEU, 1990, n.p.).

4.2.3 O quê vem sendo publicado?

Analisa-se por meio dos 47 artigos encontrados, o volume de trabalhos publicados ao longo do tempo, com o intento de constituir uma observação em relação ao desenvolvimento do quantitativo dos artigos. Utiliza-se como marco temporal para iniciar a contagem, a data registrada do primeiro artigo publicado sobre o assunto.

Tabela 9– Volume de trabalhos produzidos sobre Ciberfeminismo, segundo informações nos *sites* dos periódicos, 2021.

Ano	Quantidade
1995	1
1998	5
2002	1
2004	1
2006	2

2013	1
2014	1
2015	3
2016	1
2017	3
2018	7
2019	11
2020	9
2021	2

Fonte: Elaboração própria.

Vale assinalar, nesse primeiro momento, que há três revistas com publicações específicas sobre gênero: Caderno Pagu, Estudos Feministas, Caderno Espaço Feminista e Revista Artemis. A Revista Artemis (1 artigo) é mais recente, fundada em 2004. Nota-se uma maior concentração de artigos no Caderno Pagu (12 artigos), fundada em 1993, e Estudos Feministas (08 artigos), fundada em 1992.

Outro ponto a se destacar são os dossiês com foco na relação de gênero e TIC's. O dossiê 'Gênero, tecnologia, ciência' publicado em 1998, foi o responsável por todas as publicações referentes ao ciberfeminismo, no Cadernos Pagu, naquele ano. Em 2015, a mesma revista lança o dossiê 'Percurso Digitais' (2015), onde encontra-se o artigo 'Feminismos Web'. Já na revista Brazilian Journalism Research foram encontrados dois artigos publicados no dossiê 'Journalism and Gender Studies', em 2018. Os dossiês são um importante recurso para concessão de capital simbólico para os pesquisadores, e também de reconhecimento pelo campo científico, pois permite apresentar ao mesmo a relevância do tema em questão.

Observa-se que o primeiro artigo foi publicado nos Cadernos Pagu, em 1995. Nessa década, como foi destacado no tópico 4.1.3, sobre as teses e dissertações, a *internet* estava em expansão no mundo e no Brasil. Conseqüentemente, houve o início da problematização da relação das TIC's e *internet* com as relações de gênero e feminismo. Tanto que o primeiro artigo publicado foi da autoria de Donna Haraway, teórica do Ciberfeminismo. Em 1998, os Cadernos Pagu publicaram um dossiê nomeado 'gênero, tecnologia, ciência', que traz cerca de 05 artigos sobre a relação entre mulheres, feminismo, ciência e tecnologia. Nesse ano, os Cadernos Pagu foram responsáveis de forma quase majoritária pela produção do campo acadêmico das Ciências Sociais, no âmbito do Ciberfeminismo.

Só dez anos depois, a partir de 2018, o campo acadêmico das Ciências Sociais terá uma produção maior que em 1998, com um artigo a mais, ou seja, 06 artigos, mas dessa vez contabilizados a partir de diversas revistas.

Em 2019, 11 trabalhos foram contabilizados, sendo esse o ano com máximo volume de produção. Chama atenção que em 2020, ano da pandemia da Covid-19, 09 trabalhos foram realizados, sendo também um ano com muitas produções. A tabela acima mostra que em diversos anos não houve artigo contabilizado, o que deixa nítido como o campo não absorveu a temática em sua agenda de pesquisa. Somente a partir de 2014, aparece uma frequência regular em relação a produção, fazendo com que o Ciberfeminismo se coloque no campo acadêmico das Ciências Sociais. Sem dúvida, esse processo de ascensão da produção está ligado a fatores conjunturais como a *internet*, enquanto meio de comunicação de massa, e a apropriação e mobilizações feministas por meio dos sites de redes sociais.

O Quadro 15 foi elaborado para mostrar as unidades de análise dos artigos, e os respectivos focos, com o intuito de compreender o objetivo dos trabalhos e de onde partem as experiências empíricas dos trabalhos.

Quadro 15 – Unidades de Análise e foco dos artigos dos periódicos de estrato superior, segundo informações no corpo do texto do periódico, 2021.

Título artigo	Ano publicação	Foco Artigo	Unidade de Análise
1. Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres	2006	"Este artigo, assim, tem dois intentos. Dentro do objetivo mais amplo de destacar o interesse que um foco de escala geográfica apresenta para o estudo da transnacionalização dos movimentos sociais, pretende-se apresentar, em primeiro lugar, as questões e contribuições teóricas e empíricas que surgem no trabalho geográfico mais recente sobre movimentos transnacionais em escala e, em segundo, visa a apresentar a agenda de pesquisa que essas questões sugerem para as feministas e outros pesquisadores mais interessados especificamente sobre os movimentos de mulheres" (p.445-446).	movimentos transnacionais
2. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial	1995	"este texto é um argumento a favor do conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis" (p.22).	epistemologia/objetividade feminista
3. Des-construindo gênero em ciência e tecnologia		"A crítica feminista à predominância de explicações científicas e escolhas tecnológicas que excluem as mulheres – e	gênero em ciência e tecnologia

	1998	outros grupos dominados - tem gerado um campo frutífero de questionamento e novas abordagens. Estas são particularmente ricas dentro das abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas. Tomo esse referencial para discutir a desconstrução de gênero em ciência e tecnologia em relação a três temáticas principais: (1) Universalidade; (2) Políticas de localização, e (3) Políticas de mudança" (p. 10).	
4.Tecnologia e vida doméstica nos lares	1998	"O foco principal deste artigo é a discussão de algumas experiências de relações e de trabalho do dia a dia nos lares. Relaciono o trabalho do lar com o desenvolvimento de relações mais abrangentes na sociedade. Concebendo tecnologias como construções sociais 2, exploro a interação da dinâmica de relações domiciliares com os usos das tecnologias e as demandas por inovações tecnológicas. Destaco particularmente o papel da história nas conformações correntes da vida cotidiana. Dentro de uma perspectiva feminista pós-estruturalista 3, focalizo particularmente as relações entre homens e mulheres e as diversas (às vezes conflitantes) experiências entre as mulheres" (p.23).	trabalho doméstico
5.Informática: domínio masculino?	1998	"Neste texto procura-se, a partir de dados do mercado de trabalho formal brasileiro de 1986 a 1997, verificar como a divisão do trabalho entre os gêneros tem variado nas diferentes profissões e ocupações da área de informática" (p.169).	mulheres nas profissões e ocupações da área de informática
6.Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero	1998	"Este artigo avalia o impacto das tecnologias de produção sobre as divisões sexuais na esfera do trabalho pago. A análise centra-se na observação de como essas mesmas divisões, e as relações de gênero no local do trabalho, afetam a direção e o ritmo das mudanças tecnológicas. O argumento principal é que as tecnologias são moldadas a partir de relações sociais específicas, incluindo aqueles referentes a gênero."	mulher e mercado de trabalho
7.Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna	1998	"Dar relevância ao fato de a revolução científica e a "caça às bruxas" serem concomitantes, examina-se a relação da mulher com o saber" (p. 369).	mulher no contexto da revolução científica
8. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo	2015	"Meu interesse neste texto dirige-se ao esforço em colocar especificamente os usos da internet e do ambiente web como lócus de ação e reflexão de grupos feministas" (p.44).	Blog Blogueiras Feministas

9.Desafios da Interseccionalidade em Gênero, Ciência e Tecnologia	2016	"Este texto apresenta as principais discussões levantadas na Mesa "Desafios da Interseccionalidade em Gênero, Ciência e Tecnologia" que integrou as atividades do Seminário Internacional "Repensando Gênero e Feminismos" [...] nos permitiu um exercício sociológico sobre o que continuamos fazendo até hoje, depois de duas décadas, e o que faremos no futuro. E nesse sentido, nada mais adequado do que refletir sobre as inter-relações de gênero, ciências e tecnologias que são constitutivas da vida moderna." (p.02).	Caderno Pagu
10.Feminismos em movimento no ciberespaço	2019	"O objetivo geral deste artigo é compreender, através da descrição e análise de algumas manifestações significativas da internet, o papel do ambiente web como locus de ação e reflexão na construção de uma nova epistemologia do conhecimento feminista, mais reticulada, fluida e multivariada." (p.01).	grupos de discussão feministas do Facebook e blogs feministas
11. Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker.	2021	"A partir do mapeamento de ações desenvolvidas por grupos feministas para a segurança digital, chamados de "cuidados digitais", analisamos as suas estratégias, que surgem em resposta às opacidades e injustiças algorítmicas, à pouca diversidade nos espaços tecnológicos e ao crescimento das violências de gênero nos ambientes digitais. Neste texto vamos discutir um aspecto deste hacktivismo (autodenominado de hackfeminista), o dos cuidados digitais, a partir da perspectiva feminista da ética do cuidado (Gilligan, 2013; Hirata e Debert, 2016), confrontando-a com os princípios da ética hacker (Levy, 1994; Himanen, 2001)." (p.01).	ações desenvolvidas por grupos feministas para a segurança digital, as chamadas "coletivas"
12.Códigos corporales y tecnológicos los feminismos como prácticas hacker	2019	"En el presente artículo destaco las principales críticas feministas a la tecnociencia y las contribuciones procedentes de las heterogéneas aproximaciones feministas a las tecnologías. El objetivo se dirige a desarrollar una lectura que sitúa en un mismo plano cuerpo y tecnología para interpretar los feminismos como prácticas hacker a sistemas normativos" (p.01).	feministas e transfeministas (Barcelona-Espanha)
13.Ciberfeminismos contemporáneos, entre usos y apropiaciones		"Este texto es una reflexión que considera la tensión entre las posibilidades libertadoras de la internet en términos de autonomía, libertad de creación y desafío a los sistemas mediáticos, por un lado, y los condicionantes sociotécnicos y políticos que restringen y reorientan las	iniciativa feministas nas redes

	2019	posibilidades y los tipos de apropiaciones tecnológicas. Analizamos diferentes conceptos de apropiación, su potencia heurística y sus límites frente a las tendencias del poder global en la internet, escenario a partir del cual comienzan a surgir proyectos feministas alternativos y autónomos, los que caracterizamos como parte de una nueva etapa del Ciberfeminismo" (p.01).	
14. When the body speaks (to) the political: feminist activism in latin america and the quest for alternative democratic futures.	2019	"O artigo argumenta que os movimentos feministas emergentes no contexto das lutas políticas contemporâneas da América Latina – como Ni Una Menos – permitem uma reconceitualização do político, junto com seus sujeitos e objetos. A singularidade desses movimentos se baseia na maneira como eles conseguiram vincular os assassinatos comuns dos corpos das mulheres às extraordinárias alianças entre diferentes movimentos sociais."	Ni Una Menos
15. Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças: o caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro	2018	"O objetivo do artigo é analisar maneiras pelas quais a tensão entre igualdade e diferença é debatida no feminismo contemporâneo, bem como as implicações em termos de possibilidades e desafios para a efetivação da democracia."(p.01).	Marcha das Vadias e iniciativas feministas, no Rio de Janeiro
16. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos	2020	"Este artigo examina processos de mudança nos movimentos feminista, negro e no atualmente conhecido como LGBTI. Objetiva produzir aproximações comparativas sobre a produção de enquadramentos e as formas de organização de cada um deles, considerando suas trajetórias nas últimas quatro décadas. É dada ênfase especial aos anos recentes e ao modo como as noções de experiência e interseccionalidade têm operado no período pós-2010, notadamente em iniciativas ativistas protagonizadas por jovens."	iniciativas ativistas protagonizadas por jovens
17. Pós-feminismo	2006	"Partindo do resumo verbete sobre pós-feminismo do Dicionário da Crítica Feminista (organizado por Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral), proponho a discussão do conceito de pós-feminismo não isoladamente, mas antes por oposição a outros termos e conceitos que de algum modo clarificam a natureza complexa do debate em torno deste termo: contra-feminismo, pós-feminismo, contra-dicção, diferença, imagem, ginocrítica, corpo, Ciberfeminismo"	verbetes sobre pós-feminismo do Dicionário da Crítica Feminista
18. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas		"Eu gostaria de concentrar-me aqui na dos corpos e das vozes indígenas de um lugar chamado Chiapas (como o documentário de Nettie	Exército Zapatista de Libertação Nacional

<p>cibernético</p> <p>2002</p>	<p>Wild o classificou) ao sul do México para um espaço incorporeo. Como é que os indígenas engajados na resistência são deslocados da zona material de conflito em Chiapas (de fato um lugar visto de uma perspectiva antes de 1994) para uma zona sem fronteiras e sem dimensões, que é simultaneamente em lugar nenhum e em todo lugar? Quais são as contradições envolvidas quando rebeldes maias, de um movimento que procura ligação com outros movimentos sociais globais, viajam pelo espaço cibernético como ícones de multimídia? Apesar do modelo militar do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), embora invertido, ser que a digitalização do movimento rebelde de caminho, paradoxalmente, transcende de suas origens militares enquanto é tecida uma rede global descentralizada de solidariedade? Ser que a tejedura dessa rede de solidariedade também se qualifica como ato de resistência que se apropria do próprio espaço cibernético, em um espaço esse que teve sua origem como arma militar de defesa e que se encontra atualmente dominado pelo capital global? Parte das séries de deslocamento a que me refiro envolve a representação e a participação das mulheres nesse espaço tecnologicamente mediado, como, também, a relevância do feminismo para a análise desse espaço" (p.39-40).</p>	
<p>19.Violência na Internet contra feministas e outras ativistas chilenas</p> <p>2019</p>	<p>“Este trabalho explora a violência de gênero na Internet que afecta a feministas e outras ativistas por Direitos Humanos no Chile, dando uma aproximação inicial a um tipo de violência que tem estado invisibilizada na América Latina e que recentemente tem demonstrado o quão perigosa pode chegar a ser para a vida de quem a tem sofrido”</p>	<p>mulheres cisgénero e transgénero</p>
<p>20.Comunicadoras Indígenas e Afrodescendentes Latino-Americanas: Sororidade</p>	<p>“Este artigo irá relacionar mobilizações e narrativas de comunicadoras indígenas sob o olhar do feminismo decolonial. Foca na maneira em que as ações comunicativas de mulheres indígenas do México e América</p>	<p>mulheres indígenas latinoamericanas</p>

e Identidades	2019	Central contribuem para que sua participação política se entrelace com os esforços de efetivação dos direitos humanos. Pretende-se, com o cruzamento metodológico de fontes e perspectivas teóricas locais, demonstrar que a utilização de hipermídias das mulheres latino-americanas que, na ampla divulgação em diversas redes sociais, tem sido importante para se alimentar mecanismos para que construam um espaço de mobilização social e política. E, por elas, viver e aprender com o emancipatório feminismo decolonial”	
21.Publicaciones Electrónicas: experiencias y desafíos en Perú	2004	“Explica sus experiencias en las publicaciones electrónicas y publicaciones impresas muy importantes como la emblemática Fempress. Aborda el uso de las Tecnologías de la información y la comunicación (TIC), que han permitido compartir información y contribuido al monitoreo de acciones, propiciando la rendición de cuentas y fortalecimiento de redes de mujeres. Mediante las TICs, las mujeres han promovido alianzas y articulaciones, favoreciendo la estructuración y construcción de propuestas y consensos y relaciones más equitativas y democráticas en el movimiento feminista y de mujeres.”	Publicações feministas, impressas e online
22.#PASLUI: feminismos brasileiros no hexágono	2020	“Neste artigo falamos de luta e resistência como modos de ação que passam por alianças e apropriações significativas de espaços públicos, bem como de articulações em redes, sobretudo, as digitais. Aqui, pretendemos analisar o acontecimento dos atos públicos contra a iminente chegada ao poder da extrema-direita no Brasil, mas que reverberaram em dezenas de cidades do mundo. Partimos de nossa própria experiência em Paris, onde pudemos acompanhar a organização de brasileiras contra o candidato à presidência do Partido Social Liberal (PSL), que se propagou a partir da hashtag #elenão. Interessa-nos discutir a political agency, ou a capacidade de agir politicamente dessas mulheres, em diálogo com os aportes teóricos de Judith Butler, em especial suas contribuições que articulam noções como “agenciamento” e “sujeito”.	#elenão e suas reverberações em contexto francês
23.Afetos no engajamento político das Marchas das Vadias no Brasil	2020	“Neste artigo visamos à análise do papel das emoções e dos afetos no engajamento das ativistas com o feminismo das MdV, consideradas mobilizações que recolocaram as reivindicações feministas nas ruas, a partir da segunda década do século XXI”.	Marcha das Vadias
24.Discursividades		“Este artigo analisa a discursividade	Fanpage Facebook

sobre identidade, sexualidade e feminismo em redes sociais	2020	performativa a respeito da identidade, da sexualidade e do feminismo a partir de postagens realizadas pela rapper curitibana Karol Conka em sua fanpage no Facebook, referentes ao lançamento de seu videoclipe Lalá. Os referenciais teóricos para o desenvolvimento desta pesquisa ancoram-se nos estudos da Linguística Aplicada e na concepção dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin.”	Carol Conká
25. “PRIMEIRO ASSÉDIO” na mídia e na percepção de leitoras no facebook	2019	“Este artigo tem como objetivo refletir sobre o impacto da campanha #PrimeiroAssédio, criada pela ONG Think Olga, em 2015, na percepção de leitoras no Facebook sobre o tema assédio, sob a perspectiva dos Estudos Culturais.”	campanha #primeiroassédio
26. Ativismo digital materno e feminismo interseccional: uma análise da plataforma de mídia independente “cientista que virou mãe”	2018	“Tomando como base uma análise da plataforma colaborativa Cientista Que Virou Mãe (CQVM), cujas origem e filosofia são apresentadas aqui, este artigo tem como objetivo apresentar algumas características do fenômeno do ativismo digital materno, dentro de um contexto mais amplo de debates contemporâneos do jornalismo independente e do feminismo, abordando, em especial a perspectiva do Feminismo Interseccional (Crenshaw, 1991). Dessa forma, com base em um estudo de caráter exploratório, gostaríamos também de demonstrar as maneiras em que a interseccionalidade se manifesta como algo que vai além de um conceito acadêmico, representando também uma abordagem metodológica e uma postura política.” (p. 186).	blog/plataforma Cientista que Virou Mãe
27. Respeita as mina! Análise discursiva sobre os desdobramentos da crônica “a estagiária/o primeiro dia de trabalho de Melissinha” do Correio Braziliense	2019	“Neste artigo, nosso objetivo é discutir a produção da desigualdade de gênero pelo jornalismo, tanto na produção de conteúdo como nas estruturas de trabalho das empresas de mídia, e o processo público de denúncia desse fenômeno nas redes sociais. A publicação de uma crônica no jornal Correio Braziliense intitulada “A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha”, é o ponto de partida.”	reações sobre a crônica do Correio Braziliense, no Twitter e Facebook.
28. Dinâmicas do feminismo contemporâneo: análise da formação da #partida (2015-2017)	2017	“Trazendo uma proposta ético-política feminista de democracia radical, a #partida é formada por militantes e intelectuais de diversas regiões do país que articulam-se majoritariamente através de mecanismos de web. Neste trabalho, busca-se analisar a construção desse novo partido político, resgatando a sua formação e trajetória recente e verificando como esse movimento surge enquanto uma alternativa	postagens oficiais da #partida, localizadas na web

		que busca superar a dicotomia entre institucionalização e autonomização através da iniciativa de criação de um movimento social que funcione como partido político feminista.”	
29. Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede	2017	“Neste artigo, discuto as interseções entre feminismo, memória e emoções no ambiente virtual da Internet.”	Páginas no Facebook dos projetos Aurélia e Let’s Celebrate Women
30. Maternidades contemporâneas: tribos digitais e interações com as instituições de saúde.	2021	“O objetivo deste artigo é compreender a percepção de mães colombianas participantes de uma rede virtual sobre maternidade, sobre suas relações com programas/profissionais de saúde voltados para gravidez, parto, maternidade e parentalidade.”	mães colombianas em uma rede social de maternidade, em um grupo do Facebook
31. A Marcha das Vadias e seu feminismo: práticas, experiências e conflitos de uma geração de jovens feministas	2018	“O artigo apresenta uma reflexão acerca das relações geracionais de jovens engajadas na luta feminista. A partir de uma pesquisa etnográfica realizada junto ao Coletivo Marcha das Vadias de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, desenvolvemos uma discussão a respeito da articulação dos novos movimentos sociais em sua interface com as dinâmicas de uma prática feminista marcada pela atuação em espaços da internet.”	Marcha das Vadias, Santa Maria, Rio Grande do Sul
32. Conectadas: experiência de subalternidade e ajuda-mútua feminina online entre mulheres de classes populares	2015	“O objetivo deste texto é analisar a ressignificação da experiência de subalternidade tal qual experienciada por mulheres das classes populares que se relacionam em rede por meio das mídias digitais. O uso dessas mídias aponta para novas formas de subjetivação e interseccionam, principalmente, diferenças de classe e gênero”	mulheres da Baixada Fluminense e a região pobre da Zona Oeste do Rio de Janeiro, que usam plataformas e aplicativos constituidores das redes sociais como o Facebook, o site Bolsa de Mulher, grupos criados via whatsapp; e ambientes offline
33. As interações entre os produtos estéticos para cabelos crespos e as mulheres negras:	2020	“Neste artigo, visa-se tratar das interações entre novas mercadorias de consumo e a beleza negra, mais especificamente o cabelo crespo. Dessa maneira, procura-se observar e analisar a possível construção da identidade estética das mulheres negras.”	Canais no Youtube que tratam sobre cabelo crespo
34. Análise do discurso no blog radfem: ser mulher para além do corpo	2019	“(…) o objetivo dessa pesquisa foi compreender os efeitos de sentidos produzidos sobre a categoria mulher e suas interlocuções no blog RadFem (feminismo radical), a partir da Análise do Discurso (AD) de Michel Pêcheux”.	blog RadFem
35. As lutas feministas		“Este artigo é uma reflexão sobre as	experiências de

e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas	2020	potencialidades do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) destacando as mídias digitais como instrumento das lutas feministas. Estas plataformas virtuais ampliam o alcance das discussões das pautas feministas, paradoxalmente permitem ataques de movimentos e manifestações contrárias. O que ressaltamos é a importância fundamental do uso destes instrumentos de comunicação para o processo de mobilização popular, estratégia indispensável para a luta política, em que pesem as diferentes formas de comunicação possibilitadas pela Internet, sua visibilidade e seu alcance”	mobilizações feministas que lançaram mão das mídias digitais (Primavera Feminista; Marcha das Vadias; Ni Uma Menos)
36. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública.	2020	“Tomando as construções sociais em torno do que se conhece como feminino e a centralidade da maternidade nesse contexto, este artigo analisa as condições de permanência de estudantes que são mães em uma universidade pública federal, por meio da realização de questionários virtuais e registros em diários de campo resultantes da participação em grupo virtual do aplicativo WhatsApp. Os resultados apontam para o protagonismo das estudantes nos processos reivindicatórios perante a desresponsabilização do poder público e o papel das redes sociais em sua organização política, por meio do chamado ciberativismo.”	grupo virtual do aplicativo <i>WhatsApp</i>
37. A (in)visibilidade da mulher negra youtuber	2019	“Discutindo sob o viés interseccional, o artigo busca expor a problemática da invisibilidade midiática das mulheres negras youtubers dentro do contexto da cultura participativa.”	Canais de mulheres no Youtube
38. Ciberfeminismo e multiletramentos obrigados na cibercultura	2020	“Este artigo tem como objetivo compreender como a atuação de mulheres ciberativistas no combate à violência discursiva praticada por homens em redes sociais pode ser mobilizadora de multiletramentos críticos da cibercultura e contribuir com processos formativos feministas na universidade.”	vídeos na rede social youtube
39. Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil	2013	“Refletindo sobre o intenso intercâmbio de ideias e sobre os espaços de debates feministas na internet, este trabalho busca pensar como grupos de feministas tem se apropriado desses espaços como lugar de divulgação e discussão de suas ideias. Assim, tem como objetivo analisar as principais pautas políticas e espaços de organização que motivaram e possibilitaram a realização da chamada Marcha das Vadias em 2012 em diversas cidades do Brasil.”	Marcha das Vadias
40. O ativismo digital da Justiça Social das	2018	“Este artigo examina como as mulheres afro-brasileiras youtubers empregam	Canais no Youtube Afro e Afins, e

Mulheres Afro-Brasileiras youtubers		a estratégia de desafiar o racismo, o sexismo e o colorismo através de suas próprias articulações do feminismo negro-brasileiro. Elas não fazem parte de organizações feministas, mas são uma nova forma de ativistas, pois são ativistas sociais digitais. Suas estratégias são educar o público e desafiar o público a mudar a forma como pensam e tratam as mulheres negras, de modo que o público não produza racismo e sexismo, enquanto fortalecem as mulheres e meninas afro-brasileiras.”	Papo de Preta
41. Movimento feminista e ativismo digital: as repressões online e offline a partir do uso das plataformas digitais pelo movimento	2017	“O trabalho tem como objetivo verificar se é possível afirmar que essa apropriação da internet pelo feminismo vem trazendo repressões e censuras que antes não ocorriam - realizando o contraponto ao entendimento de que a internet só traz benefícios pela facilidade no compartilhamento de informações.”	repressões online e offline
42. (Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook: contribuições das epistemologias pós-feminista e queer	2015	"Com o objetivo, portanto, de melhor compreender questões como as observadas no exemplo acima, situando-as na chamada “problemática” pós-moderna das identidades em espaços-tempos contemporâneos (cf.: Signorini, 1998), buscamos nas epistemologias pós-feminista e queer contribuições teórico-metodológicas que pudessem iluminar, de forma produtiva para o campo aplicado dos estudos sobre língua(gem) e identidade, a dimensão político-ideológica dos usos da língua e de outros recursos semióticos nos espaços-tempos focalizados" (p.31)	comunidades no facebook
43. #MEUPRIMEIROAS SÉDIO: considerações sobre violência, gênero, feminismos e mídias	2020	“O presente relato etnográfico visa compreender o uso da palavra “assédio” na campanha “meu primeiro assédio” que denunciou como mulheres estão expostas à violência de gênero desde muito cedo. Como a campanha aconteceu nas mídias sociais, sobretudo no Twitter, o texto também considera as interfaces entre gênero, mídias e feminismos.”	campanha #meuprimeroassedio
44. Faça você mesma!: #Riot Grrrl e as estratégias de Femvertising no Instagram	2018	“O artigo pretende analisar o uso do termo Riot Grrrl- cena musical e ethospunk surgido nos anos 90 juntamente a uma ideologia feminista - por empresas para alcançarem uma audiência online que tenha tanto o perfil ligado a essa cena quanto à causa do movimento Feminista de um modo geral.”	empresas no instagram
45. Contando os danos: análise de um grupo de acolhimento feminista online e a construção social do corpo feminino	2018	“A partir dos anos 2000 com a ampla inserção da internet no cotidiano, o movimento feminista vem utilizando a internet como instrumento de reivindicação política e social. Através de blogs, fóruns online e grupos em redes	grupo de acolhimento feminista no Facebook

		<p>sociais, diversos grupos feministas vem construindo redes virtuais de acolhimento, que vêm ganhando cada vez mais adeptas – mulheres dispostas a compartilhar histórias e sentimentos através de relatos postados nestas redes. O presente artigo tem como objetivo problematizar como o feminismo se organiza nessas redes no intuito de denunciar a hegemonia do saber médico na construção social do corpo das mulheres como um artifício reificador das opressões estruturais que assolam e constroem a condição feminina.”</p>	
46. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil	2014	<p>“O objetivo deste artigo é explorar, a partir da análise da Marcha das vadias, os contrastes e continuidades entre diferentes gerações de feministas, especialmente em relação ao modo como a questão da diversidade e inclusão de gênero, raça, sexualidade e gerações vem sendo tratada.”</p>	Marcha das Vadias-DF
47. As abordagens sobre interseccionalidade em três blogs feministas	2019	<p>"A popularidade dos feminismos nas redes sociais online trouxe para o cotidiano dos usuários dessas plataformas e das páginas feministas, um conjunto de expressões e conceitos pouco afeitos ao público não acadêmico, como lugar de fala, sororidade e interseccionalidade. O propósito deste artigo é analisar o modo como um desses conceitos, o de interseccionalidade é apropriado e mobiliza-do nos seguintes blogs: Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras e Não me Kahlo" (p.56).</p>	blogs feministas: Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras e Não me Kahlo.

Fonte: Elaboração própria.

Após expor os focos e unidades de análise dos 47 artigos, pode-se perceber as diversas nuances que envolvem a interpretação acadêmica sobre o Ciberfeminismo na abordagem particular de cada pesquisa. Sobretudo, dá para visualizar a mudança no cenário da pesquisa sobre a relação gênero e tecnologia.

Importa salientar, aqui, o artigo “Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero”, lançado em 1998, de Judy Wajcman, autora que cunhou o conceito tecnofeminismo – que não se opõe a ideia de Ciberfeminismo –. Para ela

A abordagem tecno-feminista [...] funde as ideias do feminismo ciborgue com as de uma teoria construtivista de tecnologia. Essa postura evita, por um lado, a tendência persistente considerar a tecnologia como necessariamente patriarcal e, por outro lado, a tentativa de essencializar o gênero. A teoria do tecnofeminismo é baseada nas ideias do feminismo ciborgue, embora o estabeleça firmemente em uma abordagem completamente materialista para os estudos sociais da tecnologia, incluindo seu próprio papel em tais estudos. Desta forma, o tecnofeminismo também oferece uma crítica mais completa

dos estudos da ciência e tecnologia convencionais (WAJCMAN, 2006, p.156-157).

Assim, Wajcman lança uma importante ideia para compreender a relação entre gênero e tecnologia também. Nesse sentido, cabe resgatar o artigo “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, de Donna Haraway, publicado três anos antes. O trabalho possuía a intenção de colocar em xeque a reflexividade da epistemologia feminista a partir das “ ‘tecnologias semióticas’ para a construção de sentido” (HARAWAY, 1995). Tanto o artigo de Haraway, em 1995, quanto o trabalho de Wajcman, em 1998, em conjunto com todas as pesquisas (relatadas nessa dissertação) realizadas na década de 1990, mostram o processo de reflexividade do campo acadêmico em torno da abordagem sobre Ciberfeminismo e, conseqüentemente, a relação mulheres, tecnologia, computação, informática, ciência e TIC’s. Esse fato pode ser denominado como um primeiro momento de interpretação do campo acadêmico das Ciências Sociais, sobre o Ciberfeminismo.

Esse primeiro momento da produção acadêmica, pode ser alinhavado a interpretação de Miguel e Boix (2013) sobre os diferentes momentos do fenômeno e práticas ciberfeminista. As autoras destacam a transição do Ciberfeminismo compreendido e analisado sob o prisma da apropriação das TIC’s por mulheres, tecnofilia e a questão do domínio patriarcal sob a informática, para torna-se, então, um Ciberfeminismo incorporado a prática dos movimentos sociais feministas. Sendo considerado a partir daí, “Ciberfeminismo social” (MIGUEL E BOIX, 2013).

A partir dos anos 2000, em um segundo momento histórico relativo ao Ciberfeminismo, nota-se, no Quadro 15, como a empiria em relação ao fenômeno muda. Em 2002, o artigo “O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético” irá tratar da apropriação da *internet* pelos maias, incluindo as mulheres feministas, ligados ao EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional). Após esse texto, as publicações subsequentes sempre estarão relacionadas ao envolvimento de mulheres feministas e movimentos feministas com a *internet* ou sites de redes sociais.

Assim, posterior ao artigo acima, publicado em 2002, somente haverá publicação no campo – seguindo o recorte realizado no *qualis* dessa pesquisa – em 2006. Depois desse hiato, a produção torna-se contínua no campo, e frequentemente aparecerão trabalhos com temas e unidades de análise sobre ações coletivas e os feminismos no âmbito dos sites de redes sociais (como Facebook, Youtube, Instagram, blogs e *WhatsApp*).

Assim, pode-se afirmar que houve uma grande mudança no foco da empiria dos artigos ao longo dos 26 anos (1995-2021) de produção acadêmica. Isso fica nítido com o artigo “Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil”, publicado em 2013. A Marcha das Vadias (MdV) foi uma das primeiras manifestações ciberfeministas em rede, que teve repercussão mundial, e é anunciada como tema em 05 pesquisas.

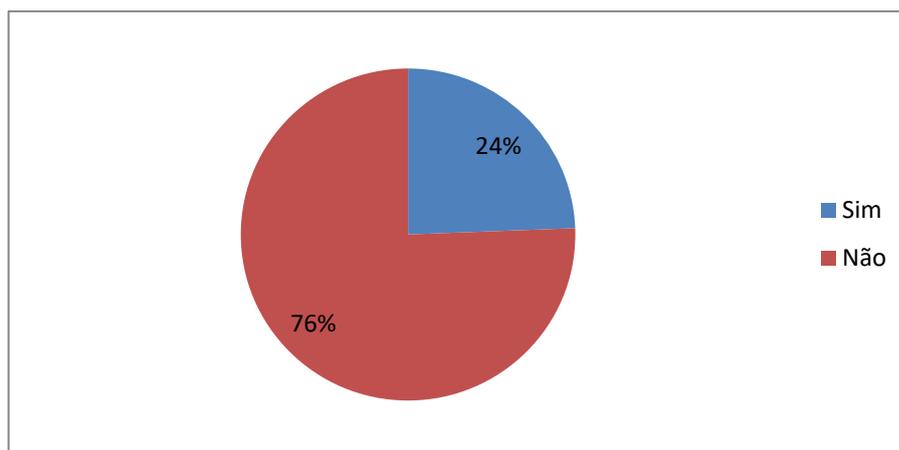
Como ação coletiva e movimento político, a Marcha das Vadias, o movimento Ni Una Menos, o #EleNão, a campanha #PrimeiroAssédio, e EZLN são unidades de análise em 12 artigos – nesse corpus, 10 artigos tratam especificamente de campanhas online/ações coletivas que surgiram no âmbito da *internet*. O uso/apropriação das redes sociais por feministas, como *WhatsApp*, blogs, Facebook e Instagram, aparecem em 21 unidades de análise; a relação mulher e TIC’s ou informática ou ciência, resultou em 05 unidades de análise, a maior parte dessas análises realizadas na década de 1990; questões epistemológicas foram abordadas em 02 artigos; outras 07 unidades de análise com diferentes bases empíricas, cada, foram catalogadas.

Chama atenção que, além da MdV, outros feminismos *online* são temas dos artigos, como o feminismo e ativismo materno, tema em 02 trabalhos. A interseccionalidade foi tema em 04 artigos; o feminismo negro terá destaque em 03 publicações; o feminismo indígena e o uso da *internet* será apresentado em 01 trabalho.

A visibilidade desses feminismos está no bojo das mobilizações feministas *online* da atualidade, que denota o caráter interseccional que os feminismos mobilizam na *internet*, principalmente por meios dos sites de redes sociais quando utilizados pelas simpatizantes da causa, ativistas e militantes para desenvolver, divulgar e impulsionar suas ideias.

Mas para continuar a investigação sobre a posição de prestígio do Ciberfeminismo no campo acadêmico das Ciências Sociais, é necessário auferir como cada agente em seu trabalho incorpora (ou não) o termo Ciberfeminismo.

Gráfico 12 – Quantificação dos artigos que mencionam ou não o termo Ciberfeminismo, informação coletada nos corpos dos textos disponíveis nos sites dos periódicos, 2021.



Fonte: Elaboração própria.

Acima, no gráfico 12, foi realizado um levantamento nos 47 artigos para contabilizar quantos trabalhos mencionavam ou não o termo Ciberfeminismo, a fim de esclarecer se os artigos – apesar de se referirem, a grosso modo, à relação TIC's, informática, mulheres e movimentos feministas –, se apropriam da nomenclatura para elucidar, de alguma forma, as pesquisas realizadas.

Apenas 24% dos artigos mencionaram o termo 'Ciberfeminismo', enquanto 76% dos artigos não citam 'Ciberfeminismo'. Isso significa que ainda não há um reconhecimento por parte dos autores da circunscrição da empiria analisada, sob a ótica do Ciberfeminismo.

Esse aspecto expõe a taxonomia da objetividade do campo acadêmico das Ciências Sociais sobre o Ciberfeminismo. “A objetividade é um produto intersubjetivo do campo científico: fundada nos pressupostos partilhados nesse campo, é resultado do acordo intersubjetivo do campo” (BOURDIEU, 2001, p.115). Para aprofundar a compreensão da objetividade científica em torno do Ciberfeminismo, se torna relevante prestar atenção nos conceitos abordados com frequência nos artigos. Os conceitos foram contabilizados a partir da declaração de uso dos mesmos pelos autores no corpo do texto.

Tabela 10 - Conceitos mais frequentes nos artigos dos periódicos de estrato superior, segundo informações no corpo do texto do artigo, 2021

Conceitos	Frequência nos artigos
Feminismo	08
Interseccionalidade	05
Identidade	05

Fonte: Elaboração própria.

Foram contabilizados, apenas, os conceitos mencionados mais de 05 vezes nos artigos, os demais conceitos aparecem poucas vezes, entre três, duas ou uma vez somente.

Os conceitos são relevantes, pois expressam as concepções que serão utilizadas para desenvolver as análises das pesquisas. Na Tabela 10, nota-se que o conceito ‘feminismo’ tem destaque em 08 artigos; ‘interseccionalidade’ aparece em 05 artigos, assim como ‘identidade’. Embora os artigos coletados tratem sobre Ciberfeminismo e apropriação das TIC’s por movimentos feministas/mulheres, pouco trazem em seu bojo conceitual, conceitos que remetam a essa discussão.

Então, no contexto dos artigos, depreende-se por meio da abordagem dos conceitos, que a objetividade científica do campo acadêmico das Ciências Sociais, mobiliza pouco os conceitos relativos ao Ciberfeminismo, como, por exemplo, Ciberfeminismo, *internet*, ciborgue e ciberespaço.

4.2.4 As principais referências especializadas que fundamentam os artigos

Na tabela 11, contabilizou-se os autores e as respectivas obras, mais referenciadas. Listou-se os nomes que apareceram seis vezes ou mais nos 47 artigos, com a pretensão de visibilizar as obras e autores mencionados em mais de 12% das pesquisas, por acreditar que esse indicativo figura como relevante.

Tabela 11– Autores referenciados seis vezes ou mais nos 47 artigos investigados, de acordo com as referências bibliográficas apresentadas nos artigos, encontrados nos sites dos periódicos, 2021.

Autores mais referenciados	Total em artigos	Obra mais referenciada
Judith Butler	27	Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.
Donna Haraway	20	Manifesto Ciborgue.
Judith Wajcman	13	El Tecnofeminismo.
Manuel Castells	13	Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet.
Graciela Natansohn	11	Internet em código feminino.
Remedios Zafra	08	Um cuarto próprio conectado.
Kimberle Crenshaw	08	Demarginalizing the intersection.
Joan Scott	07	Gênero, uma categoria útil de análise histórica.
Montserrat Boix	06	Los géneros de la red: los ciberfeminismos.
Sadie Plant	06	Mulher digital.
Bila Sorj e Carla Gomes	06	Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil.
Sueli Carneiro	06	Mulheres em Movimento.
Pierre Lévy	06	Cibercultura.

Fonte: Elaboração própria.

Os autores e obras mencionados refletem as perspectivas teóricas que auxiliaram no desenvolvimento dos artigos assinalados nessa dissertação. Butler e seu livro ‘Problemas de gênero’(2013) se destacam em primeiro lugar, sendo citado em 27 artigos; já Donna Haraway aparece em segundo lugar, com ‘Manifesto Ciborgue’ (1985), obra que serve como referência para discussão sobre Ciberfeminismo. Judith Wajcman, figura em terceiro lugar, com ‘El Tecnofeminismo’ (2004), assim como Manuel Castells e seu livro ‘Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da *Internet*’(2013).

E interessante salientar que Butler, Haraway e Castells também ocupam os três primeiros lugares nas obras mais referenciadas nas teses e dissertações. Essa similaridade deve ocorrer pela proximidade temática, da circunscrição do objeto por uma perspectiva ciberfeminista e em relação a indagação sobre a apropriação das TIC’s por mulheres e movimentos sociais feministas no campo das Ciências Sociais.

Na Tabela 11 aparecem várias autoras que pesquisam sobre Ciberfeminismo, como Graciela Natansohn, Remedios Zafra, Montserrat Boix e Sadie Plant. Remedios Zafra, Montserrat Boix e Sadie Plant são figuras relevantes para o debate teórico sobre Ciberfeminismo; e Natansohn, em quarto lugar, no *ranking* acima é uma importante pesquisadora brasileira sobre o tema. O fato de seu nome e obra estar em quarto lugar – presente em cerca de 23% dos artigos –, servindo para embasar pesquisas, mostra que ela goza de determinado prestígio e notoriedade acadêmica no campo.

O artigo “Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil” (2014), de Bila Sorj e Carla Gomes, que faz parte do *corpus* de análise dessa dissertação, também está entre as obras mais mencionadas, o que demonstra o caráter relevante da pesquisa publicada em 2014. Então, as referências bibliográficas apresentadas trazem à tona alguns dos pressupostos teóricos que basearam mais de 12% das pesquisas, o que possibilitou engatar e fundamentar – como no caso do conceito de interseccionalidade, realizado por Kimberle Crenshaw – parte dos artigos. Para além desse aspecto, as referências contribuem para refletir sobre como os artigos coletados estão alicerçados no campo acadêmico. Esse será o foco no próximo capítulo.

CAPÍTULO V

O CIBERFEMINISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: CONSIDERAÇÕES À LUZ DA TEORIA DOS CAMPOS DE PIERRE BOURDIEU

No capítulos IV foram apresentados os dados levantados sobre as pesquisas brasileiras, no âmbito das Ciências Sociais, sobre Ciberfeminismo. Neste capítulo se examina, concomitantemente, todas as variáveis com o intento de realizar reflexões em torno do campo acadêmico das Ciências Sociais com vistas a analisar de forma multifatorial a recepção do tema Ciberfeminismo enquanto tema/objeto de pesquisa no Brasil.

Fazemos isso à luz das contribuições de Pierre Bourdieu. Justamente com a intenção de levar “[...] em consideração ao escolher os índices de ‘prestígio intelectual’ ou ‘científico’ [...]” (BOURDIEU, 2008, p.21), as teses, dissertações e artigos. Então, por meio desse *corpus* de análise, foi colocado em questão os critérios do campo, com o intuito de esmiuçar as produções e os espaços de produção científica sobre o tema Ciberfeminismo. Assim, se vislumbrou destacar as “[...]propriedades relevantes que são menos objetivadas[...]” (BOURDIEU, 2008, p.21), para inferir sobre a recepção do tema no campo e sua legitimidade. Por isso, se buscou também destacar a “[...]hierarquização e, mais precisamente, a questão dos poderes e dos princípios de definição e hierarquização dos poderes que o pesquisador suscita em relação ao seu objeto, levantam-se no próprio objeto.” (BOURDIEU, 2008, p.21).

Tomando o Ciberfeminismo como objeto no campo das Ciências Sociais, tornou-se importante recortar as relações de poder que o perpassa através do campo, identificando as localizações regionais das produções sobre o tema, os agentes/pesquisadores, instituições e instâncias, como universidades e PPG’s, que conferem capitais simbólico e específico, para inferir sobre as hierarquias científicas do campo, que concedem distinção e legitimam a agenda de pesquisa dominante.

Nosso intento é o de apreender elementos que nos possibilite compreender a constituição do Ciberfeminismo enquanto tema/objeto de pesquisa no Brasil e sua recepção em espaços de maior distinção social, bem como a forma como os agentes sociais se mobilizam em torno desse tema. Ou seja, com o intuito de identificar como “[...] os agentes agem de acordo com intenções conscientes e calculadas, segundo métodos e programas conscientemente elaborados, é o domínio científico” (BOURDIEU, 2001, p.21).

O domínio científico expressa as ações dos agentes dominantes no campo acadêmico/científico e isso implica, “em primeiro lugar, a objetivação do não objetivado (por

exemplo, o prestígio científico) equivale, como já dissemos, a um efeito oficiante de natureza quase jurídica [...]” (BOURDIEU, 2008, p.21). Para observar esse “efeito oficiante”, preconizado por Pierre Bourdieu, realizamos a coleta de dados que nos possibilitasse observar aspectos da configuração das pesquisas sobre Ciberfeminismo.

Importa lembrar que o campo acadêmico das Ciências Sociais, em um sentido bourdieusiano, é um campo social de disputa. As contendas pelo poder são expressas, por exemplo, nos temas abordados em larga escala; nomes de pesquisadores consagrados; financiamento de pesquisas; e pela volumetria da produção. Por isso, a realização do Estado da Arte também cumpre uma finalidade política, para reconhecer as relações de poder que permeiam o campo.

Para observar esses aspectos, no campo acadêmico das Ciências Sociais no Brasil, infere-se (visto que o volume pode ser um pressuposto para representar o engajamento do campo com o tema), que o quantitativo da produção – teses, dissertações e artigos nos periódicos de estrato superior – sobre Ciberfeminismo, pode situar a posição do objeto no campo. No total, das teses e dissertações, foram identificadas apenas 18 pesquisas (13 dissertações e 05 teses); e 47 artigos, coletados em revistas de estrato superior das Ciências Sociais (A1, A2, B1 e B2), nas áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, fato que evidencia que o tema não vem tendo uma ampla receptividade ou mobilizando agentes sociais para pesquisar o tema.

Notou-se, analisando as Tabelas 3 e 9, que somente a partir de 2013 houve o estabelecimento de uma continuidade da produção sobre Ciberfeminismo, com publicações frequentes de teses, dissertações e artigos ocorrendo nos anos subsequentes. Mas, a partir de 2015 se torna maior a frequência, com mais de duas pesquisas anuais, de teses e dissertações sobre Ciberfeminismo, articulando o conceito à sociabilidade *online*, e associando o feminismo ao virtual/digital; e no caso dos artigos, esse fato ocorrerá a partir de 2017. O aumento do volume de pesquisas na área, pode ser explicado pelos dados da ONU (2016) que mostram que cerca de 3,9 bilhões de pessoas utilizam a *internet* no planeta, isso representa mais da metade da população mundial.

Segundo o relatório, até o fim de 2018, 51,2% da população do mundo estaria conectada por meio da *internet*. Além disso, as pautas das mulheres vêm ganhando mais espaço no debate público. O *Internet World Stats* (2019) afirma que o número de usuários em conexão cresceu 1.114% desde 2010, e o crescimento de usuários de sites de redes sociais superou o aumento dos usuários da *internet*. Foi constatado que de todos os usuários que acessam a *internet*, 80% deles utilizam algum site de rede social, e é crescente o número de

peças que realizam essa atividade por meio do *smartphone*. Dos 3,19 bilhões de usuários de *sites* de redes sociais, 09 em cada 10 usam o celular (*smartphone*) para acessar esses *sites*.

No Brasil, em 2014, na Pesquisa TIC's Domicílios (2014), a *internet* esteve presente em 32,3 milhões de domicílios, com 50% das casas conectadas. Nesse mesmo ano foi constatado que 81,5 milhões de pessoas usavam a *internet* por meio de celular.

A partir da observação dos dados sobre acesso à *internet* no mundo e Brasil, pode-se correlacionar o aumento do uso da *internet* e sites de redes sociais como condição material para o crescente número de mobilizações feministas por meio das TIC's, maior apropriação das TIC's por feministas e, conseqüentemente, a ampliação do fenômeno do Ciberfeminismo – que se desenvolve paralelo à progressão das Tecnologias de Informação e Comunicação, associadas à *internet* e sites de redes sociais. Os dispositivos móveis, como *tabletes* e *smartphones*, auxiliam no maior tempo *online* nas redes sociais e aplicativos, como *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*, o que pode proporcionar uma conectividade e participação política das mulheres engajadas nesses sites e aplicativos.

Portanto, o cenário de ascensão³⁵ do uso da *internet*, influencia diretamente o Ciberfeminismo e reflete-se no número de pesquisas – teses, dissertações e artigos – e escolhas das unidades de análise, que norteiam a empiria do trabalho. Sobre isso, Castells (2013) analisará que

[...] A mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder. Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação – o uso da *internet* e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas. Além disso, a comunicação

³⁵ “Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela *internet* sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias. Começaram no sul e no norte, na Tunísia e na Islândia, e de lá a centelha acendeu o fogo numa paisagem social diversificada e devastada pela ambição e manipulação em todos os recantos deste planeta azul. Não foram apenas a pobreza, a crise econômica ou a falta de democracia que causaram essa rebelião multifacetada. Evidentemente, todas essas dolorosas manifestações de uma sociedade injusta e de uma comunidade política não democrática estavam presentes nos protestos. Mas foi basicamente a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural, que uniram aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade melhor” (CASTELLS, 2013, p. 10-11).

digital é multimodal e permite a referência constante a um hipertexto global de informações cujos componentes podem ser remixados pelo ator comunicativo segundo projetos de comunicação específicos. A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade (CASTELLS, 2013, p. 15).

Nesse contexto, pode-se inferir que o aumento de experiências ciberfeministas e conseqüentemente, das pesquisas sobre o tema, está relacionado ao avanço da *internet* como meio de comunicação. Mais de 50% do total das pesquisas investigadas, nessa dissertação (artigos, teses e dissertações), utilizaram ações coletivas e a apropriação de sites de redes sociais por feministas, como unidade de análise dos trabalhos, descritas nos Quadros 10 e 15.

O que demonstra que o aumento do uso da *internet* está imbricado ao maior volume de pesquisas com fenômenos ciberfeministas. Outra questão relevante é que a presença de objetos do cotidiano (a exemplo de canais no site de rede social Youtube) acaba atraindo mais pesquisadores, já que pautas presentes na sociedade geralmente trazem mais prestígio social ao pesquisador, e sobretudo deverá ser lido por um público mais amplo.

Para além das questões sobre o fluxo das pesquisas e sua transformação ao longo dos anos, sob uma lógica bourdieusiana, podemos pensar como as/os pesquisadoras/pesquisadores, através de seus artigos, se colocam no campo acadêmico das Ciências Sociais, por meio da sua produção. Diante disso, é necessário destacar que os artigos, as teses e dissertações também fazem parte do

[...] capital cultural objetivado, produto da história acumulada sob a forma de livros, artigos, documentos, instrumentos, etc. que são o vestígio ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas e de sistemas conceituais, apresentam-se como um mundo autônomo que, embora seja o produto da ação histórica, tem suas próprias leis, transcendentais às vontades individuais, e permanece irredutível ao que cada agente ou, até mesmo, o conjunto dos agentes podem apropriar-se - ou seja, ao capital cultural incorporado-, do mesmo modo que a língua objetivada nos dicionários e gramáticas continua sendo irredutível à língua realmente apropriada, ou seja, ao que é incorporada nela por cada agente ou, até mesmo, pelo conjunto dos agentes. (BOURDIEU, 2008, p. 215)

Os artigos, teses e dissertações elencados nesse trabalho, fazem parte da apropriação do conjunto dos agentes (autores e instituições) aqui relatados. Como capital cultural incorporado, as pesquisas trazem em sua redação, a interpretação e apropriação sobre o que é Ciberfeminismo, a partir da investigação do fenômeno do uso das TIC's por mulheres e movimentos feministas ou com o uso do conceito. A partir daí o conhecimento elaborado em

torno do Ciberfeminismo ganha objetividade científica, servindo como elemento de disputa no campo científico das Ciências Sociais.

Agora, problematiza-se o volume das pesquisas, como ponto crucial para entender a posição do Ciberfeminismo no campo das Ciências Sociais. O volume total foi captado em um universo de milhares de teses e dissertações, assim como os artigos nos *sites* dos periódicos, que armazenam centenas de artigos. Claro que tanto o BDTD, como os *sites* de revistas acadêmicas dispõe de conteúdo sobre uma miríade de temas, e que essas produções se localizam em posições diferentes no campo acadêmico das Ciências Sociais. Porém, mesmo não afunilando a condição desses temas no campo científico, pode-se concluir diante da ínfima volumetria total da pesquisa sobre Ciberfeminismo, que o tema figura na posição de pouco destaque no campo das Ciências Sociais.

Para evoluir nessa afirmação é necessário lembrar que para Bourdieu,

A análise científica transcende amplamente as intenções e vontades individuais ou coletivas (o enredo) dos agentes mais lúcidos ou mais poderosos, aqueles para quem a busca de "responsáveis" aponta. Dito isso, nada seria mais falso do que extrair desses argumentos de análise para dissolver as responsabilidades na rede de relações objetivas na qual cada agente está inserido [...] (BOURDIEU, 2008, p. 221).

Logo, para tecer essa rede de relações objetivas, inicialmente, aponta-se o espaço social, como local de hierarquia, que corresponde, na ótica bourdieusiana, a um espaço abstrato constituído pelo campo, que “[...] se encontra assim inscrito simultaneamente na objetividade das estruturas espaciais e nas estruturas subjetivas que são, em parte, o produto da incorporação dessas estruturas objetivadas” (BOURDIEU, 1990, n.p.).

Nesse sentido, compreende-se como espaço social de prestígio social no campo acadêmico, os programas de pós-graduações e revistas de estrato superior, responsáveis em conceder capital simbólico e distinção no campo, e estão circunscritos nas estruturas espaciais de diversas universidades e regiões brasileiras. Diante disso, o objeto dessa pesquisa, a pesquisa acadêmica sobre Ciberfeminismo, situa-se espacialmente, quando trata das teses e dissertações, majoritariamente, no âmbito das dissertações, na Região Sul, apresentando 09 dissertações – quando o total foi de 18 pesquisas coletadas, entre teses e dissertações – e na região Sudeste, com 12 artigos científicos, refletindo a configuração das forças presentes no campo científico brasileiro, já que, como demonstraram Bodart e Tavares (2019), ambas as regiões têm uma histórica concentração de cursos de Ciências Sociais.

Nesse sentido, as configurações macro têm um peso na conformação da concentração das pesquisas no Brasil, inclusive sobre Ciberfeminismo. Essa mesma concentração nas

Regiões Sul e Sudeste foi observado quanto à publicação de artigos em periódicos avaliados nos estratos superiores nas áreas de Ciências Sociais.

Os trabalhos elencados, da região Sul, são correspondentes a três estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Salienta-se que somente duas dissertações são referentes ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS). As demais pesquisas são de PPG's diferentes, representando uma falta de frequência e continuidade em relação à produção sobre o Ciberfeminismo, o que parece que vem impedindo o desenvolvimento de uma comunidade de pesquisadores que se organizem em torno do tema. Isso parece refletir sob o baixo número de teses defendidas, sendo apenas 5.

Depreende-se diante desse quantitativo, que os espaços analisados estão sendo ocupados de forma parca por pesquisas sobre Ciberfeminismo, o que indica que o tema possui pouco prestígio acadêmico nos programas de pós-graduações das universidades brasileiras. O mesmo cenário se repete, nos periódicos de estrato superior das Ciências Sociais.

Essa concentração de pesquisas revela as assimetrias que envolvem a produção acadêmica brasileira, e tem relação direta com o poder exercido espacialmente e simbolicamente pelos dominantes do campo, influenciando diretamente na concessão do capital específico.

Pode-se perceber, portanto, que a marca da assimetria, da hierarquia e da desigualdade ainda é um dos grandes desafios do sistema de pós-graduação no país. Essas assimetrias podem ser observadas tanto em relação às regiões político-administrativas brasileiras, quando se observa que as regiões Sudeste e Sul, desde o início, recebem mais incentivos, quanto dentro de uma mesma região, quando se nota que os maiores centros urbanos, ao longo do tempo, concentram os esforços de promoção da pós-graduação no país (NAZARENO; HERBETTA, 2019, n.p.)

Assim, os programas de pós-graduação e os periódicos classificados nos estratos superiores podem ser indicadores das disparidades regionais dentro do campo científico, e, no caso da pesquisa sobre Ciberfeminismo nas Ciências Sociais, traduz a dicotomia do monopólio da produção, difusão e circulação do capital cultural e científico brasileiro, centralizado no eixo sul-sudeste.

Embora, seja uma publicação extremamente relevante para área de gênero, a revista *Caderno Pagu* exemplifica bem essa concentração em torno do capital simbólico e específico que permeia o campo acadêmico das Ciências Sociais. Pois, está situada no estado de São Paulo, na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), tradicional pólo de produção

científica. Este periódico teve 08 artigos contabilizados, além de figurar no *Qualis A1* nas áreas de Sociologia e Antropologia.

Então, a partir da volumetria identificada pode-se chegar a mesma conclusão que Bourdieu:

As distribuições no espaço físico dos bens e serviços correspondendo aos diferentes campos, ou, se preferirmos, os diferentes espaços sociais fisicamente objetivados, tendem a se sobrepor, pelo menos grosseiramente: resultam daí concentrações dos bens mais raros e de seus proprietários em determinados lugares do espaço físico [...] (BOURDIEU, 1990, n.p.).

Porém, percebe-se que não há um grande volume da produção acadêmica, tanto em linhas de pesquisa, quanto em volume de produção sobre Ciberfeminismo nos programas de pós-graduações e revistas, o que denota pouco prestígio social no campo das Ciências Sociais.

Para continuar a problematização acerca do valor das produções, vale destacar ainda que as dissertações são produções, geralmente, guiadas pelo método indutivo, onde predomina uma produção acadêmica baseada na empiria, realizada sob diversas lentes teóricas. Nesse contexto, pode-se inferir que a ocorrência de um maior número de dissertações em relação às teses, influencia no tipo de pesquisas desenvolvidas. Enquanto prevalece análises indutivas nas dissertações, as análises dedutivas, que ocorrem no campo das teses – 05 teses foram coletadas –, são poucos favorecidas, impactando diretamente na ausência de notoriedade do Ciberfeminismo no campo científico das Ciências Sociais.

Pois, se houvesse um maior número de teses, essas, talvez, poderiam apresentar o Ciberfeminismo (ou às questões pertinentes ao tema) ao campo, aprofundando, elaborando, conjecturando e orientando as pesquisas em um sentido epistemológico e teórico, auxiliando e contribuindo para que o tema (quem sabe) se sobressaísse nas Ciências Sociais, pelo menos, no que se refere às elucubrações teóricas – fato que não ocorre diante dos trabalhos coletados.

Considerando as publicações das revistas qualificadas no estrato *Qualis A1*, durante o quadriênio 2013-2016, não encontramos nenhum artigo em periódicos de Ciência Política sobre o Ciberfeminismo. Ou seja, não pode sequer se localizar na posição de subversão do campo acadêmico, disputando por capital simbólico. Isso torna-se preocupante, uma vez que as revistas no *qualis A1* podem ser consideradas um espaço de distinção, e são responsáveis – através de seus agentes – pela concessão de capital específico e simbólico ao pesquisador e com grande influência na consolidação das agendas de pesquisas.

A ausência de publicações no *qualis A1*, da Ciência Política, em conjunto com sua colocação – terceiro (e último) lugar no *ranking* das publicações em periódicos sobre Ciberfeminismo –, demonstra que os artigos em revistas e produções de teses/dissertações

sobre o tema, caminham de forma distintas no campo das Ciências Sociais, já que as teses e dissertações das Ciências Políticas, figuraram em segundo lugar.

Ao analisar os dados, da Tabela 8, referente aos artigos nos periódicos de estrato superior, fica clara a discrepância entre o número total de periódicos pesquisados – 389 revistas, somando as áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, e os respectivos *qualis* A1, A2, B1 e B2 –, e o número de revistas que contém artigos sobre Ciberfeminismo – 26 revistas, reunindo as áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, e os respectivos *qualis* A1, A2, B1 e B2 –, é um indicativo sobre como o tema deambula no campo acadêmico das Ciências Sociais.

Vale frisar que ao somar os artigos das três áreas (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) há repetição de determinados artigos de uma área em outra, já que a classificação do *qualis* julga que uma revista A1 em Sociologia, pode ser A2, B1 ou B2 na Antropologia e Ciência Política – como, por exemplo, o periódico Caderno Pagu que aparece nas três áreas, mas em *qualis* diferentes. Diante disso, o número total de artigos sobre Ciberfeminismo, no campo das Ciências Sociais, é bem menor do que o total apresentado aqui, pois ao retirar as repetições provocadas pela análise por área, é constatada uma diminuição nesse já reduzido volume.

O baixo número de artigos, contraposto ao total de revistas pesquisadas, 389 revistas, evidencia a relação do tema com o campo. Consequentemente, observa-se a ausência de uma quantidade de publicações expressivas, o que ocasiona uma parca penetração no campo, e demonstra a falta de notoriedade e prestígio acadêmico junto aos periódicos e pares da comunidade científica.

Então, pode-se pensar que, talvez, as autoras e autores que pesquisam o Ciberfeminismo não conseguem, no sentido bourdieusiano, obter a concessão de capital específico por parte dos agentes dominantes, não detendo condições de determinar as regras do jogo do campo científico e influenciar a agenda de pesquisa. Nesse sentido, Bourdieu destaca sobre a objetividade dos pesquisadores, que são

Os diferentes conjuntos de indivíduos (mais ou menos constituídos como grupos) que são definidos por esses diferentes critérios têm uma parte assumida por eles e, ao reivindicá-los, ao se esforçar para que sejam reconhecidos, ao afirmar sua pretensão de constituí-los como bens legítimos, como capital específico, trabalham para modificar as leis de formação dos valores característicos do mercado universitário e, assim, aumentar suas possibilidades de lucro. Portanto, é na mesma objetividade onde há uma pluralidade de princípios de classificação competitiva e os valores que eles determinam são incomensuráveis, até incompatíveis, uma vez que podem estar associados a interesses antagônicos (BOURDIEU, 2008, p. 21).

O lucro (simbólico) que deriva do capital específico concedido, é atribuído por meio dos critérios elencados pelos grupos dominantes do campo científico e, provavelmente, não parece ser o caso da produção sobre o Ciberfeminismo. Mas para analisar melhor, faz-se necessário aprofundar nos dados, de modo a realizar uma análise mais clínica, demonstrando a taxonomia do campo (BOURDIEU, 2008).

Nas dissertações nota-se que a graduação em Ciências Sociais é predominante, então, pode-se conjecturar que esta constitui o *habitus* (de cientistas sociais) das pesquisadoras que produzem pesquisa sobre Ciberfeminismo no campo acadêmico das Ciências Sociais, o que influencia diretamente na abordagem e interpretação sobre o tema/conceito. Ou seja, o *homo academicus* está diretamente influenciado pelo *habitus* e capital intelectual adquiridos durante os quatro anos de graduação, o que pode pesar na interpretação da investigação empírica, uma vez que o *habitus* funciona como geradores de práticas, percepção ou apreciação.

Nas teses também há o predomínio do diploma de graduação em Ciências Sociais. Isso indica que a maior parte das pesquisadoras que adentrou nas pós-graduações, já possuíam uma trajetória na área das Ciências Sociais. Assim, o diploma enquanto capital simbólico, confere às pesquisadoras intracampo uma disposição específica acerca do tema e a respectiva produção de sentido e interpretação acadêmica sobre o mesmo.

Isso pode implicar diretamente no formato da pesquisa, que podem ter sido impactadas pelo *habitus* advindo da graduação em Ciências Sociais. Pode-se conjecturar que o *homo academicus* aparece diretamente influenciado pelo *habitus* e capital intelectual adquiridos durante a graduação em Ciências Sociais, o que pesa na interpretação da investigação empírica (do trabalho/pesquisa desenvolvida), já que o *habitus* funciona como motivador de percepção.

Nos artigos é possível perceber, por meio do Gráfico 8, que ainda há o predomínio das Ciências Sociais (Sociologia, Ciência Política, Antropologia e Ciências Sociais) nas áreas de atuação, assim como se destaca a importância da Comunicação Social, que incorpora muitos autores. Chama atenção a diversidade de área, incluindo-se, dessa vez, a Computação, Química e Biologia, que fogem das ciências humanas e ciências sociais aplicadas. O que demonstra que o interesse pelo Ciberfeminismo assume um caráter interdisciplinar nos periódicos, e que o *habitus* científico dos agentes em torno do tema, tem caráter diversos.

Aqui, importa recortar sobre as questões de gênero que envolvem os autores e autoras das dissertações, teses e artigos. Pois, todas as teses e dissertações catalogadas foram resultantes de pesquisas elaboradas por mulheres, não sendo constatada a presença de mulheres trans, nem de homens na elaboração dos trabalhos. Isso está expresso nos dados

coletados nas tabelas 2 e 3, e significa que as mulheres trans ainda não adentraram ao campo científico para debater/pesquisar sobre o tema, tornando-o restrito à interpretação de mulheres cis.

A ausência de pesquisadores homens, na produção das teses e dissertações, mostra que o Ciberfeminismo é um assunto que pode atrair, majoritariamente, a atenção das mulheres no campo científico das Ciências Sociais. Pode-se supor que isso deve ser atribuído ao fato da experiência do “ser mulher” no mundo social. Por outro lado, reflete as estruturas patriarcais da sociedade que pouco se preocupa com as demandas das mulheres. Observando a produção dos artigos publicados em periódicos qualificados nos estratos superiores a situação não é tão diferente, corroborando com nossas considerações. No caso, foram contabilizados, nos 47 artigos coletados, cerca de 80 pesquisadoras e pesquisadores. Desse total, identificou-se 75 mulheres e 05 homens.

Quando se percebe o comportamento dos agentes em relação ao gênero é interessante problematizá-los, afinal o campo científico é uma parcela do mundo social, onde as mulheres estão subordinadas ao poder patriarcal, que se reflete nas instituições, no mercado de trabalho, desigualdade salarial, tripla jornada de trabalho (assalariado, doméstico e do cuidado), machismo e (o que interessa problematizar aqui) ausência de reconhecimento no campo científico. Os dados sugerem haver no campo das Ciências Sociais uma dominação masculina, que exclui os temas caros às lutas das mulheres que ocorrem por meio de espaços virtuais.

Historicamente, a divisão sexual do trabalho gerou um imperativo na vida da mulher, relegando-a ao ostracismo do mundo social e espaço público, confinando-a ao ambiente doméstico e trabalho reprodutivo. Esse cenário também se reproduzia no campo científico, local que as mulheres não podiam acessar. Mesmo no século XXI, mantém-se ainda uma prática científica predominantemente masculinizada, com algumas características dos primórdios da Ciência Moderna.

É uma ciência masculina, androcêntrica, branca, ocidental e localizada nas classes mais abastadas da sociedade moderna, que se autoinstituiu com supremacia sobre todos os outros saberes, passando a se expressar, imediatamente, na linguagem e nas abordagens teórico-metodológicas, decidindo o que conhecer, para que conhecer e quem pode conhecer. Estabelece-se assim, a exclusão das mulheres no processo de construção do conhecimento científico. E, foram os princípios norteadores da Ciência Moderna as ferramentas que balizaram a construção do conhecimento científico, abstraindo, declaradamente, toda possibilidade de considerar as mulheres como sujeitos de conhecimento e do conhecimento, embora isso não tenha sido dito diretamente (SILVA, 2008, p. 03).

O conhecimento científico das mulheres no campo acadêmico das Ciências Sociais também passou por esse apagamento. Basta visualizar quem são os quatro baluartes da Sociologia Clássica – Durkheim, Marx, Weber e Simmel. Quantas vezes esses autores refletiram sobre a situação da mulher, de forma a quebrar paradigmas e essencialismos em torno da figura dita feminina? Ou quantas vezes os mesmos questionaram em seus escritos a ausência de mulheres entre seus pares?

Levantamento realizado pelo *Open Box* da Ciência, em meados de 2020, utilizando dados da Plataforma *Lattes*, mostrou que no Brasil há, pelo menos, 77,8 mil pesquisadores que declaram ter doutorado. Entre eles, 46.501, ou 59,69%, são homens, e 31.394, ou 40,3%, são mulheres. Os dados revelam a diferença de ocupação do campo científico por homens e mulheres, e deixa nítido que ainda não houve o alcance da equidade entre os gêneros.

Mas, se os dados do *Open Box* da Ciência, fazem um apontamento geral sobre a situação de homens e mulheres no campo científico brasileiro, diante do campo acadêmico das Ciências Sociais, pode-se examinar, especificamente sobre a produção em torno do Ciberfeminismo, que há um número maior de pesquisadoras. Ao todo foram 93 mulheres que produziram sobre o tema, o que subverte a dominação masculina predominante no campo brasileiro.

Sobre a dominação masculina, Bourdieu fala em uma obra homônima;

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado (BOURDIEU, 2012, p. 8).

Logo, as mulheres que ocupam o campo acadêmico das Ciências Sociais, com suas produções sobre gênero, desafiam o capital específico dos agentes dominantes e se posicionam contra a violência simbólica estabelecida. Em uma tácita rebeldia contra o domínio patriarcal que perdura no fazer científico, elas escrevem, escrevem e escrevem pesquisas e novas elucubrações epistemológicas a partir dos feminismos.

Então, se essas mulheres ousam escrever sobre feminismos *online*, é interessante tentar colocar os aspectos subjetivos, que podem nortear as indagações originais em torno das questões de gênero, podendo ter exercido (quem sabe!) determinada influência sob o recorte

do tema. Assim, se deseja constituir, de forma mínima, o *habitus* das pesquisadoras e pesquisadores.

Donna Haraway em seu artigo “Saberes localizados” (1995) diz que o gênero é uma questão estururada e estruturante. A afirmação dela converge para concordância com o conceito de *habitus* de Bourdieu (2007), que funda o sistema de disposição como sendo estrutura estruturada e estruturante. Para isso se analisou o Gráfico 2, que identificou as declarações de experiência com o feminismo e gênero das autoras das teses e dissertações.

No Gráfico 2, as experiências individual/militância/ativismo feminista trazem à tona o caráter da experiência prática de 66% das pesquisadoras, e o fato dessas experiências serem fio condutor para o processo da pesquisa coloca “[...]a antinomia da prática que a ciência deve superar quando, mediante uma ruptura com toda espécie de operacionalismo[...]” (BOURDIEU, 2013, p.151). Nesse contexto, entram os programas de pós-graduação e o fazer científico das Ciências Sociais, que desempenham papéis fundamentais para superar e romper a experiência cotidiana, auxiliando a amadurecer e desenvolver cientificamente as impressões e sentidos estabelecidos na vida prática.

Já no Gráfico 9, que identificou as declarações de experiência com o feminismo e/ou gênero dos autores dos artigos analisou-se que os autores costumam ter um contato maior com as questões de gênero por meio de grupo de pesquisa (53%). Isso pode demonstrar que o *habitus* desses pesquisadores advém, majoritariamente, seguindo a lógica do campo, ou seja, gera um *habitus* científico, que permeia práticas científicas. Isso se contrapõe aos 12% que tiveram experiência com a militância ou ativismo político, demonstrando, talvez, a empiria na vida pessoal, que posteriormente foi objetivada a partir da reflexividade da academia. Não foi identificada a declaração de experiência em cerca de 35% dos autores, o que mostra que, possivelmente, uma quantidade considerável de pesquisadores não possuíam, previamente, um *habitus* incorporado em relação ao assunto.

Outro aspecto a ser abordado é o levantamento realizado na Plataforma *Lattes*, em 2020, em que foi constatado que de todas as autoras –18 mulheres– das teses e dissertações, apenas duas haviam publicados artigos relacionados ao Ciberfeminismo e temas correlatos, como relação mulher e *internet*, por exemplo. Ou seja, 89% das autoras não publicaram – apesar do *Lattes* apresentar uma vasta apresentação de trabalhos em congresso, comunicação oral, e trabalhos completos em anais de encontros e congressos–, em contrapartida 11% publicaram. Os artigos publicados referem-se às pesquisadoras com título de doutorado, Rayza Sousa (02 artigos) e Lara Facioli (02 artigos).

A carência de publicações por grande parte das pesquisadoras, de artigos científicos sobre Ciberfeminismo e temas correlatos em revistas de estrato superior, demonstra que, embora as autoras se dediquem a redigir teses e dissertações, não possuam parte considerável da produção de pesquisa voltada ao tema. Se as revistas de estrato superior funcionam no campo acadêmico e científico como fator de impacto e relevância, logo, a falta de engajamento e proposição de artigos científicos dificultam o alcance do prestígio e, conseqüentemente, reconhecimento do Ciberfeminismo no campo científico.

Quando trata-se de analisar as publicações sobre Ciberfeminismo dos autores dos artigos, em periódicos de estrato superior, se observa um quantitativo diferente. Cerca de 21 autores possuem artigos sobre Ciberfeminismo –26, 25% dos pesquisadores. Mas ainda assim é baixo o quantitativo de autores que se propõe continuar a pesquisar sobre Ciberfeminismo, após a publicação do primeiro trabalho. Isso faz pensar sobre como ocorre a constituição do Ciberfeminismo, enquanto tema/objeto de pesquisa no Brasil.

Essa elaboração perpassa pelo campo acadêmico das Ciências Sociais, e pelos agentes/pesquisadores que compõe o campo e constroem o *habitus* científico que abraça diretamente o tema. Sobre o

[...] modo de produção científico é necessário o desenvolvimento de uma percepção, um ver operar que ele chama de *habitus* científico: a percepção de sentido do campo científico que permite ao agente fazer o que deve ser feito sem precisar raciocinar sobre isso. Uma espécie de conduta adequada aprendida e que se torna intrínseca ao agente (COCK; ANTUNES; RODRIGUES; SANTOS; ARAÚJO, 2018, p. 4).

A pesquisa possui uma relação direta com o *habitus* apreendido pelo agente ao longo da sua jornada acadêmica. Tratando da pesquisa sobre Ciberfeminismo, significa que a mesma recebe influência, por exemplo, das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduações em que estão inseridas, no caso das teses e dissertações, ou da IES, ou do pesquisador-orientador.

Dentro dessas circunstâncias, foi observado, primeiro, que não há linha específica nos programas de pós-graduações nem grupo de pesquisa, que investiguem sobre Ciberfeminismo ou a relação feminismo e tecnologia, fato que poderia (caso existissem) influenciar diretamente na quantidade e formato das pesquisas.

O Ciberfeminismo acaba sendo abrigado sob outros guarda-chuvas, como a área de gênero, movimentos sociais, tecnologia e identidade. Foi constatado que cerca de 44% dos artigos, retirados das revistas de estrato superior, foram realizados na parceria com a orientação. Esse dois aspectos destacam questões estruturais do campo, e demonstra que “O

habitus científico pode ser incorporado/aprendido na medida em que o agente/aprendiz relaciona-se na prática, em contato direto e duradouro com um agente mais experiente (COCK; ANTUNES *et al.*, 2018, p.4)”.

Mas, para além da ação direta dos agentes com maior influência nas estruturas, vale lembrar que esses, por meio de estratégias, buscam conservar ou transformar suas posições no campo. Nesse sentido, a estratégia pode estar presente também no teor da pesquisa.

O teor da pesquisa refere-se ao conteúdo, e no corpo do texto das pesquisas coletadas foi observado que a maioria não menciona, sequer, o termo Ciberfeminismo, mesmo tratando de questões referentes a apropriação das TIC's por feministas. No gráfico 7, 61% das teses e dissertações não se referiram ao termo Ciberfeminismo, enquanto cerca de 39% das pesquisas – utilizaram Ciberfeminismo no corpo do texto, o que mostra a associação entre empiria e fenômeno estudado ao termo. O gráfico 12 expôs a situação dos artigos que mencionam ou não o termo Ciberfeminismo, e apenas 24% dos artigos mencionaram, enquanto 76% dos artigos não citam ‘Ciberfeminismo’. Isso significa que ainda não há um reconhecimento por parte dos autores da circunscrição da empiria analisada, sob a ótica do Ciberfeminismo.

Então, essa apuração realizada consiste em ir

[...] contra as teorias da autonomia do mundo das ideias ou do ‘conhecimento objetivo sem sujeito cognoscente’ e dos ‘processos sem sujeito’ [...], convém lembrar que capital cultural objetivado só existe e subsiste atuante como capital cultural, do ponto de vista material e simbólico, nas e pelas lutas travadas nos campos da produção cultural, campo artístico, campo científico, etc. [...] (BOURDIEU, 2008, p. 215).

Assim, Bourdieu auxilia a pensar que a redação das pesquisas correspondem a materialização do capital cultural objetivado. Nesse sentido, o uso (ou não) do Ciberfeminismo no corpo do texto, implica preencher de sentido a escrita científica a partir da compreensão da relevância do termo no campo.

Mesmo dentro do escopo das pesquisas analisadas, o termo Ciberfeminismo não é aplicado, em boa parte, nas redações. O que demonstra a falta de reconhecimento, prestígio e notoriedade, do termo entre os pares acadêmicos, já que, em um sentido bourdieusiano, o domínio científico tem a ver com as intenções conscientes e calculadas dos agentes (BOURDIEU, 2001). E o texto é capaz de exprimir essa ação consciente, sendo um instrumento da objetivação intelectual do que permeia o campo.

Cada pesquisa representa a tomada de posição do agente no campo, e diz respeito a forma como cada um deseja transformar (ou conservar) a posição que ocupa na estrutura. Perante essa afirmação, leva-se em conta o que Bourdieu problematiza como “[...]são

possíveis verdadeiras transformações do campo, uma vez que as forças tendem a consolidar as posições dominantes” (BOURDIEU, 2001, p.55).

Logo, ao esmiuçar a relação do Ciberfeminismo com o campo das Ciências Sociais, entende-se que o mesmo enquanto tema/ objeto não encontra um lugar diante do “[...] ganho simbólico proporcionado pela apropriação material ou simbólica [...]” (BOURDIEU, 2008, p. 215) da aceção.

Diante da recepção do (tema/objeto/pesquisa sobre) Ciberfeminismo nos espaços analisados – como as produções acadêmicas (teses, dissertações, artigos), PPG’s, revistas de estrato superior, regionalização e volumetria da pesquisa, afirmar-se que os diversos locais explicitam as disputas do campo acadêmico das Ciências Sociais– pode-se observar que a constituição do mesmo como tema/objeto de pesquisa não alcança notoriedade nessas esferas, e não possui, conseqüentemente, distinção social.

Porém, é necessário não olvidar que

[...] as ciências sociais só podem romper com os critérios e classificações comuns e se afastar das lutas de que são o instrumento e o elemento em jogo, na condição de tomá-los como objeto e não deixá-los se infiltrar no discurso científico. O universo pelo qual ela deve prestar contas é o objeto, e pelo menos em parte o produto, de representações concorrentes, às vezes antagônicas, todas aspirando à verdade e, por isso mesmo, à existência (BOURDIEU, 2008, p. 26).

Nessa circunstância, apesar do tema/objeto Ciberfeminismo não alcançar distinção, posicionando-se de forma subversiva no jogo, os agentes – ou melhor, as agentes, pois mais de 90% das pesquisas foram realizadas por mulheres – que disputam no campo, trazem elementos interessantes para composição do capital científico em relação ao tema. Primeiro, é notável que a maior parte das autoras são do sexo feminino, o que pode ser associado a preferência pela pesquisa na área de gênero e feminismo. Então, percebe-se que o Ciberfeminismo pode estar sendo uma porta de entrada para as mulheres no campo das Ciências Sociais, ainda que diminuta.

Vale destacar que a posição que a agente ocupa no campo científico, está relacionada ao seu capital simbólico. “O capital científico funciona como um capital simbólico de reconhecimento [...] o peso simbólico de um cientista tende a variar segundo o valor distintivo dos seus contributos e a originalidade que os pares concorrentes reconhecem ao seu contributo distintivo” (BOURDIEU, 2001, p. 80).

Nesse caso, pode-se constatar que a maior parte das pesquisadoras e pesquisadores elencados como autores dos artigos, teses e dissertações não apresentam continuidade de

artigos sobre Ciberfeminismo, o que permitiria a evolução para uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema, servindo, posteriormente, para acúmulo de capital simbólico para disputar o jogo. Contudo, um nome se destaca na pesquisa brasileira sobre Ciberfeminismo: Graciela Natansohn, pesquisadora argentina, radicada no Brasil, da área da Comunicação Social, que atua no Ppgcom da UFBA (Universidade Federal da Bahia). Graciela Natansohn teve 02 artigos registrados no periódico *Caderno Pagu*; além disso, segundo informações contidas na Plataforma *Lattes*, possui cerca de 11 artigos dedicados ao Ciberfeminismo; já organizou 02 livros sobre o tema; e foi utilizada como referência bibliográfica por 11 artigos coletados.

Seu nome aparece em 4º lugar, entre as referências mais mencionadas. Esses fatos informam diretamente sobre seu capital científico, e de como a autora contribui diretamente pela busca da legitimação e reconhecimento do Ciberfeminismo no campo científico, já que foi citada constantemente como referência, indicando seu reconhecimento pelos pares.

A sua posição, no campo acadêmico das Ciências Sociais, pode ser atribuída ao fato dela possuir “[...]conhecimento e reconhecimento do capital simbólico e contribuição para constituição desse capital (por juízos baseados em índices, como o lugar de publicação, a qualidade e quantidade de notas, etc.)” (BOURDIEU, 2001, p. 87).

Portanto, “Conhecer a estrutura significa adquirir os meios de compreender o estado das posições e das tomadas de posição” (BOURDIEU, 2001, p. 87). Logo, importou aqui, sob a lógica bourdieusiana, examinar a taxonomia do campo científico que envolve as Ciências Sociais e sua relação com o Ciberfeminismo. Permitindo inferir que o mesmo se trata de um tema recente, que alcançou visibilidade, principalmente, após as ações coletivas de movimentos feministas, resultantes da agitação e mobilização via sites de redes sociais – quando há aumento significativo nas produções sobre o tema, vide o ano/volume das produções, e as unidades de análise destacadas.

Bourdieu afirma que o “[...] campo obedece uma lógica específica, que podemos compreender, sem recorrer a alguma forma de transcendência, que ele é um lugar histórico onde se produzem verdades trans-históricas” (BOURDIEU, 2001, p.97). Dentro desse contexto, conclui-se que o Ciberfeminismo, como conceito, ainda não foi capaz de promover uma ruptura epistemológica no campo acadêmico das Ciências Sociais, sendo compreendido, diversas vezes, apenas como parte de um fenômeno advindo da apropriação das TIC’s por feministas, mulheres ou movimentos feministas; e enquanto tema, o Ciberfeminismo não alcança, atualmente, distinção quando analisada sua recepção no campo das Ciências Sociais brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fizemos, por meio desta dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Alagoas, o esforço de buscar observar a recepção do Ciberfeminismo nas Ciências Sociais e refletir sobre seu lugar no interior desse campo, tendo tomado por recorte as teses, dissertações e artigos publicados em periódicos avaliados pelo sistema *Qualis-CAPES* nos estratos superiores. Esse recorte se justificou pela necessidade de observar a recepção em espaços de distinção social desse campo. Certamente outros recortes poderiam ser realizados, contudo, julgamos a escolha suficiente para os nossos propósitos. Esperamos que os leitores e as leitoras sintam-se provocados pelos dados apresentados, assim como com as reflexões realizadas.

Diante dessa investigação, percebeu-se que o tema vem tendo pouca recepção nos espaços em análise, visto que a volumetria da produção é bem escassa, assim como a penetração do mesmo na agenda de pesquisa das Ciências Sociais. Então, por meio da perspectiva bourdieusiana, pode-se inferir que o tema não alcança, no campo, legitimação simbólica – por meio do acúmulo de capital simbólico – suficiente para disputar por capital específico com os agentes dominantes e influenciar a agenda de pesquisa. Com isso, podemos inferir que o Ciberfeminismo, pelo exercício da prática científica dos pesquisadores da temática, está situado na posição periférica e, portanto, de subserviência no campo.

Essa posição fica nítida quando observadas as linhas de pesquisa e grupos de pesquisa sobre o tema nos programas de pós-graduação, principalmente quando se associa esse fator à ínfima produção bibliográfica em espaços de prestígio social. O fato de poucas pesquisas de dissertação convergir em teses ou em artigos publicados em revistas de estrato superior é um forte indicativo das dificuldades do tema se mostrar mais presente.

De forma pontual, partindo do pressuposto de que os periódicos classificados nos estratos superiores e os programas de pós-graduação funcionam como espaços de distinção social do campo acadêmico, fica constatado que as pesquisas sobre Ciberfeminismo não gozam de distinção social. Soma-se a isso a não existência de linhas de pesquisas e grupos de pesquisas específicos sobre Ciberfeminismo nos programas onde houve trabalhos defendidos sobre o tema em questão.

Notamos que os dossiês, das revistas de estrato superior e as linhas e grupos de pesquisas dos programas de pós-graduação analisados, acabam abrigando o Ciberfeminismo sob outros guarda-chuvas, a exemplo da alcunha ‘gênero e tecnologia’, ou ‘gênero e movimentos sociais’. O Ciberfeminismo nunca aparece destacado, com um recorte específico

sobre o tema; mais um indicativo da baixa recepção do Ciberfeminismo nesses espaços de distinção.

Outro aspecto relevante encontrado figura-se na regionalização das produções (das teses, artigos e dissertações), que apontam para a manutenção do *status quo* da produção científica brasileira das Ciências Sociais, dividida no eixo Sudeste e Sul – que possui a maior concentração de espaços de distinção social, instituições e pesquisadores com capital específico, bem como a maior concentração de financiamento de pesquisa, o que, por sua vez, determina grande parte do jogo acadêmico.

Ficou destacado que o uso do conceito/termo ‘Ciberfeminismo’ aparece de forma problemática no corpo do texto de muitas das produções analisadas. Ou melhor, grande parte dos trabalhos elencados (teses, dissertações e artigos) não mencionam ‘Ciberfeminismo’ no corpo do texto, ainda que estejam tratando desse fenômeno. Isso parece ser mais um indicativo da pouca expressividade do tema, que acaba se vinculando a outros conceitos, talvez mais prestigiados, tais como gênero, identidade, feminismo e movimentos sociais.

Nota-se, assim, que a não apropriação do termo/conceito traga uma questão de caráter epistemológico na relação entre mulheres/TIC’s/mobilização feministas/sites de redes sociais. Por outro lado, ao não considerar o uso do termo/conceito para explicar as diversas empirias relatadas, os autores e autoras podem estar a sinalizar a possibilidade de que as questões ontológicas que envolvem o Ciberfeminismo, estejam ancoradas em epistemologia feminista e estudos de gênero. Contudo, não estaríamos, assim, ignorando os aspectos ligados às estratégias e ferramentas de atuação, as quais dão outros contornos a questão? Essa inquietação preliminar norteará pesquisa futura. Outra inquietação que esta pesquisa suscitou, mas que pelo recorte não foi explorado, está ligado a miríade de feminismos (negro, maternidade, interseccional, etc.), e como esses se apropriam das TIC’s e sites de redes sociais para agitar e mobilizar suas ideias, com finalidade de gerar ações coletivas feministas.

Diante do apagamento histórico que houve na ciência realizada por mulheres, um ponto a ser destacado, é o número de autoras encontradas nos espaços de distinção social aqui explorado. Tal situação coloca o engajamento científico das mulheres com questões de gênero, e reforça a importância da produção acadêmica dessas no campo, como processo importante para combater a violência simbólica e a dominação masculina presente no campo das Ciências Sociais.

Certamente esta pesquisa não dá conta das multiplicidades de fatores que envolve as conformações do campo das Ciências Sociais. Ainda que tenhamos optado por analisar os

dados em seu conjunto, estes compõem apenas recortes arbitrários que nos possibilitaram as reflexões e as considerações aqui empreendida.

Em síntese, se existem diversas pesquisas que apontam para as Ciências Sociais como espaço dominado pelos homens, esta dissertação evidencia que os temas que importam, de forma mais direta, às mulheres vêm ocupando espaço diminuto, o que, por sua vez, reforça a exclusão das mulheres nos espaços de distinção social. Nesse sentido, esta dissertação além de apresentar aspectos importantes para compreendermos os jogos presentes no campo das Ciências Sociais, se tratando de produção científica sobre Ciberfeminismo, pode vir a mostrar-se como um instrumento colaborador na luta política feminista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo. Et al. Estudo de Caso: foco temático e diversidade metodológica. Ed. 1ª. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016. ABDAL, Alexandre et al. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

ALBU, Débora. Ciberfeminismo no Brasil: construindo identidades dentro dos limites da rede. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, n.11, 2017, Florianópolis. Anais eletrônico. Florianópolis: Fazendo Gênero, 2017. 1-14.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Revista Em Questão. Porto Alegre, v.12, n.01, 11-32, jan./jul, 2006.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. Busca Avançada. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Advanced>. Acesso em: 26 junho 2020.

BODART, Cristiano das Neves. Atuação dos partidos políticos e dos movimentos sociais na construção e manutenção de um espaço institucionalizado de participação social. 315 f. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-04082016-162239. Acesso em: 10/02/2020.

_____; TAVARES, Caio. O lugar da Sociologia escolar nos periódicos de estratos superiores (A1, A2, B1) da área de Sociologia (1996-2017). Revista Contemporânea . São Carlos, v.09. n.02, 519-544, 04/07/2019.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Configurações territoriais dos cursos de formação de professores de Sociologia no Brasil (1934-2017): disputas e implicações. *Ciências Sociais Unisinos*, v.55, n2, 2019

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Vozes, 1997.

_____. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Espaço social e poder simbólico. In Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Senso Prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. O campo científico. In Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Dominação masculina. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2012.

_____. Homo academicus. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008.

_____. A Distinção. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. Para uma sociologia da ciência. Lisboa: Ed. 70, 2001.

BONIFÁCIO, José Roberto. A Grande Transformação, 60 Anos Depois: a Agenda Polanyiana e as Ciências Sociais. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose-Bonifacio-3/publication/301838082_A_Grande_Transformacao_60_Anos_Deapos_a_Agenda_Polanyiana_e_as_Ciencias_Sociais/links/5729ff5108aef5d48d30bfd/A-Grande-Transformacao-60-Anos-Depois-a-Agenda-Polanyiana-e-as-Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 14 Maio 2021

BRANDÃO, Zaia. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n1/a03v36n1.pdf>. Acesso em: 31 Out. 2019

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COCK, Juliana; ANTUNES, Ana Luisa; RODRIGUES, Rosane; SANTOS, Débora ; ARAÚJO, João Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/kHgM7wfdP35VtmdXt9CQwYP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 junho 2021.

CGI, Comitê Gestor da Internet do Brasil. TIC Domicílios 2014: Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação de Comunicação nos Domicílios Brasileiros. São Paulo, 2015.

CIRIACO, Douglas. Mais de 4 bilhões de pessoas usam a internet ao redor do mundo. Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/126654-4-bilhoes-pessoas-usam-internet-no-mundo.htm>. Acesso em: 17 janeiro 2020.

DIAS, R. B. A trajetória da política científica e tecnológica brasileira: um olhar a partir da análise política. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas, 2009. Acesso em: 03 dezembro 2020.

ENGELMANN, Fabiano. Em torno do poder: ciência e instituições políticas In: SEIDL, E; GRILL, I. (Org.). As Ciências Sociais e os espaços da Política. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. pp. 75-101.

FARIAS, Leidiane de. Experiências ciberfeministas no Brasil. 145 f. 2015. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, UFBA, Bahia, 2015.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

FERRARINI, Adriane Vieira; GAIGER, Luiz Inácio; SCHIOCHET, Valmor. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. Disponível em:

<http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/354> . Acesso em: 14 maio 2021.

MIGUEL, Ana de; BOIX, Montserrat. Et al. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. Ed.01. Buenos Aires: La Crujía, 2013. NATANSOHN, Graciela. Internet em código feminino: teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

DÍAZ, Noelia; LÓPEZ, Alejandro. Ni una menos: el grito en común. 83 f. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo/Comunicação Social) - Facultad de Periodismo y Comunicación Social, Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires, 2016.

EVANS, Claire. História oral das primeiras ciberfeministas. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/ezbyq4/um-historia-oral-das-primeiras-ciberfeministas. Acesso em: 26 de Junho de 2019.

FERNANDEZ, Rosa. Número mundial de usuários de internet. Disponível em: <https://es.statista.com/estadisticas/541434/numero-mundial-de-usuarios-de-internet/#statisticContainer>. Acesso em: 17 janeiro 2020.

FERNANDEZ, Maria; WILDING, Faith. Situating Cyberfeminisms. Disponível em: http://www.refugia.net/domainerrors/DE1a_situating.pdf. Acesso em: 17 janeiro 2020.

FERREIRA, Norma. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 26 junho 2020.

FIALHO, Joaquim. Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Vol. XXIX, 59-79, 2015

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GABARDO, Maristella; LIMA-LOPES, Rodrigo. Ni una menos: ciência das redes e análise de um coletivo feminista. Revista Humanidades & Inovação. Palmas, v. 5, n. 3, p. 44-58, 2018.

GALLOWAY, Alex. Um informe sobre o Ciberfeminismo. Sadie Plant e VNS: análises comparativas . Disponível em: <http://www.mujiresenred.net/spip.php?article1531>. Acesso em: 26 de Junho de 2019.

GOMES, Clara. Ciberformance: A Performance em ambientes e mundos virtuais. Lisboa: CECL, 2015.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Thomaz, Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

INTERNET WORLD STATS. Estatística de uso da internet. Disponível em: <https://www.internetworldstats.com/stats.html>. Acesso em: 26 junho 2020.

LEMOS, Andre. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2000.

LEMOS, Marina. Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas. 129 f. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2009.

MARQUES, Brenda. A atuação do movimento Ni Una Menos como rede (feminista) de ativismo transnacional na luta contra a violência de gênero na Argentina (2014-2016). Fronteira: Revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v.18, n.35,62-87, 2019.

MC LUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensão do homem. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

MILLS, C. W. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

NI UNA MENOS. Ni una menos: Argentina 2015, 2016, 2017, 2018. Disponível em: <http://niunamenos.org.ar/nos-mueve-el-deseo/acciones/maraton-de-lectura/>. Acesso em: 19 janeiro 2020.

NAZARENO, Elias; HERBETTA, Alexandre Ferraz. A pós-graduação brasileira: sua construção assimétrica e algumas tentativas de superação. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2019000200002. Acesso em: 20 junho 2021.

OBN. Documento Next Cyberfeminist Internacional 1999. Disponível em: https://www.obn.org/obn_pro/downloads/reader2.pdf. Acesso em: 15 janeiro 2020.

ONU. Estudo da ONU revela que mundo tem abismo digital de gênero. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693711>. Acesso em: 17 janeiro 2020.

ONU. ICT Facts and Figures 2016. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2016.pdf>. Acesso em: 27 julho 2020.

OPEN BOX DA CIÊNCIA. Mulheres são 40% dos pesquisadores do Brasil que declaram ter doutorado nas 5 maiores áreas de conhecimento, aponta levantamento. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/12/mulheres-sao-40percent-dos-pesquisadores-do-brasil-que-declaram-ter-doutorado-nas-5-maiores-areas-de-conhecimento-aponta-levantamento.ghtml> . Acesso em: 20 junho 2021.

PLANT, Sadie. Zero e Uns: Mulheres digitais. Nova York: Doubleday, 1997.

PLATAFORMA LATTES. Buscar Currículo Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 30 junho 2020.

ROCHA, Cristina. Expressões do Ciberfeminismo na contemporaneidade. Revista Tecnologia e Sociedade. Curitiba, v.02, n.03, 43-61, 2006.

REVERTER, Sonia. Ciberfeminismo: de virtual a político. *Tecnokultura*. Madrid, v. 10, n. 2, 451-461, 2013.

RECUERO, Raquel. Et al. *A rede é a mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social*. Buenos Aires: La Crujía, 2012. Eduardo Vizer. Et al. *Lo que McLuhan no previu*. Buenos Aires: La Crujía, 2012.

RICOLDI, Arlene; Olívia, PEREZ. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. In: 42º ANUAL DA ANPOCS, 42º Anpocs, 2018, Caxambu. *Anais do Encontro*. Caxambu: Anpocs, 2018. 1-26.

SILVA, Camila. “Nenhum poema a menos”: a vida de Susana Chávez contada a partir da teoria ator-rede. *Revista Aurora*. Marília, v.12, n.01, 23-40, 2019.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3026/2370>. Acesso em: 20 junho 2021.

STONE, Rosanne Allucquère. *Will the Real Body Please Stand Up?*. MIT Press. Cambridge, v.2, 81-118, 1991.

TIMETO, Federica. Por uma teoria do Ciberfeminismo hoje: da utopia tecnocientífica à crítica situada do ciberespaço. *Porto Arte: Revista de Artes Visuais*. Porto Alegre, v.24, n.40, 1-26, 2019.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003. Acesso em: 05 Nov. 2019.

VNS MATRIX. Manifesto VNS Matrix. Disponível em: <https://vnsmatrix.net/projects/the-cyberfeminist-manifesto-for-the-21st-century>. Acesso em: 28 out. 2019.

WAJCMAN, Judy. *El tecnofeminismo*. Tradução de Magali Martínez Solimán. 1ª ed., Madrid, Ediciones Cátedra (Grupo Anaya), 2006.

WELLS, Tatiana. O Ciberfeminismo nunca chegou à América Latina. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys7/cyber/tatiana.htm#_edn1. Acesso em: 26 junho 2020.

